

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições, motivações e práticas sociais.

Priscylla Cristina Alves de Lima

Orientador: José Luiz de Andrade Franco

Dissertação de Mestrado

Brasília - DF, abril de 2013.

Lima, Priscylla Cristina Alves de

As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições, motivações e práticas sociais./ Priscylla Cristina Alves de Lima.

Brasília, 2013.

160p. : il.

Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Unidade de Conservação. 2. História Ambiental. 3. RPPNs. 4. Chapada dos Veadeiros. I. Universidade de Brasília. CDS.

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente com propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

Assinatura

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As RPPNs da Chapada dos Veadeiros: disposições, motivações e práticas sociais.

Priscylla Cristina Alves de Lima

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Política e Gestão em Sustentabilidade.

Aprovada por:

José Luiz de Andrade Franco (CDS/UnB)
(Orientador)

Maria Julia Martins Silva (CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Roseli Senna Ganem (Câmara dos Deputados)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, abril de 2013.

Para Otávio e Flor.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é reconhecer que você não está sozinho. Que existem pessoas ao seu lado que lhe ajudam em sua caminhada. Agradecer é um ato especial que só nos traz benefícios, tornando-nos seres mais felizes e em paz. Por isso: felizes aqueles que podem dar graças.

Agradeço aos senhores (as) Cid, Fernando, Paulo, Marcelo, Nivedano, Singrid, Ângelo, Solange, Roberto, Dioclécio, Antônio, Vanda, Richhard, Zico, Odecy, Gabriela e Daniele. Todos, proprietários ou gestores das RPPNs da Chapada dos Veadeiros, que compartilharam comigo suas histórias e confiaram em meu trabalho, muitas vezes, me recebendo em suas casas. A vossa atitude em conservar me comoveu, e por isso me propus a realizar este estudo.

Agradeço aos professores do CDS e aos membros da banca, em especial ao José Luiz, meu orientador, que desde o início me estendeu a mão.

Agradeço aos queridos colegas e amigos do mestrado que fiz durante esses dois anos. Pessoas queridas que tornaram essa jornada mais leve e divertida.

Agradeço a Ana Neves e ao Jackson Maia, por terem acreditado neste projeto antes de mim.

Agradeço aos que colaboraram com as pesquisas de campo, em especial, ao Marcelo Borges pela carona e informações, ao Danilo Tefen pelos esclarecimentos, a toda equipe do Boticário pela recepção e cuidados comigo e com Otávio, ao Paulo pela ajuda em me colocar em contato com Sr. Nivedano, a Andreza Girardi, do Oca Brasil, pela disponibilidade e materiais de pesquisa e ao Nichanto pelas visitas às RPPNs geridas pela ONG.

Agradeço aos amigos Werverson e Keila, por me alimentarem em Cavalcante, pela companhia, fotos e informações, aos tios Scheila e Francisco por nos acompanharem até Colinas do Sul e ao CDS pelas diárias.

Agradeço ao Luciano Souza e Desiree, do ICMBio, e ao Fernando Lima, do MMA, pelas informações ultraúteis.

Agradeço a querida Eliane pela grande ajuda no abstract.

Agradeço também a Neusa pela revisão do texto, o que eu faria sem ela. Sou muito grata.

Agradeço aos amigos: Gita, Pablo e Nelma por compreenderem minha ausência e a Cissa pela ajuda com as fotos e pelo carinho.

Agradeço aos meus pais, por cuidarem da Flor sempre que preciso me ausentar, e por todo o resto (amor, cuidados e educação) que nunca cansarei de agradecer.

Agradeço ao querido marido Otávio, pelas fotos, pela ajuda nas listas, referências e formatação. Sou grata também por compartilhar comigo minhas loucuras andando de pau de arara e colocando nosso carro na buaqueira. Agradeço a Deus todos os dias por ter alguém tão companheiro e especial. A você entrego meu coração.

Por fim, agradeço a Deus, pai querido, que me ensinou sobre a gratidão, que torna reais meus sonhos e que cuida de mim. Nunca estou só porque Ele sempre está comigo. “Em tudo dai graças” (1Ts 5:18).

A todos vocês, minha gratidão.

É melhor acender um fósforo, do que amaldiçoar a escuridão. (provérbio chinês).

RESUMO

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs - são unidades de conservação de uso sustentável criadas em propriedades privadas, de forma voluntária. As restrições a que estão sujeitas as tornam semelhantes às unidades de conservação de proteção integral. Dessa forma, são unidades de conservação singulares, surgidas da vontade da sociedade civil em proteger a natureza e podem promover a conservação de seus habitats sem grandes intervenções humanas. A Chapada dos Veadeiros, região localizada no nordeste de Goiás, tem 15 RPPNs federais, localizadas em torno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A criação de RPPNs representa uma estratégia viável para a região, considerada área prioritária para projetos de conservação da biodiversidade no Brasil e que ainda possui áreas preservadas para a criação de novas unidades de conservação. As RPPNs podem e devem cumprir um papel importante em todos os modelos de gestão integrada e participativa adotados no país. Com base na metodologia da história oral, a proposta deste trabalho foi investigar, pelos relatos de vida dos proprietários e gestores das RPPNs da região, as tramitações para a criação e manutenção das RPPNs, destacando as dificuldades encontradas. A dissertação conta a história dessas reservas e as práticas adotadas por seus proprietários, enfatizando que o incentivo à criação das RPPNs por meio de projetos governamentais ou de ONGs mostra-se decisivo para o aumento dessas áreas protegidas na região. Conclui-se que muitos são aqueles que se mantêm motivados, muitas vezes, por valores ambientais e por respeito à natureza apesar das dificuldades na criação e manutenção de suas reservas e da falta de incentivo e diálogo entre o governo e os proprietários.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, História Ambiental, RPPNs, Chapada dos Veadeiros.

ABSTRACT

The Private Natural Heritage Reserves - RPPNs - are units of conservation and sustainable use created in private property voluntarily. The limitations which make them subject to similar conservation units of integral protection. Thus, they are singular units of conservations, come from the civil society wishes in protect the nature and they can promote the conservation of their habitats without a big human intervention. The Chapada dos Veadeiros, located in the northeastern region of Goiás, has 15 RPPNs federal, located around the National Park of Chapada dos Veadeiros. The creation of RPPNs represents a viable strategy for the region, considered a priority area for project conservation of biodiversity in Brazil and still has preserved areas for the creation of new protected areas. RPPNs can and should play an important role in all models of integrated organization and participatory adopted in the country. Based on an oral history methodology, the purpose of this study was to investigate, by the reports of the live of the owners and managers of private reserves in the region, the bureaucratic procedures for the creation and maintenance of RPPNs, highlighting the difficulties encountered. The paper tells the story of these reserves and environmental practices adopted by their owners, emphasizing that the incentive to create the RPPNs through government or NGO projects proves decisive increase in these protected areas in the region. We conclude that many are those willing to keep motivated often by environmental values and respect for nature despite the difficulties in creating and maintaining their reserves and lack of encouragement and dialogue between the government and the owners.

Keywords: Conservation Unit, Environmental History, RPPNs, Chapada dos Veadeiros.

LISTAS DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Diagrama com esquema dos instrumentos de gestão territorial: | |
| a) Reserva da Biosfera, b) Cor redor Ecológico, c) Mosaico de Áreas Protegidas | 39 |
| Figura 2 – Mapa Microrregião do Nordeste Goiano | 45 |
| Figura 3 - Mapa do Território da Cidadania da Chapada dos Veadeiros | 46 |
| Figura 4 - Áreas do PNCV, segundo seus decretos | 58 |
| Figura 5 - Mapa da APA do Pouso Alto – Chapada dos Veadeiros – GO | 59 |
| Figura 6 – Mapa Regional da Chapada dos Veadeiros, Goiás com a localização das 15 RPPNs da região | 65 |
| Figura 7 - Tabela 15 da Tese de Doutorado de Angela Pelin..... | 132 |

LISTAS DE FOTOS

| | |
|--|-----|
| Foto 1 - Chapada em Cavalcante | 47 |
| Foto 2 – Veredas do Jardim de Maytreea em Alto Paraíso – GO..... | 48 |
| Foto 3 - Pepalanto (à esquerda) Caliandra (à direita) | 49 |
| Foto 4 - Cachoeira Santa Bárbara Cavalcante..... | 49 |
| Foto 5 – Sebastião dos Santos Rosa no Território Kalunga..... | 51 |
| Foto 6 - Placa da Fazenda Bona Espero em Alto Paraíso de Goiás | 54 |
| Foto 2 - Sr. Fernando da Cunha na RPPN Fazenda Brancas Terra dos Anões..... | 72 |
| Foto 3 - Vista da área RPPN Vale Encantado da Cachoeira dos Cristais | 75 |
| Foto 4 - Placa RPPN Mata Funda..... | 78 |
| Foto 5 - Sr. Ângelo e Sra. Solange | 79 |
| Foto 6 - Placa da RPPN Cara Preta – Alto Paraíso de Goiás – GO..... | 82 |
| Foto 7 - Sr. Rui Martins (Nichanto) do Oca Brasil e a RPPN Nascentes do Rio Tocantins... | 83 |
| Foto 8 - Placa (desgastada pelo tempo) da RPPN Escarpas do Paraíso | 86 |
| Foto 9 - Placa da RPPN Terra do Segredo queimada pelo fogo que se alastrou na propriedade (à esquerda) e trecho da RPPN Terra do Segredo (à direita)..... | 92 |
| Foto 10 - Sra. Singrid na RPPN Vita Parque..... | 97 |
| Foto 11 - Pequena roda d'água que abastece a propriedade..... | 100 |
| Foto 17 - Gabriela e a RPPN Soluar (ao fundo) | 101 |
| Foto 18 - Horta orgânica cultivada por Gabriela e Tiago para abastecimento do camping. | 102 |
| Foto 19 - Cachoeira São Bartolomeu da RPPN Vale das Araras | 112 |
| Foto 20 - Trilha suspensa da RPPN Vale das Araras..... | 113 |
| Foto 21 - Sra. Vanda e a RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas | 116 |
| Foto 22 - Área de camping próxima a cachoeira da RPPN | 119 |
| Foto 23 - Placa da RPPN Serra do Tombador | 124 |
| Foto 24 - Equipe da RPPN Serra do Tombador e pesquisadora..... | 125 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Tamanho das RPPN da Chapada dos Veadeiros | 131 |
| Tabela 2 – Tamanho da área protegida por RPPNs em seus municípios | 134 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Unidades de Conservação do SNUC | 27 |
| Quadro 2 - As RPPN federais da Chapada dos Veadeiros até 2012..... | 64 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Ano de criação das RPPNs | 130 |
| Gráfico 2 - Registro de RPPNs na Chapada (pessoa física/jurídica) | 131 |
| Gráfico 3 - Ajuda na criação da RPPN (Parcerias) | 131 |
| Gráfico 1 - Área das propriedades e área da RPPNs da Chapada..... | 133 |
| Gráfico 2 - Atividades desenvolvidas na propriedade..... | 135 |
| Gráfico 3 - Características Físicas e Infraestrutura das RPPNs | 136 |
| Gráfico 4 - Ameaças às RPPNs segundo seus proprietários | 137 |
| Gráfico 5 - Situação dos Planos de Manejo das RPPNs | 139 |
| Gráfico 6 - Motivações para a criação das RPPNs da Chapada dos Veadeiros..... | 145 |

LISTA DE SIGLAS

ACVCV – Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros
AEAP – Associação Ecológica Alto Paraíso
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Áreas de Preservação Permanente
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
ASFLO – Associação dos Pequenos Coletores de Flores do Cerrado
ASJOR – Associação Comunitária de São Jorge
CDB – Convenção da Diversidade Biológica
CI – Conservation International
CONABIO – Comissão Nacional da Biodiversidade
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
DTBC – Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista
ECO – 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ECODATA – Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação
EUA – Estados Unidos da América
FBPN – Fundação Boticário de Proteção à Natureza
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNATURA – Fundação Pró-Natureza
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS – Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços.
IESB – Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
ITR – Imposto Territorial Rural
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização não Governamental
PCE – Projeto Corredores Ecológicos
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PMN – Patrimônio Mundial Natural
PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNB – Política Nacional de Biodiversidade
PNCV – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNT – Parque Nacional do Tocantins
PPG-7 – Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras

PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira

PRONABIO – Programa Nacional da Diversidade Biológica

RENAPP – Rede Nacional de Áreas Particulares Protegidas

REPAN – Refúgio Particular de Animais Nativos

RESEXs – Reservas Extrativistas

RL – Reservas Legais

RPF – Reservas Particulares de Fauna e Flora

RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SESC – Serviço Social do Comércio

SIMRPPN – Sistema Informatizado de Monitoria de RPPNs

SISNAMA – Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

SUDHEVEA – Superintendência da Borracha

SVS – Programa de Santuários de Vida Silvestre

TNC – The Nature Conservancy

UC – Unidades de Conservação

UFG – Universidade Federal de Goiás

UICN – International Union for Conservation of Nature

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

WWF – World Wildlife Fund

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|--|
| LISTA DE FIGURAS | |
| LISTA DE MAPAS | |
| LISTA DE FOTOS | |
| LISTA DE TABELAS | |
| LISTA DE QUADROS | |
| LISTA DE GRÁFICOS | |
| LISTA DE SIGLAS | |
| SUMÁRIO | |

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| 1 A RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL | 23 |
| 1.1 ANTECEDENTES DA RPPN | 24 |
| 1.2 A RPPN NO SNUC E SUAS CARACTERÍSTICAS | 27 |
| 1.3 ÁREAS PROTEGIDAS EM TERRAS PRIVADAS | 31 |
| 2 AS RPPNS E AS ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO BIORREGIONAL | 34 |
| 2.1 BIORREGIÃO E O PLANEJAMENTO BIORREGIONAL | 34 |
| 2.2 ABORDAGEM ECOSSISTÊMICA | 36 |
| 2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA | 37 |
| 2.4 POLÍTICAS DE GESTÃO INTEGRADA DO PNAP | 39 |
| 2.4.1 Reservas da Biosfera | 40 |
| 2.4.2 Corredores de Biodiversidade X Corredores Ecológicos | 40 |
| 2.4.3 Mosaicos | 42 |
| 3 A GEOGRAFIA DA CHAPADA DOS VEADEIROS: HISTÓRIA E BIODIVERSIDADE | 44 |
| 3.1 NORDESTE GOIANO | 44 |
| 3.2 TERRITÓRIO DA CHAPADA DOS VEADEIROS | 45 |
| 3.3 OS ASPECTOS FÍSICOS DA CHAPADA DOS VEADEIROS | 46 |
| 3.4 HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO HUMANA NA CHAPADA DOS VEADEIROS | 50 |
| 3.5 ÁREAS PROTEGIDAS NA CHAPADA DOS VEADEIROS | 56 |
| 3.5.1 Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros | 56 |
| 3.5.2 Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto | 58 |
| 3.6 O PLANEJAMENTO BIORREGIONAL NA CHAPADA DOS VEADEIROS E O PAPEL DAS RPPNS | 60 |
| 4 AS RPPNS DA CHAPADA DOS VEADEIROS: DISPOSIÇÕES, MOTIVAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS | 63 |
| 4.1 O TAMANHO DA DISPOSIÇÃO | 63 |
| 4.2 MOTIVAÇÃO E METODOLOGIA DE ESTUDO | 66 |
| 4.3 O PAPEL DO TERCEIRO SETOR | 67 |
| 4.3.1 Associação Ecológica Alto Paraíso | 68 |
| 4.3.2 WWF | 68 |
| 4.3.3 Oca Brasil | 69 |
| 4.3.4 Funatura | 69 |
| 4.3.5 Fundação Boticário | 70 |
| 4.4 A HISTÓRIA AMBIENTAL DAS RPPNS DA CHAPADA | 70 |

| | |
|--|------------|
| 4.4.1 RPPN Campo Alegre | 70 |
| 4.4.2 RPPN Fazenda Brancas Terra dos Anões | 72 |
| 4.4.3 RPPN Mata Funda..... | 77 |
| 4.4.4 RPPN Cara Preta..... | 81 |
| 4.4.5 RPPN Nascentes do Rio Tocantins..... | 83 |
| 4.4.6 RPPN Escarpas do Paraíso | 85 |
| 4.4.7 RPPN Vale dos Sonhos | 89 |
| 4.4.8 RPPN Terra do Segredo | 91 |
| 4.4.9 RPPN Vita Parque | 96 |
| 4.4.10 RPPN Soluar | 101 |
| 4.4.11 RPPN Parque do Capetinga | 106 |
| 4.4.12 RPPN Vale das Araras..... | 111 |
| 4.4.13 RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas | 116 |
| 4.4.14 RPPN Varanda da Serra..... | 120 |
| 4.4.15 RPPN Reserva Natural do Tombador | 123 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 129 |
| 5.1 ANO DE CRIAÇÃO DAS RPPNS | 130 |
| 5.2 PERFIL DOS PROPRIETÁRIOS DE RPPN..... | 130 |
| 5.3 TAMANHO DAS RPPNS E ÁREA PROTEGIDA..... | 132 |
| 5.4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES | 134 |
| 5.5 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E A INFRAESTRUTURA DAS RPPNS | 135 |
| 5.6 AS AMEAÇAS | 136 |
| 5.7 PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS RPPNS | 138 |
| 5.8 PLANO DE MANEJO E CUSTOS DOS PROPRIETÁRIOS | 139 |
| 5.9 PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NA GESTÃO DAS RPPNS..... | 140 |
| 5.10 INCENTIVOS E BENEFÍCIOS AOS CRIADORES DE RPPNS..... | 141 |
| 5.10.1 O ICMS Ecológico de Goiás..... | 141 |
| 5.10.2 Compensação Ambiental | 142 |
| 5.11 GESTÃO BIORREGIONAL..... | 142 |
| 5.11.1 As RPPNs Municipais. | 142 |
| 5.12 AS MOTIVAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS DE RPPNS..... | 143 |
| 5.13 PERSPECTIVAS FUTURAS..... | 147 |
| CONCLUSÃO | 148 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 152 |

INTRODUÇÃO

A biodiversidade compreende a variedade de organismos em todos os seus níveis, desde variações genéticas de uma mesma espécie até a variedade de ecossistemas que existem no planeta Terra (WILSON, 1994). Todos os níveis de diversidade biológica (genes, espécies, comunidades e ecossistemas) são essenciais para a sobrevivência contínua de qualquer espécie, pois mantêm a sua condição de reprodução, sua resistência a doenças e habilidade de resistir a mudanças (PRIMACK e RODRIGUES, 2002). A importância da conservação da biodiversidade vai além de sua importância para o homem, devido aos serviços ambientais fornecidos pelos ecossistemas para as atividades humanas. A diversidade biológica tem valor em si, ou seja, o direito de existir. Não cabe ao homem reduzir esta riqueza (PRIMACK e RODRIGUES, 2002).

O declínio da biodiversidade é consequência de vários fatores naturais que foram intensificados pela ação do homem (WILSON, 2008). A destruição de *habitats*¹ é a principal causa da perda de biodiversidade no mundo (EHRlich, 1997; PRIMACK e RODRIGUES, 2002), seguida da invasão de espécies exóticas predadoras ou que causam doenças às espécies nativas e, posteriormente, da poluição (WILSON, 2008). Os motivos que levam à destruição de *habitats* já são bem conhecidos, quais sejam: a explosão demográfica do ser humano, a rápida ocupação do planeta e o uso abusivo dos recursos naturais (CÂMARA, 2004).

Há, portanto, urgência em planejar estratégias que possam assegurar a conservação da diversidade biológica do planeta, em seus três níveis: espécies, genes e ecossistemas. A conservação *in situ*² da biodiversidade é uma dessas estratégias, a melhor delas, sendo, atualmente, uma prioridade a criação de áreas protegidas (CÂMARA, 2004).

Na tentativa de impedir novas extinções de espécies, a identificação de áreas prioritárias é um dos procedimentos importantes para a escolha de novas áreas protegidas. Com esse intuito, Norman Myers, em 1988, definiu o conceito de *hotspots*, ou seja, áreas com alto grau de endemismo³, grande riqueza biológica e que sofrem grave perda de *habitat*. O termo *hotspots* foi adotado, em 1989, pela organização não governamental (ONG) Conservation International (CI) para a identificação de áreas prioritárias para a conservação

¹ Refere-se a um determinado espaço ou ambiente onde os fatores físicos e biológicos interagem, formando condições mínimas para a manutenção de um ou de muitos organismos (GRISI, 2007).

² A proteção da biodiversidade em seus *habitats* naturais, como por exemplo, a criação de áreas protegidas (GANEM, 2010a).

³ Inerente a uma determinada área isolada, diferindo do que ocorre em outras áreas, adjacentes ou não (GRISI, 2007).

da biodiversidade. Entre os 34 *hotspots* identificados no planeta, até hoje, está o bioma Cerrado (CI, 2005).

Segundo maior bioma do Brasil, o Cerrado tem uma área original de aproximadamente 2.036.448 km² (MMA, 2004), ou seja, quase um quarto do território nacional. As suas características de relevo, clima e vegetação o tornam propício à ocupação urbana e a atividades produtivas rurais. Por esses e outros motivos, o Cerrado vem sofrendo inúmeras alterações, acumulando impactos para os seus ecossistemas. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2011), o Cerrado perdeu cerca de 48% da sua vegetação nativa até 2008. Já para a CI, o Cerrado acumula uma perda de 78,7% de sua área total devido aos usos de suas terras para agricultura, pecuária e expansão urbana, entre outras atividades (CI, 2005).

O bioma Cerrado ocupa 97% do Estado de Goiás (MMA, 2004). Neste estado, são encontradas duas realidades diferentes. A parte sul tem formações de Cerrado muito degradadas, devido à exploração dos recursos naturais por atividades produtivas intensificadas nas últimas décadas. Na parte norte, por outro lado, é possível encontrar grandes blocos contínuos de áreas preservadas. A região da Chapada dos Veadeiros localiza-se no nordeste goiano e é dotada de grande biodiversidade e alto índice de endemismo, o que faz dela uma região de fundamental importância para a preservação do Cerrado no Estado de Goiás (MMA, 2004; MMA, 2007).

Para conservar essas áreas de grande biodiversidade, cada vez mais ameaçadas pela ocupação humana e pelo uso intensivo e, muitas vezes, insustentável dos recursos naturais, existem diversos tipos de áreas protegidas. No Brasil, as unidades de conservação (UCs), juntamente com reservas legais (RLs), áreas de preservação permanente (APPs), terras indígenas e terras de quilombos constituem os principais tipos de áreas protegidas relacionadas com a conservação da natureza. As UCs federais, estaduais e municipais são geridas e reguladas pela Lei n° 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e tem por objetivos precípuos proteger e recuperar áreas de grande biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável.

As UCs podem ser públicas ou privadas. Elas estabelecem relações com agentes sociais que interagem com o meio ambiente, como governos, ONGs e a própria sociedade civil. Um exemplo dessas inter-relações entre a conservação ambiental e a sociedade civil é a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Essas reservas podem

ser criadas por ONGs, empresas e pelos próprios proprietários de terras (WIEDMANN, 2001).

De acordo com Bensusan (2006), a vasta maioria das áreas que poderiam ser transformadas em UCs está nas mãos de particulares. Para serem transformadas em áreas protegidas pelo Poder Público, o governo precisaria desapropriar e indenizar os seus donos, o que custa caro e exige procedimentos complexos e demorados. Nesse aspecto, as RPPNs se mostram vantajosas, pois são UCs criadas voluntariamente por proprietários de áreas rurais, sem prejudicar os seus direitos sobre a propriedade. Por serem privadas, ou seja, não precisarem de desapropriação, o incentivo à sua criação desonera, em parte, o governo, no que se refere a investimentos para a criação de novas UCs.

Para que houvesse um crescimento considerável do número de RPPNs, um programa de incentivo deveria observar alguns requisitos como divulgação, agilidade no processo de criação e incentivos realmente atraentes (BENSUSAN, 2006). Porém, isso nem sempre acontece. Os benefícios oferecidos pelo governo aos proprietários de RPPNs são pouco expressivos. Basicamente, se resumem à isenção do imposto territorial rural (ITR) e à condição de prioridade para a concessão de créditos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e de crédito agrícola. Neste contexto, existe uma lacuna entre o interesse por essas UCs e os incentivos para sua criação. Apesar de ser uma opção interessante para a preservação de áreas particulares importantes para a manutenção da biodiversidade, as RPPNs não possuem incentivos governamentais considerados atraentes aos proprietários, sendo um desafio entender os motivos que levam a sociedade civil a ter interesse na criação dessas UCs em suas propriedades.

Segundo o ICMBio (2013), atualmente existem 613 RPPNs federais no país, que têm uma área conjunta de 481.291,55 ha. O Cerrado é o segundo bioma com maior número de RPPNs, com 193 reservas, ficando atrás apenas do bioma Mata Atlântica que possui 743 RPPNs. Com 166.406,45 ha, novamente o Cerrado, agora no quesito área total protegida por RPPNs, fica em segundo lugar, superado pelo bioma Pantanal, que tem preservado uma área de 267.870,95 ha apenas por RPPNs (RESERVAS PARTICULARES, 2013).

Dessas 193 RPPNs encontradas no Cerrado, 51 delas são federais e estão no Estado de Goiás, onde protegem 32.544,82 ha (ICMBio, 2013). Goiás é o quinto estado do país com o maior número de RPPNs federais, sendo ultrapassado apenas por Bahia (94 RPPNs), Minas Gerais (88 RPPNs), Rio de Janeiro (65 RPPNs) e Santa Catarina (58 RPPNs).

O Estado de Goiás também é o quinto em área total protegida por essas reservas, ficando atrás de Mato Grosso (172.980.67 ha), Mato Grosso do Sul (86.766.14 ha), Bahia (46.218.36 ha) e Minas Gerais (33.140.56 ha). De todos os municípios goianos, 27 possuem ao menos uma RPPN. Os municípios que possuem mais RPPNs são Alto Paraíso, Pirenópolis, Cavalcante, Cristalina e Planaltina. O Município de Alto Paraíso de Goiás está entre os dez municípios do Brasil que mais possuem RPPNs (RESERVAS PARTICULARES, 2013). Neste contexto, a região da Chapada dos Veadeiros concentra um grande número dessas UCs, com 15 RPPNs federais, distribuídas entre quatro municípios: Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul e São João d'Aliança.

Sendo assim, percebe-se que a disposição existe. Muitas vezes, ela não consegue se concretizar na criação de uma RPPN federal, devido a uma infinidade de motivos. Porém, daqueles que se tornaram proprietários de reservas privadas na Chapada dos Veadeiros, pode ser analisado quais seriam as principais motivações que os levaram a um processo, geralmente longo, de criação de RPPNs federais.

Descobrir quais as disposições e motivações dos proprietários de terras da Chapada dos Veadeiros que criaram RPPNs é uma forma de conhecer mais sobre a história ambiental desta região, que tem como um dos principais fomentadores da conservação a própria comunidade local, por meio de ações individuais. Para algo tão subjetivo como a motivação se tornar ação concreta, é necessário uma série de procedimentos dos atores sociais envolvidos. Compreender essas práticas sociais, desvendando os caminhos e as dificuldades percorridas até a criação de uma RPPN contribui para o aumento do conhecimento sobre a implementação de estratégias de conservação, podendo auxiliar futuros projetos de conservação da biodiversidade.

Para entender a disposição, as motivações e as práticas sociais dos proprietários de terra da Chapada dos Veadeiros que voluntariamente criaram RPPNs em suas áreas, foram realizadas entrevistas baseadas na metodologia da história oral, que valoriza a subjetividade e a análise qualitativa dos relatos de vida de cada entrevistado. A constatação da pesquisa foi que as motivações pessoais revelam indivíduos que possuem forte sensibilidade para a importância de se conservar a natureza e dispostos a se envolver efetivamente na defesa da biodiversidade, sentindo-se responsáveis pela garantia da vida no planeta Terra.

Para introduzir este assunto, no primeiro capítulo será tratado o surgimento das RPPNs, seus antecedentes e suas características mais marcantes. As RPPNs são unidades de conservação singulares. A história de seus antecedentes demonstra que foi a vontade da

sociedade civil de preservar a natureza que impulsionou o surgimento das reservas particulares. No segundo capítulo, serão abordados os conceitos de gestão biorregional, de abordagem ecossistêmica e de desenvolvimento territorial com base conservacionista (DTBC), além das estratégias que seguem a linha de planejamentos baseados no conjunto de áreas protegidas e na participação social, como as Reservas da Biosfera, os corredores ecológicos e os mosaicos. Também será discutida, neste capítulo, a inserção das RPPNs nestes modelos no território da Chapada dos Veadeiros. No terceiro capítulo, será caracterizada a região do nordeste goiano, onde se localiza a Chapada dos Veadeiros, refletindo sobre a sua importância como área prioritária para a conservação da biodiversidade. A Chapada é o *habitat* de inúmeras espécies endêmicas e ainda possui áreas preservadas que possibilitam a implementação de políticas públicas de conservação da biodiversidade. Por fim, no quarto capítulo, será apresentado o relato das histórias de vidas dos proprietários de RPPNs na Chapada, a discussão e resultados obtidos sobre suas motivações, dificuldades e sentimentos em relação às reservas privadas.

A pesquisa mostra que a criação de RPPNs não é algo simples, principalmente, se não houver o auxílio de ONGs nesse processo. A maior motivação para a criação de RPPNs na Chapada dos Veadeiros é conservação da natureza devido à consciência ecológica dos proprietários. Apesar de entenderem a importância dessa atitude voluntária de conservar, muitos deles mostram-se insatisfeitos com a real situação de suas áreas protegidas. A falta de benefícios, incentivos e apoio do governo é o grande desmotivador dos atuais proprietários de RPPNs na região. Um programa governamental com estratégias de incentivo à criação de novas RPPNs e a implementação de modelos de gestão biorregional na Chapada dos Veadeiros será uma grande oportunidade de aumentar as áreas protegidas na região com a participação da sociedade civil.

1 A RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL

Um dos grandes desafios para as políticas públicas de conservação da natureza é encontrar espaços para a criação de novas áreas protegidas dentro de uma paisagem fragmentada, formada por manchas de áreas conservadas, em meio a áreas públicas e privadas com variadas atividades econômicas: pastagens, madeireiras, áreas urbanas, entre outras (MILLER, 1997a). Além disso, mesmo que sejam encontrados espaços passíveis de serem transformados em áreas protegidas, existem outros obstáculos.

Quando são definidas as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, elas se tornam um indicativo para o Poder Público criar uma UC pública. Contudo, para se tornarem áreas protegidas públicas, o governo precisa desapropriar essas terras e indenizar seus proprietários. Além de custar caro para o governo, normalmente, é um processo lento e complicado. Dessa forma, a falta de recursos para a real implementação do SNUC provoca uma série de problemas, como, por exemplo, falta de regularização fundiária das terras já agregadas a UCs, planos de manejo inexistentes, falta de investimentos, escassez de funcionários e falta de infraestrutura das UCs estabelecidas (MEDEIROS *et al*, 2011).

De acordo com o MMA, o orçamento para as UCs federais não mudou muito desde a criação do SNUC, sendo de aproximadamente R\$ 300 milhões/ano. Porém, nos últimos 10 anos, o total de áreas federais em UCs cresceu em 83,5%. Para o MMA, o ideal seria o valor de R\$ 550 milhões/ano e mais R\$ 600 milhões a serem investidos especificamente em infraestrutura e planejamento (MEDEIROS *et al*, 2011). Nesse aspecto, as RPPNs se mostram vantajosas, pois são UCs criadas voluntariamente por proprietários de áreas rurais, sem prejudicar os seus direitos sobre a propriedade. Por serem reservas privadas, o incentivo à sua criação desonera, em parte, o governo, no que se refere a investimentos para a criação de novas UCs. Além de proprietários particulares, várias ONGs também investem na criação e manutenção de RPPNs em todo o Brasil.

Além desses aspectos financeiros, existem outros motivos para um maior incentivo na criação de RPPNs. De acordo com Milaré (2007), o pensamento por trás da promoção da RPPN é fomentar o engajamento do cidadão na defesa da biodiversidade de forma mais direta, premissa que corrobora com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que impõe como dever, não só do governo, mas de toda sociedade, a manutenção do equilíbrio ambiental. Para compreender melhor esta UC tão singular, a RPPN, faz-se necessário o conhecimento de seus antecedentes jurídicos.

1.1 ANTECEDENTES DA RPPN

A origem das RPPNs remete ao primeiro Código Florestal brasileiro, publicado em 23 de janeiro de 1934 por meio do Decreto nº 23.793. Nesta primeira versão do código, foi feita uma classificação das florestas que são divididas em florestas protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. De acordo com o artigo 4º deste código, as florestas protetoras tinham como objetivo conservar o regime das águas, evitar a erosão das terras, fixar dunas, auxiliar a defesa das fronteiras, assegurar condições de salubridade pública, proteger sítios de beleza natural que mereçam ser protegidos e asilar espécimes raros da fauna indígena. Ou seja, era uma reserva particular, que permanecia sob o domínio e posse de seu proprietário, mas que objetivava a conservação perene de seus atributos naturais. Observa-se, então, que a noção de propriedade particular destinada à conservação da biodiversidade existia desde 1934 (WIEDMANN, 2001).

No dia 15 de setembro de 1965, surgiu o novo texto do Código Florestal com a publicação da Lei nº 4.771. No novo texto, a figura das florestas protetoras do antigo código cedia lugar à APPs. É no Código Florestal de 1965 que surge também as RLs. Assim como as RPPNs, a RL tem seu embrião na floresta protetora definida no Código Florestal de 1934. A diferença da RL para as APPs é que na RL é permitido o manejo sustentável (ARAÚJO, 2010). As APPs também foram isentas de tributação e do pagamento do ITR, assim como as RLs e as RPPNs. Outra inovação trazida pelo Novo Código Florestal de 1965 foi prevista em seu artigo 6º, que oferecia a prerrogativa ao proprietário de criar em caráter perpétuo uma área de proteção, desde que verificada o interesse público. Porém, tal artigo não foi regulamentado e permaneceu inerte até 1990 (WIEDMANN, 2001).

Em 1977, surgiu um novo instrumento para a defesa do meio ambiente dentro de áreas privadas, o Refúgio Particular de Animais Nativos (REPAN), instituído pela Portaria nº 327 de 27 de agosto de 1977, do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Sua criação foi decorrente do anseio da sociedade, em particular do Rio Grande do Sul, que gostaria de formalizar a proibição da caça em suas propriedades (WIEDMANN, 2001). Nesses refúgios, os proprietários particulares poderiam proibir a caça de animais mesmo que as suas terras possuíssem espécies de animais liberadas para essa atividade. Não havia nenhum incentivo ao proprietário, apenas a vontade de proteger suas áreas de algumas modalidades de caça permitidas legalmente na época. Sendo assim, qualquer atividade de caça era proibida nesses refúgios, inclusive pelo seu proprietário.

No dia 31 de agosto de 1981, foi instituída, por meio da Lei nº 6.938, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que se constituiu em um marco na questão ambiental do país. A PNMA tinha como objetivo de preservar e recuperar a qualidade ambiental para as pessoas e demais seres vivos. Ela trouxe organização territorial e institucional aos assuntos ligados ao meio ambiente, criando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que promoviam a articulação e a coordenação entre as esferas públicas na área ambiental (MMA, 2010a).

Em 27 de julho de 1988, a Portaria nº 327/77 foi revogada pela Portaria do IBDF nº 217, que instituiu as Reservas Particulares de Fauna e Flora (RPFF), também criada de maneira voluntária pelos proprietários. Foram ampliados os elementos de preservação dentro da propriedade privada. Em seu artigo 2º, a portaria identificava como RPFF uma área de propriedade particular em que seriam mantidas condições naturais primitivas, semiprimitivas ou recuperadas, destinadas à manutenção, parcial ou integral, do ciclo biológico de espécies da fauna e flora nativas do Brasil ou migratórias. Outro ponto importante dessa segunda portaria foi o artigo 8º, que colocava as RPFF na condição de proteção integral, sendo proibido o desmatamento, a coleta, a apanha, a captura, a caça ou as ações humanas que provocassem alterações na reserva (ANTUNES, 1997; WIEDMANN, 2001).

No mesmo ano, com o advento da nova Constituição Federal, a figura da RPPN viria a satisfazer o dispositivo da nova Carta Magna que, em seu artigo 225, impõe não só ao Poder Público, mas a toda coletividade a obrigação de defender o meio ambiente. Em 1989, foram extintos a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), o IBDF, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Foi este órgão que, em 31 de janeiro de 1990, promoveu a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural, por meio do Decreto nº 98.914.

A Constituição de 1988 também trouxe mudanças no que diz respeito ao direito de propriedade. Para mediar direitos conflitantes como o ambiental e o da propriedade, a Constituição estabeleceu o princípio da função social da propriedade (GANEM *et al*, 2010a). Agora, a lei passa a enfatizar a função social da propriedade e, mais do que isso, a sua função ambiental. Dessa forma, a propriedade privada se torna instrumento para se cumprir um direito fundamental do homem, que é ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado (FAZOLLI, 2004). Um exemplo disso é a própria Área de Proteção Permanente (APP), estabelecida no Código Florestal de 1965, que são espaços de domínio público ou privado

(sem necessidade de desapropriação), mas que limitam o direito de propriedade de seu dono, por levar em conta, primeiramente, a função ambiental da propriedade (JURISAMBIENTE, 2012). A APP é uma limitação administrativa para o bem do meio ambiente e que está ancorada no direito ao meio ambiente equilibrado, assegurado na Carta Magna.

De acordo com Wiedmann (2001), o Decreto nº 98.914/90 regulamentou o artigo 6º do Novo Código Florestal de 1965, até então não utilizado, que possibilitava ao proprietário não fazer o uso direto de áreas que possuíam potencial econômico, mas que poderiam ser também preservadas. Neste decreto, ficou instituído o caráter perpétuo da reserva. Ele possibilitou também a inclusão de áreas degradadas em que se justificassem ações de recuperação. Foi incluída a isenção de impostos, onde as áreas de RPPN foram declaradas isentas do ITR, um benefício aos cidadãos brasileiros que criassem reservas voluntariamente e, dessa forma, poderiam participar do processo de proteção da biodiversidade do país (WIEDMANN, 2001). Apesar de ser um benefício, a isenção do ITR não pode ser considerado um motivador no surgimento de novas reservas particulares. A preocupação com as RPPNs fica demonstrada quando o decreto determina que seja assegurada a mesma proteção dada às APPs para as RPPNs (MAIA NETO, 2010a). Apesar do caráter perpétuo, caso o proprietário desmatasse a área da RPPN, o IBAMA poderia revogar a portaria de criação da reserva, assim como seus benefícios. Isso mudou no ano de 1996.

Em 05 de junho de 1996, o Decreto nº 98.914/90 foi revogado pelo novo Decreto nº 1.922, que possuía caráter bastante protecionista e restritivo. Permitia ao proprietário utilizar a RPPN somente para pesquisa científica, cultura, educação, recreação e lazer, mantendo, assim, o seu caráter de proteção integral. Seu avanço foi ter em seu texto o objetivo das RPPNs, que é a proteção dos recursos ambientais representativos da região. O decreto também indicou quais requisitos deveriam ser observados para que fosse reconhecida uma RPPN. São eles: relevante importância de sua biodiversidade ou de seu aspecto paisagístico e características ambientais que justifiquem ações de recuperação daquela área (MAIA NETO, 2010a). Além disso, somente eram permitidas, dentro das RPPNs, obras de infraestrutura que fossem necessárias para a realização das atividades culturais, educacionais ou científicas, atividades essas permitidas nestas reservas (MAIA NETO, 2010a).

A partir do Decreto nº 1.922/96, o proprietário que descumprisse com alguma determinação legal sobre a RPPN e a descaracterizasse de alguma forma, sofreria punições

como multa e obrigação de recuperar a área, porém sem perder a condição de RPPN. Caso essas determinações não fossem cumpridas no prazo determinado, novas multas poderiam incidir sobre o proprietário. Neste mesmo ano, o IBAMA implementou o Programa RPPN, com um maior número de servidores, padronização de vistorias, maior organização das informações, realização de congressos sobre RPPNs, elaboração de materiais de divulgação, criação da Rede Nacional de Áreas Particulares Protegidas (RENAPP), parcerias internacionais, financiamento junto ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), criação do manual do proprietário, apoio ao surgimento de associações de RPPNs, entre outras conquistas.

1.2 A RPPN NO SNUC E SUAS CARACTERÍSTICAS

Após mais de uma década de tramitações no Congresso Nacional, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (MERCADANTE, 2001). As RPPNs, consideradas como UCs, passaram a ser definidas e reguladas por esta lei. O SNUC dividiu as UCs em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável (Quadro 1). As UCs de proteção integral têm como objetivo básico a preservação do meio ambiente, sendo permitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Nas UCs de uso sustentável, é possível compatibilizar a conservação da natureza com atividades que envolvem coleta e uso, comercial ou não, de parcela de seus recursos naturais, de uma maneira sustentável.

| Unidades de Conservação do SNUC | |
|---------------------------------|--|
| Unidades de Proteção Integral | Unidades de Uso Sustentável |
| Estação Ecológica | Área de Proteção Ambiental |
| Reserva Biológica | Área de Relevante Interesse Ecológico |
| Parque Nacional | Floresta Nacional |
| Monumento Natural | Reserva Extrativista |
| Refúgio da Vida Silvestre | Reserva de Fauna |
| | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| | Reserva Particular do Patrimônio Natural |

Quadro 1 - Unidades de Conservação do SNUC.

Fonte: BRASIL, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

As RPPNs foram pensadas como UCs de uso sustentável. No inciso III do §2º do artigo 21 da Lei do SNUC, se pretendia permitir a extração de recursos naturais, exceto madeira, desde que não colocassem em risco as espécies ou os ecossistemas que justificaram a criação da UC. Porém, esse inciso foi vetado pela Presidência da República.

O veto presidencial nº 967 de 18 de julho de 2000 teve como explicação o fato de a permissão ir contra os propósitos do proprietário de proteger a sua área e também por tal inciso permitir, por exemplo, a extração de minérios. Sendo a RPPN isenta de ITR, essa possibilidade não seria de interesse público (MAIA NETO, 2010b). Assim, o veto foi na verdade um ponto favorável para as RPPNs e para o fortalecimento das áreas protegidas. Como esta era a única atividade de uso direto permitida dentro da RPPN, sua retirada fez com que essa categoria se revestisse do caráter de unidade de proteção integral (MAIA NETO, 2010b). As RPPNs estão categorizadas no SNUC como unidades de uso sustentável, mas, na prática, são UCs de proteção integral.

No ano de 2006, as RPPNs foram então regulamentadas por meio do Decreto nº 5.746 de 05 de abril de 2006, que também instituiu as obrigações aos seus proprietários, que não são poucas. Dentre elas, está a submissão do Plano de Manejo, o envio (sempre que solicitado) de relatórios sobre as atividades realizadas na reserva, a manutenção dos atributos ambientais da área, a demarcação dos seus limites e a advertência a terceiros sobre a existência da RPPN e das proibições impostas nela.

Essas obrigações não são de fácil execução. A elaboração de Plano de Manejo e de relatórios requer pessoal especializado, o que custa caro ao proprietário. Dependendo da localização e extensão da reserva, é quase impossível a fiscalização de toda área sem apoio do governo ou de outras instituições. O próprio processo de criação da RPPN é, muitas vezes, desestimulador. A exigência de vários documentos do proprietário e do imóvel, e alguns deles são muito difíceis de serem conseguidos, torna o processo difícil, moroso e custoso. O título de domínio da terra é o pior deles. Muitos proprietários não têm a titulação de sua propriedade e em alguns casos, mesmo tendo tal documento, não é possível ter certeza sobre a sua veracidade, pois muitas áreas do país têm mais de um registro fundiário (BENSUSAN, 2006).

A criação de uma RPPN se manteve como ato voluntário do proprietário, que pode destinar toda a sua propriedade ou apenas parte dela para à preservação. Deverá ser firmado, junto ao órgão ambiental, um termo de compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis com caráter perpétuo. Isso acontecerá após a

análise da área para saber se é viável e interessante para o Poder Público a criação de uma reserva na área indicada pelo proprietário. A RPPN não poderá ser usada para outros fins além do desenvolvimento de atividades de pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais, que precisam ser previstas no seu Plano de Manejo (WIEDMANN, 2001). A autorização para pesquisa científica e visitação não foi mencionada na lei. Sendo assim, essa competência passa ao gestor da unidade, normalmente, seu proprietário (MAIA NETO, 2009).

As atividades econômicas possíveis dentro das RPPNs, devido a suas restrições legais, são o turismo, a educação ambiental e o *birdwatching* ou observação de aves. Como o proprietário tem a opção de separar apenas uma parte de sua propriedade para a criação da reserva, muitos usam a área restante para a construção de pousadas, tendo como chamariz a proximidade com uma área natural preservada, o que funciona como elemento de *marketing* verde para os seus produtos e serviços (MORSELLO, 2001; DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001).

De acordo com Mesquita (2000), para auxiliar ou até concretizar a permanência dessas reservas, é clara a necessidade da gestão das RPPNs como negócio, e o turismo seria a melhor forma de promover, em longo prazo, a sustentabilidade econômica e ambiental dessas reservas, sendo que as RPPNs, estudadas por Mesquita, que tiveram sucesso procuraram diversificar suas atividades. Além disso, foram citados pelos proprietários de seu estudo, outros fatores que contribuem para o êxito da reserva, como pesquisa científica, educação ambiental, planejamento financeiro, manejo da reserva, infraestrutura, visitantes e assistência técnica especializada.

Com base na Lei do SNUC, no Decreto nº 5.746/06 e na própria Constituição Federal de 1988, as RPPNs só poderão ser reduzidas ou extintas por meio de lei específica feita pelo Congresso Nacional especificamente para isso. Assim, a desafetação ou alteração de uma RPPN se torna algo improvável (FARIAS, 2007).

Apesar de ter uma gestão privada, o interesse objetivado pela criação das RPPNs é público, cabendo aos órgãos competentes orientar de forma técnica e científica o proprietário para a gestão e para a elaboração do Plano de Manejo de sua unidade (MAIA NETO, 2009). Na prática, isso é pouco usual. Geralmente, os proprietários que receberam alguma forma de orientação a obtiveram de ONGs que atuam no campo da conservação da natureza, algumas delas criando novas RPPNs. De acordo com Drummond *et al* (2005), as organizações que mais investiram neste tipo de UC no país foram a Fundação Pró-Natureza

(FUNATURA), a Biodiversitas, Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS), a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN), o World Wildlife Fund (WWF), a Ecotrópica, a The Nature Conservancy (TNC), o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), e o Serviço Social do Comércio (SESC) em Mato Grosso.

O tamanho das RPPNs pode ser considerado um problema para a conservação da biodiversidade (HOROWITZ, 2003). Normalmente, a área individual dessas reservas é bem pequena e a sua viabilidade ecológica é duvidosa. Porém, elas devem ser valorizadas como ações complementares, componentes de esquemas mais abrangentes de gestão territorial (MORSELLO, 2001; DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001).

Instrumento único devido a sua singularidade, a RPPN está a serviço da criação de novas unidades de conservação e da formação de corredores ecológicos e mosaicos, com as facilidades da iniciativa privada (FARIAS, 2007). Alguns modelos de gestão territorial permitem, além do governo, a participação da sociedade civil. Essa é a ideia compartilhada, por exemplo, na abordagem biorregional.

Mesmo assim, a categoria de RPPN, muitas vezes, recebe pouca atenção em detrimento de outras categorias de UCs, principalmente em relação às categorias de proteção integral (FARIAS, 2007). Existem, no Brasil, outras UCs que admitem a propriedade privada. Entre elas, duas pertencem ao grupo das UCs de proteção integral: o Monumento Natural e o Refúgio da Vida Silvestre. Estas UCs podem ser implementadas em terras particulares, desde que o seu uso pelos proprietários seja compatível com a finalidade da reserva. Caso não seja compatível, a área deverá ser desapropriada. Sendo assim, é possível ter Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre de domínio público e de domínio privado (ROCHA, 2003).

As outras UCs que possuem terras privadas em sua delimitação estão agrupadas no conjunto de UCs de uso sustentável. São elas: a Área de Proteção Ambiental (APA) e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Estas categorias permitem a propriedade privada, porém são de uso sustentável, admitindo várias atividades. Por isso, apesar de a RPPN figurar junto com estas outras categorias de uso sustentável, ela se assemelha mais ao Monumento Natural e ao Refúgio da Vida Silvestre, dadas as suas restrições.

A APA recebe muitas críticas por ser uma UC de difícil gestão, devido a sua característica de ter terras públicas e privadas em sua delimitação. A verdade é que a grande maioria das APAs está apenas no papel. Para que possa ser conservada a

biodiversidade dessas áreas, o governo impõe restrições de uso que devem ser cumpridas pelos proprietários. A exemplo das RPPNs, não é necessária a desapropriação, porém não é um ato voluntário do proprietário. A criação de uma APA, muitas vezes, desagradou os donos de terra que são atingidos por esta medida, levando-os a lutar contra a criação ou, simplesmente, ignorar as restrições impostas àquela área. Da mesma maneira que é difícil gerir uma APA é, também, difícil fiscalizá-las.

A ARIE foi instituída em 31 de agosto de 1981, pela Lei nº 6.938/81. Sua proteção atinge áreas com características naturais extraordinárias ou que possuam exemplares raros da biota regional, necessitando, portanto, de cuidados especiais de proteção. A ARIE é instituída, preferencialmente, quando a região tiver extensão inferior a cinco mil hectares.

Última categoria no ordenamento jurídico do SNUC, a RPPN possui basicamente o mesmo objetivo das outras categorias, ou seja, conservar a biodiversidade, desde que seja integralmente em área privada, característica que a diferencia das outras categorias. No entanto, essa não é a única diferença. Conhecidas por serem UCs de uso sustentável *sui generis*, por ter suas restrições iguais às restrições das UCs de proteção integral, as RPPNs ainda têm caráter perpétuo, gravado em seu Registro Público de Imóveis. Dessa forma, nem a venda ou o parcelamento, nem futuros herdeiros poderão voltar atrás na instituição da área como reserva protegida (MAIA NETO, 2010b).

1.3 ÁREAS PROTEGIDAS EM TERRAS PRIVADAS

Além das UCs, que integram o SNUC, existem outros tipos de áreas protegidas no Brasil. De acordo com a International Union for Conservation of Nature (UICN, 2008), área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido para alcançar a conservação da natureza, com serviços dos ecossistemas associados e valores culturais. No Brasil, o termo áreas protegidas pode se confundir com o termo unidade de conservação constante na Resolução do CONAMA nº 11/78 (RECIFE, 2013) e consagrado pelo SNUC. De acordo com a resolução, unidade de conservação é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, ou seja, percebe-se que as UCs integram essa categoria especial identificada como áreas protegidas, porém, nem todas as áreas protegidas brasileiras foram incorporadas ao SNUC. São exemplos de espaços territoriais protegidos as APPs, as RLs, a Servidão Ambiental, as Terras Indígenas e os Territórios Quilombolas. Entre estas áreas

protegidas citadas, as APPs, as RLs e a Servidão Ambiental possuem suas terras em domínio privado e particular.

As APPs foram previstas, primeiramente, no Código Florestal de 1965 e modificadas pela MP nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Seu objetivo é preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Possuem a função ecológica de conservar os cursos d'água com a preservação das margens e do solo, e proporcionar segurança pública, pois diminuem os riscos de deslizamento de terras e de enchentes. Como os requisitos para a determinação da APP já estão previstos na lei, não é necessário ato do poder público para a sua criação (GANEM, 2010a).

As RLs também foram previstas no Código Florestal de 1965. É definida como uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e da flora nativa.

Com a redação da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que alterou o Código Florestal Brasileiro, a RL passou a ser classificada como área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. Ela deve ser de 80% na Amazônia Legal, 35% em área de Cerrado e 20% em áreas de campos gerais e outras regiões do país.

O tipo de área protegida mais similar à RPPN é a Servidão Ambiental que foi criada pela Lei nº 11.284 de 2 de março de 2006. De acordo com o entendimento de alguns juristas, essa nova figura de reserva privada veio substituir a Servidão Florestal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008). Na Servidão Florestal, o proprietário rural deveria renunciar ao direito de utilização de uma determinada área de sua propriedade, ou toda ela. Essa renúncia podia ser permanente ou ter um prazo determinado, diferenciando-se das RPPNs. A Servidão Ambiental manteve-se nos mesmos padrões da Servidão Florestal e foi recepcionada pela nova Lei nº 12.651/12.

Devido às semelhanças, a RPPN poderia ser considerada um tipo de Servidão Ambiental (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008), porém é possível observar que as RPPNs são formas únicas de proteção do meio ambiente em terras privadas. A servidão ambiental é um instrumento econômico e a RPPN tem o status de ser uma UC. O regime de uso é semelhante, mas a gestão é bastante diferente. Tanto a Servidão Ambiental como a RPPN podem ser criadas de forma voluntária, mas apenas a RPPN é, obrigatoriamente, perpétua.

2 AS RPPNS E AS ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO BIORREGIONAL

As RPPNs muitas vezes são ignoradas pelos órgãos gestores de áreas protegidas, que não lhes dão a devida importância como um instrumento de conservação da natureza. Como já foi visto no capítulo anterior, realmente, há reservas particulares muito pequenas, o que compromete a sua efetividade na preservação da biodiversidade. Por isso, estas reservas devem ser vistas num contexto mais amplo, sendo uma alternativa complementar de planejamentos territoriais que têm como base a gestão integrada dos recursos naturais, a participação da comunidade local e dos donos de terra de um determinado território.

São exemplos de gestão territorial integrada estratégias como o Planejamento Biorregional, a Abordagem Ecosistêmica e o Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC). Estas estratégias serviram como base teórica para a implementação de políticas de gestão integrada utilizados no país e presentes no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) como as Reservas da Biosfera, os corredores ecológicos e os mosaicos.

2.1 BIORREGIÃO E O PLANEJAMENTO BIORREGIONAL

As ideias sobre o planejamento biorregional ganharam maior repercussão no Brasil a partir das pesquisas de Kenton Miller que, em 1995, durante o Seminário sobre Planejamento Biorregional realizado no IBAMA em Brasília, palestrou sobre seus estudos em torno da gestão biorregional. De acordo com Miller (1997b), na Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre a Biodiversidade (CDB), realizado na Indonésia no mesmo ano, enfatizou-se que não é suficiente (e eficiente) proteger áreas silvestres por seus atributos estéticos. De acordo com a CDB, a conservação deve ter três objetivos principais: a proteção da fauna e flora, o uso sustentável dos recursos bióticos e a repartição dos benefícios entre todos os povos equitativamente.

A conservação da biodiversidade não pode ficar restrita à proteção de UCs como ilhas isoladas. Uma maneira de alcançar esses objetivos é o ordenamento territorial em uma escala geográfica chamada biorregião. O termo biorregião indica um espaço geográfico que abriga um ou vários ecossistemas, caracterizado por topografia, vegetação, cultura e história humana, sendo identificável por comunidades locais, governos e cientistas. A adoção dos fundamentos do planejamento de programas e projetos, tendo como limites territoriais uma biorregião, é o que se pode denominar planejamento biorregional (PIMENTEL, 2007).

Miller (1997b) listou os elementos essenciais para que houvesse uma boa administração biorregional, que são, resumidamente: 1 - Amplas Regiões Bioticamente Viáveis: capazes de acomodar padrões migratórios, antecipar períodos cíclicos da natureza e absorver os impactos de mudanças globais; 2 - Liderança e Gerenciamento: poderá ser de entidades públicas ou de comunidades formadas por residentes e usuários dos recursos; 3 - Estrutura de Núcleos, Corredores e Paisagens: de uma forma ideal, essas áreas protegidas, serão ligadas por corredores naturais; 4 - Sustentabilidade Econômica: incentivos adequados para aperfeiçoar o uso dos recursos locais e a aplicação de tecnologias; 5 - Total Envolvimento dos Grupos de Interesse: todas as partes que afetam ou se beneficiam dos recursos na região deverão envolver-se; 6 - Aceitação Social: quaisquer propostas de mudança na forma de vida das populações locais e residentes, incluindo as indígenas, precisam ser aceitas por elas; 7 - Informação Sólida e Abrangente: as Tecnologias de Informação Geográfica deverão ser utilizadas; 8 - Pesquisa e Monitoramento: concentradas nos povos e nas interações ambientais e no desenvolvimento de métodos inovadores de gestão de recursos naturais; 9 - Aplicação do Conhecimento: os conhecimentos científico, local e tradicional deverão ser considerados no processo de planejamento; 10 - Gerenciamento Adaptativo: os programas devem ser desenvolvidos de tal maneira que possibilitem a correção apropriada dos eventuais desvios; 11 – Restauração: as áreas submetidas ao uso excessivo ou inadequadas deverão ser restauradas; 12 - Desenvolvimento de Técnicas Cooperativas: as comunidades, juntamente com as organizações públicas e privadas trabalhando juntas; 13 - Integração Institucional: alianças com outras instituições e com organizações locais são bem-vindas; 14 - Cooperação Internacional: alguns ecossistemas apresentam fronteiras internacionais (MILLER, 1997b).

O autor citou vários exemplos de gerência biorregional no mundo e como tais experiências resolveram suas dificuldades, escolhendo a melhor forma de administrar seu território de acordo com as características físicas, biológicas, culturais e sociais de cada lugar. Mas para isso é preciso vários acordos de diferentes estilos de cooperação para que o manejo em grande escala realmente aconteça. O planejamento biorregional possui muitos desafios a serem vencidos.

A substituição do paradigma teórico e político das áreas protegidas como ilhas de biodiversidade, envolvidas por paisagens modificadas pelo homem, por um novo paradigma biorregional, que objetiva a gestão de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem, motivou uma mudança de foco em direção às práticas sociais realizadas dentro e no entorno das áreas com prioridade da conservação da natureza (WESTLEY, *et al*, 1998 *apud* FERREIRA, 2004b).

A abordagem biorregional como base para planejamentos conservacionistas deve levar em conta as inter-relações entre as áreas protegidas e a dinâmica das paisagens para que se preservem extensões maiores de áreas naturais (MILLER, 1997a). De acordo com os conceitos estabelecidos para Reservas da Biosfera, corredores ecológicos, mosaicos, pode-se inferir que estas políticas podem participar das diretrizes da gestão biorregional.

2.2 ABORDAGEM ECOSISTÊMICA

A abordagem ecossistêmica foi sugerida em 1992, na CDB, um dos cinco documentos resultantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. Este documento foi reflexo de duas grandes preocupações da época: o desmatamento das florestas tropicais e a valorização dos recursos biológicos com o crescimento da biotecnologia e entrou em vigor em 1993. De acordo com a CDB, as duas estratégias de conservação da diversidade biológica são a conservação *ex situ*, que pode ser por meio de bancos genéticos, museus, zoológicos, entre outros, e *in situ*, ou seja, a proteção da biodiversidade em seus *habitats* naturais, como por exemplo, na criação de áreas protegidas (GANEM, 2010b). Porém, chegou-se à conclusão de que as áreas protegidas são entidades político-administrativas, e que sua implementação e manejo efetivo deve ser feito pensando nos ecossistemas em que estão inseridos e não isoladamente. Essa forma de pensar configura a abordagem ecossistêmica (MENEZES, 2007).

A cada dois anos, os signatários da CDB se reúnem na COP para discutir seus avanços, problemas e novas propostas para a conservação da biodiversidade. A abordagem ecossistêmica tornou-se assunto relevante desde a primeira reunião em 1995, em Paris, por meio das discussões promovidas pelo Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico da CDB, que em 1998, na quarta COP, organizou um seminário sobre a abordagem ecossistêmica, no Malawi, e esta abordagem foi tida como a melhor estratégia para se atingir os objetivos da CDB (GANEM, 2010b).

Em, 2000, sua Quinta Reunião, a COP endossou uma descrição da abordagem ecossistêmica, como se segue: “A abordagem ecossistêmica é uma estratégia para o manejo integrado das terras, águas e recursos naturais que promove a conservação e o uso sustentável de uma forma equitativa”. A decisão da COP V/6 trouxe orientações para a implementação da CDB no país com conceitos aplicados a abordagem ecossistêmica como seus princípios e diretrizes.

No Brasil, a CDB foi promulgada por meio do Decreto nº 2.519 de 16 de março de 1998. Para cumprir com suas disposições, foram criados no país alguns instrumentos como o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), que gerencia o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO); a Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) e a Política Nacional de Biodiversidade (PNB), instituída pelo Decreto nº 4.339 de 22 de agosto de 2002 (GANEM, 2010b).

A Abordagem Ecosistêmica é ainda considerada um tema novo no país. Porém, alguns órgãos do governo já começaram a realizar atividades utilizando os seus princípios. É o caso do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que integrou a abordagem ecosistêmica em suas estratégias de conservação das espécies, manejo de corredores ecológicos, mosaicos de UCs e Reservas da Biosfera (MMA, 2010).

Se houver recursos e vontade política para a real implementação de corredores ecológicos ou de biodiversidade, mosaicos e Reservas da Biosfera, estas estratégias, que possuem uma base conceitual na abordagem ecosistêmica e no manejo biorregional, se tornarão ótimas alternativas para o avanço da gestão integrada e participativa de áreas protegidas e para a geração de benefícios sociais do uso sustentável dos recursos da natureza (DRUMMOND *et al*, 2010).

2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE BASE CONSERVACIONISTA

Com base em Weigand Júnior (2013), o DTBC propõe a união “feliz” entre o desenvolvimento econômico de uma determinada região com a conservação da natureza e da cultura de seus povos tradicionais, inclusive com a proteção integral das florestas. O seu surgimento nos anos 1980 se deu por meio da mobilização de seringueiros, no Acre e em Rondônia, que se organizaram para regulamentar suas terras, proteger a floresta e criar regras para um desenvolvimento conservacionista. Eles envolveram a população local, convenceram os políticos e, como resultados dessa luta, no início dos anos 1990, surgiram as primeiras Reservas Extrativistas (RESEXs). O autor informa que o retorno não foi imediato, mas hoje já é possível perceber sinais positivos na implementação das RESEXs. Argumenta ainda que as dificuldades de obter retorno financeiro em uma área de proteção de uso sustentável são grandes, maiores ainda que nas unidades de proteção integral que são mais restritivas. Mas, para ele, apesar das limitações que essas últimas áreas possuem, é possível que um parque, por exemplo, torne-se um grande aliado da economia local.

A base do desenvolvimento econômico tradicional é a busca por geração de emprego e renda, e essa base pode ser comercial, industrial, turística, agrônômica, entre outras, dependendo das características de cada região e das políticas econômicas ali empregadas. Estas bases de desenvolvimento econômico, em sua maioria, não são formuladas para serem ambientalmente sustentáveis. E mesmo as atividades planejadas de maneira sustentável como, por exemplo, a agricultura sustentável, pode ter como condição inicial a retirada das florestas (WEIGAND JUNIOR, 2013).

Observa-se, então, que não basta ser sustentável, é necessário aliar desenvolvimento à conservação, onde a base do desenvolvimento seria a própria conservação. Um dilema é como definir quais são as atividades que seguem a lógica do desenvolvimento com base conservacionista. O autor esclarece que a base do desenvolvimento é a conservação, quando o valor econômico tiver como base as atividades conservacionistas. É preciso, portanto, agregar valor ao território, aos serviços e aos produtos, como fruto das atividades conservacionistas.

Os produtos e serviços advindos de um desenvolvimento com base conservacionista são vários: proteção dos recursos hídricos que podem ser consumidos por populações e indústrias da região; proteção dos processos que garantem a reprodução e a produtividade de espécies como, por exemplo, as espécies pesqueiras; manutenção da beleza cênica da paisagem para atividades de turismo; contribuição à sustentabilidade dos modos de vida, práticas e conhecimentos tradicionais, entre outros (WEIGAND JUNIOR, 2013).

Os desafios de um planejamento baseado no DTBC são grandes. Da mesma forma que os outros modelos de desenvolvimento precisam de investimentos em infraestrutura para funcionar e darem retorno financeiro, este modelo de desenvolvimento também precisa obter recursos para que as atividades econômicas aconteçam de maneira sustentável e rentável. Além disso, é importante ter um bom diálogo com outras bases de desenvolvimento, unindo forças e obtendo ajuda mútua. Áreas preservadas podem, por exemplo, servir de servidão florestal para áreas que foram agricultadas (WEIGAND JUNIOR, 2013).

O DTBC se encaixa perfeitamente em planos de gerenciamento de políticas de gestão territorial integrada, pois, por meio dessas estruturas, se cria um território com regras, limitações e oportunidades. O território pode ser uma UC, um mosaico, um corredor de biodiversidade, uma Reserva da Biosfera ou mesmo uma biorregião. No Brasil, existem

exemplos de planejamento em DTBC, entre eles o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu em Minas Gerais.

Diante destes modelos de gestão territorial, conclui-se que todos eles possuem características semelhantes como aliar os princípios da conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconômico da região. Quando comparados, observa-se que o diferencial é o desenho territorial que cada abordagem determina como ideal para realizar seu planejamento. No caso da Abordagem Ecosistêmica, o território é o ecossistema em que a área protegida está inserida. Já o DTBC utiliza como limite territorial uma UC, um corredor ecológico, um mosaico, entre outros. Contudo, em todos os casos, exceto quando se tratar de apenas uma UC, o desenho territorial que limita a ação da estratégia escolhida pode ser definida como uma biorregião.

Muitas vezes, diversas políticas públicas de conservação da biodiversidade acabam se sobrepondo, provocando o espalhamento dos recursos financeiros destinados à conservação e a perda da objetividade nos trabalhos de articulação institucional. Isso pode levar ao desperdício de recursos e ao não cumprimento da meta de aumento efetivo da área conservada (GANEM, 2007).

2.4 POLÍTICAS DE GESTÃO INTEGRADA DO PNAP

Algumas políticas representativas desses modelos de gestão integrada do território foram citadas no Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006, que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Seu objetivo é diminuir a perda da biodiversidade, tendo como estratégia, a formulação de um sistema de áreas protegidas que vai além das UCs, englobando as áreas indígenas, as APPs, as RLs e terras de Quilombolas. Entre as políticas de gestão integrada presentes no PNAP estão as Reservas da Biosfera, os corredores ecológicos e os mosaicos (Figura 1).

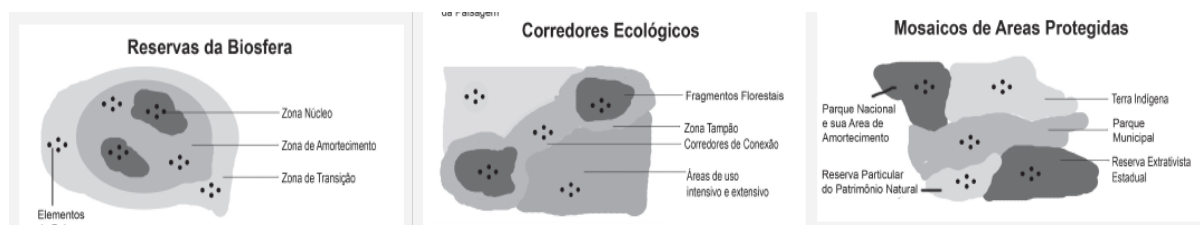


Figura 1 - Diagrama com esquema dos instrumentos de gestão territorial: a) Reserva da Biosfera, b) Corredor Ecológico, c) Mosaico de Áreas Protegidas.

Fonte: PINHEIRO, M.R. Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas. Brasília, DF, GTZ, 2010.

2.4.1 Reservas da Biosfera

De acordo com a Lei do SNUC, em seu art. 41, a Reserva da Biosfera é um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, adotado internacionalmente, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento e educação ambiental, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das populações. As Reservas da Biosfera são geridas por um conselho deliberativo e suas terras podem ser públicas ou privadas. Elas podem ter uma ou várias áreas núcleo, de proteção integral, protegidas por uma zona de amortecimento, onde as atividades não devem prejudicar as áreas núcleo, e as demais áreas como zonas de transição, que podem ser ocupadas e manejadas pela população de modo sustentável.

As Reservas da Biosfera foram propostas por meio do programa “O Homem e a Biosfera”, criado em 1971 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (UNESCO, 2012). Seu conceito tem como base as ideias de planejamento biorregional de Kenton Miller, que visam a uma gestão territorial integrada, protegendo a diversidade biológica em biorregiões estratégicas do planeta, conciliando a conservação com o desenvolvimento e promovendo o conhecimento científico sobre essas áreas (LINO, 2010 *apud* GANEM, 2010b). Um dos diferenciais destas reservas é o seu reconhecimento internacional por meio da UNESCO. Atualmente, existem 610 Reservas da Biosfera em 117 países do mundo (UNESCO, 2012).

Diferente dos Mosaicos, não é obrigatório que haja UCs nos limites da Reserva da Biosfera, apesar de ser algo positivo. No Brasil, o programa “O Homem e a Biosfera” se iniciou em 1974, mas apenas em 1991 foi criada a primeira Reserva da Biosfera brasileira, localizada na Mata Atlântica. Hoje, são sete Reservas da Biosfera no país, que abarcam cinco biomas brasileiros: Reserva da Biosfera da Amazônia Central, Reserva da Biosfera da Caatinga, Reserva da Biosfera do Cerrado, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (que inclui a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo), Reserva da Biosfera do Pantanal e Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (MMA, 2013c).

2.4.2 Corredores de Biodiversidade X Corredores Ecológicos

O termo corredor ecológico pode acarretar certa confusão. De acordo com o SNUC, os corredores ecológicos são porções de ecossistemas, naturais ou seminaturais, ligando as UCs e permitindo o fluxo de genes, a movimentação da biota, a dispersão das espécies, a

recolonização de áreas degradadas e a manutenção de populações que necessitem de áreas maiores do que unidades individuais.

Dessa forma, uma das funções dos corredores ecológicos é facilitar a movimentação de espécies que necessitam de grandes áreas para sobreviver, evitando também que as UCs se tornem ilhas isoladas. O conceito, portanto, é que os corredores estão vinculados às UCs com o objetivo de interligá-las, mas sem incluí-las (GANEM, 2010b). Estes corredores ecológicos são criados por ato do MMA e, até o momento, foram reconhecidos dois corredores: Corredor Capivara-Confusões e Corredor Caatinga (MMA, 2013b).

Porém, o termo “corredor ecológico” também é usado para outras formas de gestão territorial em escalas maiores com o objetivo de conservarem áreas mais amplas. É o caso do Projeto Corredores Ecológicos (PCE), implementado em 2002 no âmbito do componente do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7) (GANEM, 2010b). Neste projeto, o termo corredor ecológico ganhou outra definição, sendo conceituado como grandes áreas que contêm ecossistemas biologicamente prioritários, formados por conjuntos de UCs, terras indígenas e áreas de interstício. Essas áreas de interstício podem incluir os corredores ecológicos descritos no SNUC, mas abrangem áreas de usos múltiplos.

A função dos corredores ecológicos no PCE é prevenir ou reduzir a fragmentação das florestas existentes e permitir a conectividade entre áreas protegidas. O termo corredor ecológico também foi usado no PNAP, por meio do Decreto 5.758/2006, que faz referência a projetos de gestão territorial como Reservas da Biosfera, mosaicos, bacias hidrográficas, entre outros. De acordo com Ganem (2010b), o termo correto que deveria ter sido usado no PCE é “Corredores de Biodiversidade” ou “Corredores Biorregionais”, pois da forma como foi colocado no decreto, está em desacordo com a Lei do SNUC.

Os Corredores de Biodiversidade não foram definidos em lei, mas podem ser entendidos como grandes áreas que abrangem as UCs, suas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, terras indígenas, reservas legais, áreas de preservação permanente e outras áreas privadas e públicas com usos compatíveis com a conservação da biodiversidade (GANEM, 2007). O Corredor de Biodiversidade é um instrumento de conservação que requer um processo contínuo de negociação dos diversos interesses envolvidos. É preciso o estabelecimento de acordos entre os órgãos governamentais, a população local, os proprietários de terra da região, ONGs e também as comunidades tradicionais (GANEM, 2007).

2.4.3 Mosaicos

Pela Lei do SNUC, em seu art. 26, os mosaicos são considerados constituídos quando existir um conjunto de UCs, iguais ou de diferentes categorias, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas, públicas ou privadas. A gestão do mosaico deverá ser realizada de forma íntegra e participativa. O objetivo principal dessa estratégia é proporcionar a conservação da biodiversidade, valorizando a sociedade e o desenvolvimento sustentável local. Os mosaicos servem, portanto, para compatibilizar outros direcionamentos do uso da terra (como a ocupação urbana, a agricultura, a pecuária, e as atividades extrativistas), com a conservação de *habitats*.

Os mosaicos são regulamentados pelo Decreto nº 4.340/2002, que determina que o mosaico deva ser reconhecido por portaria do MMA, a pedido dos gestores das UCs que o integram. O decreto também expõe que os corredores das UCs serão integrados ao mosaico e que seu conselho consultivo deverá ser presidido por um dos chefes das UCs, tornando-o um instrumento mais restrito que os Corredores de Biodiversidade (GANEM, 2010b).

O MMA e o Ministério da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e do Ordenamento do Território da França assinaram um Memorando de Entendimento, em 2004, onde foi sistematizado o Projeto “Fortalecimento da Gestão Integrada e Participativa em Mosaicos de Áreas protegidas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável, com a proposta de criar uma rede franco-brasileira de mosaicos de áreas protegidas, baseada nos conceitos de gestão territorial integrada e participativa. Um dos alicerces que fundamentaram a cooperação Brasil-França foi a incorporação da abordagem ecossistêmica no Brasil e dos instrumentos de gestão participativa, em especial, os mosaicos. O MMA articulou a rede franco-brasileira e fomentou a implementação dos mosaicos em territórios definidos pelo Edital 01/2005 do FNMA, que financiou o programa. O Edital teve como objetivo reconhecer mosaicos em diferentes biomas brasileiros e fomentar a elaboração de planos de DTBC nos mosaicos selecionados (MMA *et al*, 2010). O MMA reconheceu treze mosaicos, até o momento: Mosaico Capivara-Confusões, Mosaico do Litoral de São Paulo e Paraná, Mosaico Bocaina, Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, Mosaico Mantiqueira, Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, Mosaico Mico-Leão-Dourado, Mosaico do Baixo Rio Negro, Mosaico da Foz do Rio Doce, Mosaico do Extremo Sul da Bahia, Mosaico Carioca e Mosaico da Amazônia Meridional (MMA, 2013a).

Dentro dos mosaicos, podem ser desenvolvidas diversas atividades produtivas, integrando os proprietários rurais e as UCs públicas e privadas, de maneira que as áreas remanescentes de vegetação nativa tenham continuidade e não se tornem ilhas dentro de uma área degradada mais ampla. Para que isso ocorra, é importante o estímulo à conservação em terras privadas (GANEM, 2010b). A implementação de um mosaico pode contribuir para que a interação entre o governo, seus órgãos gestores e a população local seja mais eficiente, garantindo a proteção de áreas naturais (MMA, 2013).

3 A GEOGRAFIA DA CHAPADA DOS VEADEIROS: HISTÓRIA E BIODIVERSIDADE

A Chapada dos Veadeiros, situada no Estado de Goiás, é palco de diversas políticas governamentais para a conservação da biodiversidade. Aí se encontram diversos tipos de UCs. Além disso, a região é detentora do título de Reserva da Biosfera e tem seu Parque Nacional considerado Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO. Faz parte do projeto Corredor Ecológico Paranã-Pirineus e de outros projetos que estão em construção como o Mosaico Chapada dos Veadeiros e o Corredor Ecológico do Tombador. Isso demonstra a grande importância ecológica existente na região e o interesse nacional e internacional de se preservar o que se constitui na área contínua mais bem conservada do Cerrado em Goiás (BARBOSA, 2008).

3.1 NORDESTE GOIANO

Como estratégia de planejamento governamental, Goiás foi dividido em dez microrregiões. A região do nordeste goiano (Figura 2) é uma delas e compreende vinte municípios: Alto Paraíso de Goiás, Iaciara, Alvorada do Norte, Mambaí, Buritinópolis, Monte Alegre de Goiás, Campos Belos, Nova Roma, Cavalcante, Posse, Colinas do Sul, São Domingos, Damianópolis, São João D'Aliança, Divinópolis de Goiás, Simolândia, Flores de Goiás, Sítio D'Abadia, Guarani de Goiás e Teresina de Goiás. Toda região é caracterizada, principalmente, pelas atividades de agroindústria, agropecuária, mineração, plantas fitoterápicas, setor hidrelétrico e pelo turismo (SECTEC, 2011).

Por ser uma região rica em recursos hídricos, possui oito hidrelétricas em seu domínio: Cana Brava, Serra da Mesa, em Cavalcante e Minaçu/GO; - São Domingos, em São Domingos/GO; - Santa Edwiges I, em Buritinópolis e Mambaí/GO; - Santa Edwiges II, em Buritinópolis e Posse/GO; - Areia e Castelani, em Posse/GO; - Mambaí, em Sítio D'Abadia/GO; e Mosquito, em Campos Belos/GO. Além das hidrelétricas, também possui a Usina Termelétrica Campos Belos, no Município de Campos Belos/GO.

O nordeste de Goiás é considerado a região mais pobre do estado, sobressaindo-se atividades voltadas para o seu potencial turístico, sobretudo na Chapada dos Veadeiros e em São Domingos, e para a agropecuária, principalmente no Vão do Paranã. O transporte na região é feito basicamente por modo rodoviário e sua atividade industrial é pouco expressiva comparada com o restante do estado. Assim, o turismo tem se mostrado como principal alternativa para o desenvolvimento econômico e sustentável da região. Além dos

atrativos naturais, há várias festas folclóricas, como a Romaria do Engenho e Vão do Moleque, nas comunidades Calungas, e a Caça à Rainha, realizada em vários municípios (SEPLAN, 2011).

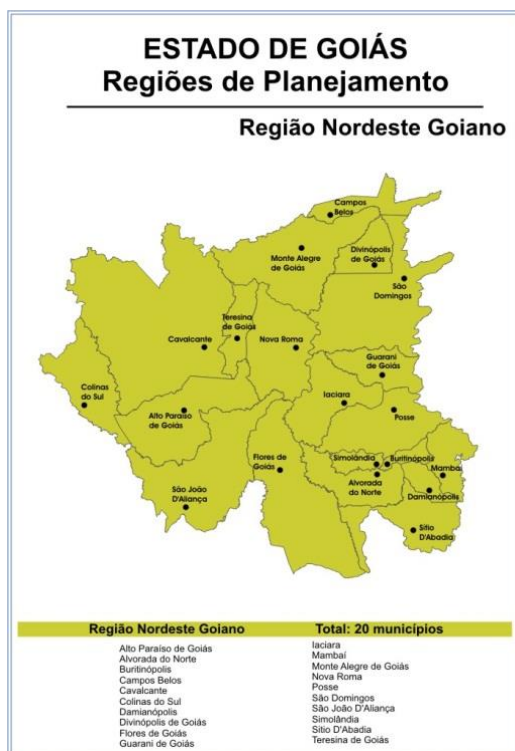


Figura 2 – Mapa da Microrregião do Nordeste Goiano

Fonte: SEPLAN, 2011.

3.2 TERRITÓRIO DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Dentro da microrregião do nordeste goiano encontra-se o território da Chapada dos Veadeiros (Figura 3) que abrange uma área de 21.475,60 km² composta por oito municípios goianos: São João D'Aliança, Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma e Teresina de Goiás. Essa região é considerada um dos “Territórios da Cidadania” pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo governo federal com a participação de vários ministérios e secretarias, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio do desenvolvimento territorial.

A população total desse território é de 60.267 habitantes, dos quais 21.398 vivem na área rural, o que corresponde a 35,51% do total. Destes, 3.347 são agricultores familiares, 1.412 famílias assentadas. Na região também foram identificadas seis comunidades

Quilombolas e uma terra indígena (MDA/GOV, 2011). A delimitação territorial do presente trabalho baseou-se nos limites do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros devido a facilidade em coletar dados referentes à região no IBGE. Como apenas quatro municípios do Território da Chapada dos Veadeiros possuem RPPNs, houve um enfoque no histórico dos municípios de Cavalcante, de Alto Paraíso de Goiás, de São João d'Aliança e de Colinas do Sul.

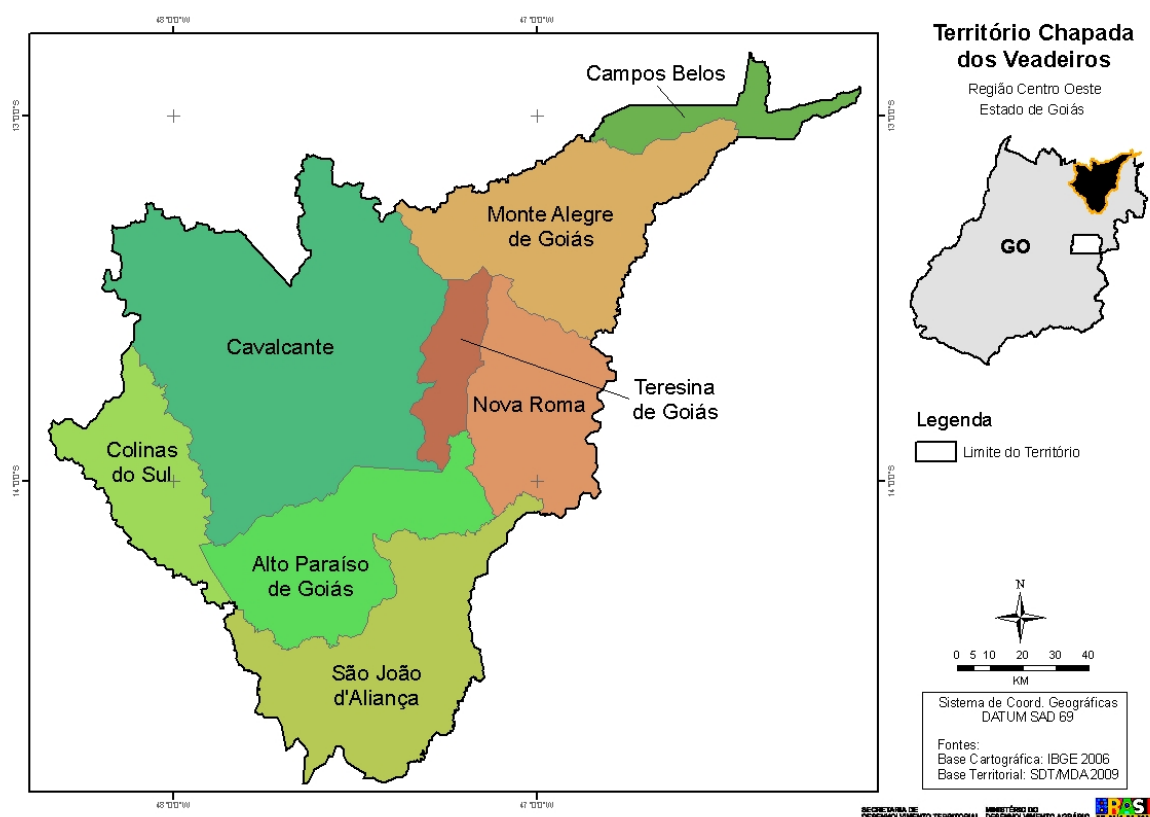


Figura 3 - Mapa do Território da Cidadania da Chapada dos Veadeiros

Fonte: OLIVEIRA, A. F. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros – GO. Goiânia: Relatório Final (PTDRS). ECO-CUT, 2011.

3.3 OS ASPECTOS FÍSICOS DA CHAPADA DOS VEADEIROS

A região da Chapada dos Veadeiros é inteiramente representada pelo bioma Cerrado, considerado a savana tropical da América do Sul. Existe a impressão equivocada de que o Cerrado é biologicamente pobre, porém, quando sua biota total é computada, o Cerrado é considerado a savana mais rica do mundo. Por esse motivo ele está incluído entre os 34 *hotspots* do mundo (CÂMARA, 2001). Cerrado, em espanhol, significa fechado e caracteriza o tipo de vegetação que ocorre neste bioma. A utilização do termo “cerrado” é feita, geralmente, de três maneiras diferentes: 1) para identificar o bioma, escrito com a inicial maiúscula, sem plural; 2) para se referir à vegetação de uma maneira geral, com todas suas

fitofisionomias, conhecido, também, como cerrado *lato sensu* ou cerrado sentido amplo; 3) para designar um tipo específico de fitofisionomia que ocorre nas savanas, chamado também de cerrado *stricto sensu* ou cerrado sentido restrito.

Considerado o segundo maior bioma do país e o mais antigo (BERTRAN, 2000), o Cerrado se manifesta em altitudes que variam de 300m a mais de 1600m. Na região da Chapada, a altitude varia entre 577m a 1676m. O ponto mais alto do Planalto Central fica na Serra do Pouso Alto no Município de Alto Paraíso. O Cerrado é quase totalmente tropical, com apenas reduzida área ao sul do Trópico de Capricórnio (CÂMARA, 2004). Esse bioma possui o clima conhecido como tropical chuvoso ou tropical sazonal, caracterizado por duas estações bem definidas: inverno seco (maio a setembro) e verão chuvoso (outubro a abril), com a ocorrência de períodos de seca na estação chuvosa, chamados veranicos. Por ter uma grande extensão territorial e se distribuir ao longo de várias latitudes, o Cerrado possui uma grande diversidade térmica. No Planalto Central, com altitudes acima de 1200m, o clima tende a ser mais ameno (SANO, 1998).

O Cerrado possui fundamental participação na distribuição das águas no Brasil e na América do Sul por ser um grande divisor de águas e tendo em seus domínios as partes mais altas de importantes bacias hidrológicas, entre elas a Bacia Amazônica, Bacia do rio São Francisco, Bacia Tocantins/Araguaia e Bacia do Paraná (LIMA e SILVA, 2008). A água em profundidade, mesmo na estação seca, é sempre abundante, armazenada no solo poroso. A maioria dos rios é perene (CÂMARA, 2001). Além disso, tem como característica hidrológica a ocorrência de “cabeça d’água” ou “tromba d’água” nos períodos de outubro a março, quando as chuvas são mais intensas (IBAMA, 2005), tornando muito perigoso o turismo nas áreas de cachoeiras e rios. Na região da Chapada, temos o maior lago do Brasil em volume d’água, o Lago da Serra da Mesa, com 54 bilhões de m³, formado pelo represamento do rio Tocantins para a construção da hidrelétrica de Serra da Mesa nos Municípios de Minaçu, Colinas do Sul, Niquelândia, Uruaçu, Campinaçu e Campinorte em Goiás (SEPLAN, 2011).

As formas de relevo que se destacam na geomorfologia da região, as chapadas (Foto 1), são residuais, de superfícies mais antigas que foram desgastadas com o tempo (LIMA e SILVA, 2008). O território de Cavalcante conta com a presença de rochas com cerca de 2,5 bilhões de anos, denominadas Complexo Granito-Gnáissico, um dos mais antigos do país (IBAMA, 2005).



Foto 1– Chapada em Cavalcante
Fonte: Cissa Fonseca, 2012.

O aspecto da vegetação do Cerrado é atribuído aos fatores climáticos, bióticos e pedológicos. Ao longo dos anos, as chuvas intemperizaram os solos e os deixaram pobres em nutrientes, mas rico em ferro e alumínio. Por isso, cerca de 46% do solo do Cerrado é formado por latossolo, ou seja, um solo antigo, que sofreu bastante intemperismo, mas por isso mesmo bem desenvolvido, tendo, geralmente, todos os horizontes do solo (SANO, 1998). Uma característica interessante é que estes solos são altamente permeáveis, se assemelhando aos solos arenosos, o que permite a sobrevivência de espécies como a canela-de-ema que preferem áreas drenadas e de altitude. São solos muito suscetíveis a erosões e voçorocas, caso seja destruída a sua vegetação. Apesar da maior parte do bioma Cerrado ser formado por latossolos, existe uma grande variedade de outros solos neste bioma e isso pode ser verificado pela vasta diversidade de tipos de vegetação (SANO, 1998).

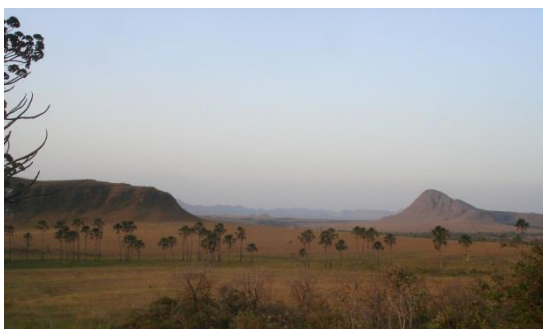


Foto 2—Veredas do Jardim de Maytrea em Alto Paraíso - GO
Fonte: Pesquisadora, 2012.

O bioma Cerrado possui em sua composição vegetal várias fitofisionomias que vão de formações florestais, com forte presença de espécies arbóreas; savanas, com áreas de gramíneas, árvores e arbustos esparsos; até formações campestres, onde predominam espécies herbáceas e algumas arbustivas (SANO, 1998). As principais fitofisionomias são: o Cerrado Rupestre, o Campo Rupestre, o Cerrado

Ralo, o Campo Sujo, o Campo Limpo, o Cerrado Denso, a Vereda (Foto 2), a Mata de Galeria, e o Cerradão (ICMBIO, 2009).

No Cerrado, o fogo é um fator ecológico agravado pelo homem (CÂMARA, 2001). A ocorrência de fogo natural é registrada na época das chuvas, não permitindo que as chamas se alastrem por grandes áreas. Os incêndios na época da seca são uma grave ameaça, cujas principais causas são o manejo equivocado do fogo pelos moradores ou atitudes criminosas.

O Cerrado possui uma rica flora e fauna. Na Chapada, várias espécies estão ameaçados de extinção. Entre os animais, pode-se citar o veado campeiro, o lobo guará e o pato mergulhão. Entre as espécies de flores representativas dos cerrados tem-se a caliandra e os pepalantos, conhecidos como chuveirinhos (Foto 3).



Foto 3 - Pepalanto (à esquerda) caliandra (à direita)
Fonte: Weverson Paulino, 2011.

Os frutos do Cerrado são amplamente utilizados pelo ser humano para alimentação, como o pequi, a mangaba, o baru, entre outros, e, também, com outras funções, como o preparo de medicamentos e fabricação de artesanatos. Muitas espécies de frutos são o principal alimento de vários animais da região (LIMA e SILVA, 2008).



Foto 4 - Cachoeira Santa Bárbara Cavalcante
Fonte: Weverson Paulino, 2011.

O relevo impactante e a abundante hidrografia fazem com que a Chapada dos Veadeiros seja agraciada por inúmeras cachoeiras, rios, formações geológicas peculiares e paisagens de grande beleza cênica (Foto 4). Em Alto Paraíso, o maior polo turístico da Chapada, contam-se mais de 100 cachoeiras (SEPLAN, 2011). Dessa forma, seus atrativos naturais a tornaram um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, identificados pelo

Ministério do Turismo (MTUR, 2008).

As características climáticas, biogeográficas e a biodiversidade existente neste bioma, proporcionaram ocupações duradouras, ou seja, um bioma com grande variedade de frutos comestíveis e abrigos naturais que favoreceram a fixação de populações humanas na região (SANO, 1998). Por outro lado, essa ocupação também deu início à degradação do Cerrado.

A ação antrópica tem tido influência marcante na paisagem do Cerrado, sempre no sentido de reduzir a cobertura arbórea (CÂMARA, 2001). As causas dessa degradação sobre o meio ambiente são várias: desmatamento, utilização do fogo, retirada da vegetação para a produção agrícola e para pecuária, introdução de insumos, pesticidas, uso de máquinas pesadas no tratamento do solo, construção de barragens e estradas, consumo irracional da água, entre outros (SANO, 1998). O desmatamento na Chapada começou com

a mineração, cresceu com o aumento da urbanização e das atividades agrícolas. A criação de Brasília promoveu a construção de estradas e rodovias (IBAMA, 2005). Nessa perspectiva, o aumento de áreas protegidas por lei é vital para assegurar a conservação da biodiversidade na região da Chapada.

3.4 HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO HUMANA NA CHAPADA DOS VEADEIROS

A história da Chapada dos Veadeiros é bastante antiga e vários fluxos migratórios influenciaram sua trajetória. A região foi o cenário de muitos povos distintos que deixaram suas marcas, suas culturas e tradições. Sua civilização remete à pré-história com os indícios de sua existência sendo comprovada por várias inscrições rupestres (BERTRAN, 2000). Registros coletados em escavações arqueológicas demonstram que o povoamento do planalto central ocorreu há mais de 10.000 anos pela cultura denominada na arqueologia de “Tradição Itaparica” que cobriu os chapadões do centro do país. A ocupação de abrigos naturais e a baixa mobilidade foram propícias ao uso da criatividade, o que é demonstrado nas várias pinturas rupestres existentes na região (SANO, 1998).

A Chapada abrigou diversas culturas indígenas. Entre os primeiros povos da região, alguns cronistas identificam indígenas das tribos dos Crixás e dos Canoeiros (LIMA, 2009). O povo Krixá ou Crixás habitava a região entre os rios Crixás-Açu e Crixás-Mirim, onde, hoje, se localiza a cidade de Crixás. Desapareceram devido a confrontos e massacres cometidos pelos primeiros bandeirantes, que buscavam o ouro no interior do país.

Os Avá-Canoeiro, antes conhecidos como Canoeiros e apelidados de “Caras Pretas”, seriam, segundo relatos, antigos acampamentos de descendentes Tupis, cuja presença é datada desde 1780. Eles teriam vindo foragidos da costa do Brasil devido aos ataques dos bandeirantes e se miscigenaram com populações de quilombos que já estavam no local. (SANO, 1998). Na região da Chapada, o povo Avá-Canoeiro habitava as margens e ilhas dos rios Maranhão e Tocantins, entre a cidade goiana de Uruaçu e a cidade de Peixes, em Tocantins (GO/GOV, 2012).

Da mesma forma que o povo Crixás, os Canoeiros entraram em conflito com os bandeirantes, restando poucos sobreviventes dessa etnia em territórios indígenas estabelecidos pelo governo. É na Chapada dos Veadeiros que se localiza o Território dos Avá-Canoeiros, nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, que possui apenas cinco ou seis habitantes (SOCIOAMBIENTAL, 2012).

Além dessas etnias, há indícios de outros indígenas na região devido a relatos dos povos Quilombolas, que falam da presença das etnias Xavante, Xacriábam, Xerentem, Karajá e Apinayé (ROCHA, 2009), antes mesmo da chegada dos negros. Em todos os casos, o contato com os bandeirantes, fazendeiros e garimpeiros desestabilizaram as tribos indígenas. Elas foram escravizadas e dizimadas devido, principalmente, aos conflitos e às doenças trazidas pelo homem branco (SANO, 1998).

Outro grupo populacional emblemático da região são os Quilombolas. Eles são considerados comunidades tradicionais, remanescentes de escravos que, cansados de serem escravizados nas minas de ouro, começaram a fugir para lugares ermos e de difícil acesso na Chapada, onde fixaram suas moradias. São comunidades que possuem um grande conhecimento adquirido de seus antepassados, com uma forte identidade cultural, territorial e étnica (ROCHA, 2009). Na Chapada dos Veadeiros concentra-se a maior população Quilombola do Brasil (ROCHA, 2009). A mais importante da região é a comunidade que tem por nome Kalunga ou Calunga, que, de acordo com povos africanos do Congo e Angola, era a palavra que fazia referência às suas crenças religiosas. Entre os vários significados, Calunga significa lugar sagrado ou de proteção (ROCHA, 2009).



Foto 5 - Sebastião dos Santos Rosa no Território Calunga
Fonte: Weverson Paulino, 2011.

O território Calunga se manifesta em três municípios: Teresina de Goiás, Cavalcante e Monte Alegre, sendo o maior território o do Município de Cavalcante. O território dos Calungas gira em torno de 237.000 ha que formam o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Calunga, reconhecido pela Lei nº 11.409 de 1991 do Estado de Goiás (GO/GOV, 2013). Dentro deste território existem vários povoados, entre eles os mais conhecidos são o Vão das Almas, o Vão Moleque, o Engenho I (Foto 5) e o Engenho II (ROCHA, 2009).

Porém, antes mesmo dos Quilombolas se instalarem na região, o fluxo migratório foi, primeiramente, motivado pelos bandeirantes. Há relatos de que o bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera Filho, fundador da colonização goiana, começou a exploração aurífera legal das minas de Goiás na Chapada dos Veadeiros em meados dos anos 1726 ou 1727 (BERTRAN, 2000). Segundo os relatos de Pinto de Castro, de 1804, a região de São Félix, atualmente submersa nas águas da represa da Usina de Canabrava, talvez tenha sido no século XVIII a primeira área onde foi encontrado ouro, não necessariamente de forma abundante. A mineração foi estendida para mais dois arraiais, o

da Chapada, hoje Chapada da Natividade/TO, e o do Carmo, atual Porto Nacional/TO. A estimativa é que havia, a princípio, cerca de 2.150 escravos nesta região (BERTRAN, 2000).

Nos primórdios de São Félix houve vários conflitos devido à disputa da região pela Superintendência de Goiás, ainda pertencente a São Paulo, e pela Capitania do Maranhão. Em 1739, o Conde D'Alva, governador de São Paulo, foi às minas e presenciou a consolidação dos Arraiais de São Félix, Cavalcanti, atual Cavalcante/GO, Natividade, hoje Natividade/TO, e Arraias, atualmente Arraias/TO, como domínios da superintendência goiana. Depois do declínio de São Félix, o arraial de Cavalcanti se estabeleceu como núcleo colonizador da Chapada (LIMA, 2009), sendo transferida para lá, em 1794, a Fundação de Ouro que, antes, se localizava em São Félix. Não se sabe ao certo em que ano, mas em 1910, o professor Ferreira já registrava, em seu anuário, o arraial de São Félix como extinto (BERTRAN, 2000).

A Chapada começou a se tornar realmente povoada com a exploração do ouro nas minas de Cavalcanti em 1737. O descobridor da riqueza de Cavalcanti teria sido, segundo documentos de 1783, Francisco de Albuquerque Cavalcanti, mas há dúvidas quanto ao seu primeiro nome; alguns escritores acreditam ser André, outros, Juliano e, ainda, Diogo conforme a tradição local (BERTRAN, 2000). De acordo com o IBGE (2013), o primeiro garimpeiro foi Julião Cavalcante, em 1736. Elevado à categoria de vila em 1831, no ano de 1911, já aparece como Município de Cavalcante e é constituído de três distritos: Cavalcante, Moinho e Nova Roma. Em 1933, Cavalcante aparece com cinco distritos: Cavalcante, Lajes (futuro Município de Colinas do Sul), Nova Roma, São Domingos do Café e Veadeiros (futuro Município de Alto Paraíso de Goiás). Em 1969, foi criado o distrito de Teresina de Goiás anexado a Cavalcante. Em 1988, Teresina foi desmembrada de Cavalcante quando se tornou um município (IBGE, 2013).

A descoberta de ouro em Cavalcante fez com que a mineração se alastrasse pela Chapada. Alguns pontos de garimpo ficavam, inclusive, onde hoje existe o PNCV, como as lavras dos ribeirões Montes Claros e Brumado (LIMA, 2009). Outro local citado como área de garimpo é o Rio São Bartolomeu de Veadeiros, conhecido também como Rio São Bartolomeu da Chapada, com as lavras na Bocaina, no Bonsucesso e no Moinho. É citada, também como área de garimpo, a região da Capelinha, ao Norte de Alto Paraíso, que tem esse nome devido à cruz esculpida na entrada do túnel de mineração que permanece preservado até hoje (BERTRAN, 2000).

Além do garimpo de ouro e da caça ao veado-campeiro, outra atividade dessa época remota foi a produção de trigo, feita no Engenho Bom-Sucesso, atual distrito de Moinho e alguns outros engenhos, citados em 1783 no documento “Notícia Geral da Capitania de Goiás” (BERTRAN, 2000). De acordo com pesquisas de Heitor de Cordeiro, na década de 1930, o trigo foi plantado primeiramente na Fazenda Volta da Serra por Francisco José da Silva Bastos e, depois, continuada por seu genro Antônio Pinto de Castro, no Moinho, onde foi construído o primeiro monjolo movido à água (LIMA, 2009). Na época, houve uma grande produção, porém ela entrou em decadência devido a dois fatores: a falta de mão de obra após a Lei Áurea e os atraentes garimpos de cristal (LIMA, 2009).

A primeira menção ao povoado de Veadeiros foi no ano de 1836, no mapa do brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, segundo informações do Dr. Marcos Antônio Galvão, feitas dez anos antes da publicação do mapa. Conta a tradição que Francisco Almeida foi o primeiro fazendeiro da região, instalando-se, por volta de 1750, no sítio chamado Veadeiros, originando o nome do primeiro povoado local. De acordo com o Dicionário do Brasil Central, o nome Veadeiros não faz referência diretamente ao veado-campeiro, mas aos cães que os farejavam no momento da caçada (LIMA, 2009). Uma das sesmarias⁴ antigas da redondeza é a de Volta da Serra, citada em um mapa de 1778, feito pelo Sargento-Mor Tomas de Souza e, também, a Fazenda Paraíso, pedida como sesmaria em 1783.

Novas informações sobre a região surgiram em 1892 com as comissões para a construção da nova capital (BERTRAN, 2000). Para cumprir com o artigo 3º da Constituição Federal de 1891 foi realizada a 1ª Comissão Cruls, no mesmo ano, chefiada por Luiz Cruls. Essa comissão enviou para a Chapada a subcomissão Capitão Celestino Alves Bastos e Ernesto Ule para constatar o ponto mais alto do planalto central. Encontraram a cumeeira da região a 1676 metros na Serra do Pouso Alto (LIMA, 2009). De acordo com Ule, o local era excelente para o cultivo de frutas (BERTRAN, 2000). O projeto de interiorização da capital do país traria à região profundas transformações (LIMA, 2009).

Em 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra enviou uma nova comissão ao planalto central chefiada pelo general Djalma Polli Coelho que chegou à Chapada em 1948. Jerônimo Coimbra Bueno, presente nesta comissão, estendeu até a região de Veadeiros a área da futura capital. Esse acontecimento seria primordial para a futura criação do PNCV.

⁴ Lotes de terra que os reis de Portugal cediam para o cultivo (FERREIRA, 2004a).

O distrito de Veadeiros pertenceu ao Município de Cavalcante até 1953, quando foi elevado à categoria de município e se desmembrou de Cavalcante. Nos domínios de Veadeiros ficava o distrito de Nova Roma que se desmembrou em 1955 e se tornou também um município (IBGE, 2013).

Veadeiros cresceu por meio do trabalho de alguns ilustres habitantes. Um dos primeiros moradores da fazenda Veadeiros foi Moisés Nunes Bandeira. Segundo testemunhas locais, Moisés foi o responsável pelos primeiros serviços e equipamentos urbanos de Veadeiros (LIMA, 2009), principalmente a primeira escola em sua própria residência, sendo ele, o primeiro professor. Isso ajudou Veadeiros a mudar da condição de vila para se tornar distrito de Cavalcante em 1938. A escola que existe até hoje em Alto Paraíso recebeu o nome de seu idealizador: Moisés Nunes Pereira (COLMOISES, 2012).



Foto 6 - Placa da Fazenda Bona Espero em Alto Paraíso de Goiás
Fonte: Pesquisadora, 2012.

No ano de 1957, foi fundada a fazenda-escola Bona Espero (Foto 6), que segue os princípios do esperantismo, como a solidariedade e o universalismo. Tal acontecimento é visto como o pioneiro para o movimento esotérico na região. Em 1963, devido ao nome da fazenda Paraíso, uma das maiores fazendas da região, o povo local decidiu mudar o nome do distrito de Veadeiros para Alto Paraíso. A palavra “alto” seria para diferenciar do nome da fazenda, já que a cidade fica em uma das áreas mais elevadas da Chapada e a fazenda se localizava a uns 300 metros de altitude abaixo dela (BERTRAN, 2000). No mesmo ano, a Organização Social Cristã-Espírita André Luiz (OSCAL), sediada em Belo Horizonte, fundou a segunda fazenda-escola da região, chamada de Cidade da Fraternidade, atraindo cada vez mais os adeptos do misticismo e a comunidade hippie.

Na década de 1980, surge o Projeto Rumo ao Sol, que buscava vivenciar novas formas de tecnologia, alimentação e comportamento. Durante o projeto foi realizado um encontro que atraiu mais de 180 alternativos que trouxeram para a região um novo modelo de colonização. Muitas dessas pessoas se instalaram na Chapada e cultivavam princípios como a preservação da natureza, a produção e consumo de alimentos naturais, a vida em comunidade e a preocupação com o crescimento espiritual. Tais características são marcantes até hoje na região, principalmente no Município de Alto Paraíso, onde se concentraram esse movimento.

Hoje, Alto Paraíso possui mais de 40 grupos místicos e religiosos, sendo considerada como a capital brasileira do Terceiro Milênio, pois, entre outros motivos, estaria na mesma latitude de Machu Picchu, no Peru, conhecido como Paralelo 14. Machu Picchu e outros locais do território peruano carregam a fama mística e misteriosa da civilização inca que habitou estas regiões e também da possível existência de contato com os extraterrestres (REVISTATURISMO, 2002).

A referência de que Alto Paraíso e Machu Picchu estão no mesmo paralelo, na verdade, está incorreta. As duas cidades realmente possuem latitudes próximas, mas não se encontram no mesmo paralelo. O Sr. Paulo Maluhy, morador local, acredita que houve uma forçada comparação para trazer a Alto Paraíso um símbolo já tão conhecido no mundo inteiro que é Machu Picchu, e, de acordo com este morador, sem necessidade, pois a cidade já possui atrativos suficientes para atrair os visitantes sem precisar recorrer a uma imagem estrangeira.

Ainda na década de 1980, o então governador de Goiás, Ary Valadão, encantou-se pelo clima de Alto Paraíso e começou a implementar o que ficou conhecido como “Projeto Alto Paraíso”. Várias obras foram feitas na cidade com a pretensão de fazer ali a capital provisória do Estado nos períodos de calor intenso de Goiânia. Porém, devido à morte de seu filho e também diretor do projeto, conhecido na região como Aryzinho, após um acidente de avião em Alto Paraíso, o projeto não teve continuidade (BERTRAN, 2000).

Ainda assim, o projeto desenvolvimentista que incentivou a produção agrícola de frutas e o turismo deixou um legado de benefícios para a cidade, como aeroporto, luz, água, asfalto, telefonia entre outros (LIMA, 2009). Ary Valadão foi homenageado, tendo seu nome nas principais ruas da cidade e Aryzinho com uma estátua às margens da estrada, perto do trevo da cidade de Alto Paraíso de Goiás (LIMA, 2009). Em 1996, foi criado o distrito de São Jorge, pertencente ao Município de Alto Paraíso.

Outros municípios importantes para o estudo das RPPNs da Chapada dos Veadeiros são o Município de São João D’Aliança e o Município de Colinas do Sul. Segundo o Anuário Estatístico e Geográfico de Goiás, em 1910, já existia um povoado muito pequeno denominado Capetinga, nome do ribeirão que banha a região da Chapada no Município de Forte. Algum tempo depois, esse povoado passou a se chamar São João de Capetinga, devido ao padroeiro local que tinha ali uma capela. O distrito, em 1931, já com o nome São João D’Aliança tornou-se sede do Município de Forte, passando o município a ter seu nome. Em 1938, o Município de São João D’Aliança foi extinto e seu território anexado ao

Município de Formosa. No entanto, mais tarde, São João D'Aliança voltou para a condição de distrito. Em 1953, foi elevado novamente a município com o nome de São João D'Aliança. Hoje, é constituído por dois distritos: São João D'Aliança e Forte.

Já o início da história do Município de Colinas do Sul se deu com a ocupação das margens do córrego Almecegas na década de 1950. Colinas do Sul era apenas Colinas, e recebeu este nome devido a sua geografia, em 1955, ainda na condição de distrito de Cavalcante. Em 1987, foi elevado à categoria de município com o nome de Colinas do Sul e desmembrado de Cavalcante. De acordo com a Sra. Vandalice Poeck, moradora local, o território ocupado pela cidade foi uma doação de um grande fazendeiro da região. Hoje, o município é constituído de dois distritos: Colinas do Sul e Vila Borba (IBGE, 2013).

3.5 ÁREAS PROTEGIDAS NA CHAPADA DOS VEADAIROS

O bioma Cerrado é protegido por 49 UCs federais (excetuando-se as RPPNs), que somam uma área total de 5.883.831 ha, sendo 4.116.721 ha de UCs de proteção integral e 1.767.110 ha de UCs de uso sustentável. Se acrescentarmos as UCs estaduais, a área protegida (novamente excetuando-se as RPPNs) chega aos 16.584.782 ha, 5.811.057 ha de proteção integral e 10.773.725 ha de uso sustentável (DRUMMOND *et al.*, 2010). Na região da Chapada dos Veadeiros existem diferentes tipos de UCs. Entre eles, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (federal), a Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto (estadual) e três Parques Municipais: o Parque Municipal Abílio Herculano Szervimskis e o Parque Municipal do Distrito de São Jorge em Alto Paraíso de Goiás e o Parque Municipal Lava-pés em Cavalcante. Existem ainda, 15 RPPNs federais, que serão descritas no capítulo quatro.

Entre as UCs da região, o PNCV é o mais importante devido ao seu tamanho e representatividade da biodiversidade local. Por isso, ele configura a área núcleo de vários projetos de planejamento biorregional, apesar de ter sofrido diversas reduções de tamanho e carecer de uma melhor infraestrutura para que seu Plano de Manejo seja efetivamente implementado.

3.5.1 Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Dentro deles, permite-se somente

a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, a recreação e o turismo ecológico (SNUC, 2000).

A criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros remete ao tempo das comissões que percorriam os Estado de Goiás em busca do melhor local para a nova capital e muitas dessas atravessaram a região da Chapada. Um dos membros das primeiras comissões, o Sr. Jerônimo Coimbra Bueno, pouco tempo depois, se tornou o governador de Goiás e solicitou ao então deputado estadual, José Hercílio Curado Fleury, aprovar na Assembleia Legislativa de Goiás a desafetação de uma área com cerca de 77 mil km², onde estava incluída parte da Chapada dos Veadeiros. Anos se passaram e o Distrito Federal foi demarcado nos cinco mil km² de terra atuais. Como ainda existia a lei de desafetação da área, Jerônimo Coimbra Bueno convenceu o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, a criar nesta área um Parque Nacional que, anos depois, se tornaria o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (BERTRAN, 2000).

O PNCV foi criado pelo Decreto Federal nº 48.875, de 11 de janeiro de 1961, emitido pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, com o nome de Parque Nacional do Tocantins – PNT (Figura 4). A sua área original era de 625.000 ha. Assim como outros parques nacionais do país, a sua criação foi decretada antes da retirada dos moradores locais, que deveriam ser indenizados ou realocados conforme exige a lei. Foi devido às reações de vários fazendeiros locais, que o Parque começou a sofrer perdas significativas em sua extensão.

A primeira redução aconteceu em 11 de maio de 1972, instituída pelo Decreto nº 70.492. O PNT passou a se chamar Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a sua área foi reduzida para 171.924,54 ha, uma diminuição de 72 %. Em 02 de julho de 1981, o Decreto nº 86.173, retificado em 17 de novembro do mesmo ano pelo Decreto nº 86.596, reduziu o Parque para 60.000 ha, representando apenas 9,6% do Parque original. A explicação para essa nova redução foi feita na Exposição de Motivos nº 46, de 13 de maio de 1981, do IBDF, que declarou que pretendia evitar novas tensões regionais, devido ao grande número de propriedades particulares afetadas pelo Parque e à falta de recursos para as desapropriações. Em 06 de junho de 1990, o Decreto nº 99.279 declarou uma pequena ampliação de seu território, que cresceu até 65.514,725 ha (10% da área original), assim permanecendo até hoje. No ano de 2001, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, editou o Decreto s/nº em 27 de setembro, ampliando a área para mais de 230.000 ha (PEDREIRA, 2005). Este Decreto foi declarado nulo pelo Supremo Tribunal Federal, em 13 de agosto de 2003, diante do Mandado de Segurança (MS 24184) impetrado

pelo advogado Aluísio Enéas e outros interessados, com a alegação de que a ampliação do Parque deveria ter sido precedida de regulamentação da lei, de estudos técnicos e de consulta pública (STF, 2003).

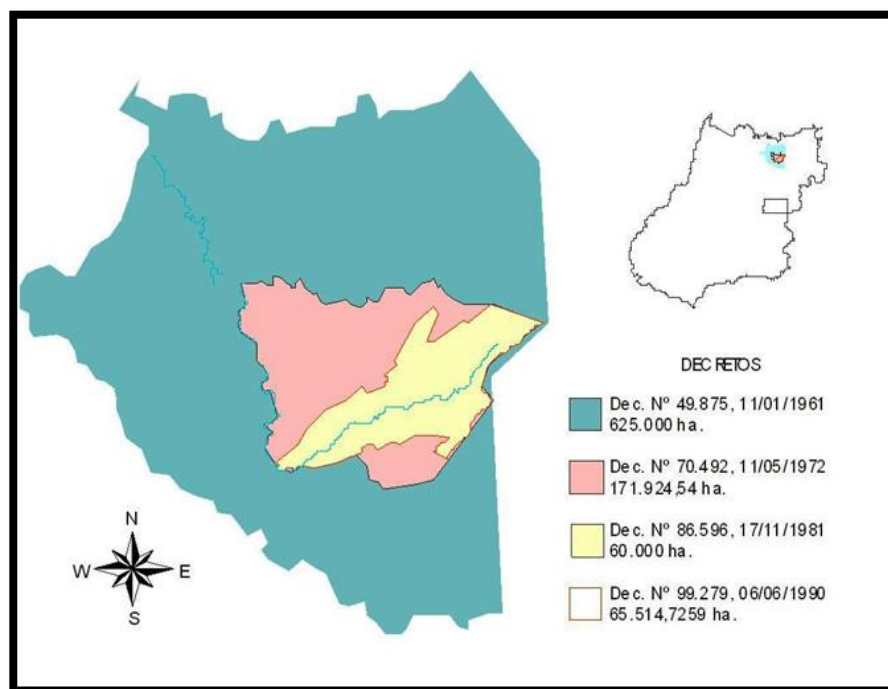


Figura 4. Áreas do PNCV⁵, segundo seus decretos.
Fonte: ICMBIO, 2009.

Para minimizar os efeitos negativos da redução dos limites do Parque, foi instituída pelo Estado de Goiás, em 2001, a Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto, que se tornou a própria zona de amortecimento do PNCV. O estabelecimento de zonas de amortecimento em torno de parques nacionais é uma norma inserida na Lei do SNUC para que os objetivos dessas UCs não sejam comprometidos em consequência da degradação de suas áreas limítrofes.

3.5.2 Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto

A APA do Pouso Alto (Figura 5), localizada na Chapada dos Veadeiros, com 872.000 ha, foi criada em 07 de maio de 2001, pelo Estado de Goiás, por meio do Decreto nº 5.419. Dentro dos limites geográficos da APA do Pouso Alto, encontram-se, além das sedes dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul, São João D'Aliança e Nova Roma, com as suas respectivas áreas urbanas, a área indígena ou

⁵ A figura foi retirada do Plano de Manejo da PNCV. Nota-se que há um erro na coloração da figura, não sendo possível visualizar a área ampliada pelo Decreto nº 99.279/90, que deveria está com a cor branca.

Terra Indígena Avá-Canoeiro, nove comunidades Quilombolas, sendo o Quilombo dos Calungas a maior área reconhecida do Brasil (Encontro de Culturas, 2010), e muitas propriedades rurais privadas com as mais variadas práticas de uso da terra. São agricultores, pecuaristas, proprietários de pousadas e outros comércios que visam ao turismo. A APA abriga também UCs como o PNCV, três parques municipais e quinze RPPNs.

Estudo realizado por Lima (2008) mostra que 18,4% da área formada pela APA do Pouso Alto e PNCV é composta por cerrado rupestre. Os ambientes rupestres têm características peculiares de solo e clima, tornando-se ambientes com alto grau de endemismo em suas formações vegetais (LIMA, 2008; PINTO *et al.*, 2009; ROMERO e NAKAJIMA, 1999). Essa constatação reforça a escolha da região como área prioritária para a conservação da biodiversidade identificada no Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), no âmbito do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO). O projeto avaliou a riqueza biológica e os aspectos socioeconômicos de várias regiões do país, entre elas o Cerrado, e apresentou estudos técnicos para a conservação, recomendando, por exemplo, a criação de UCs (MMA, 2004; MMA, 2007).

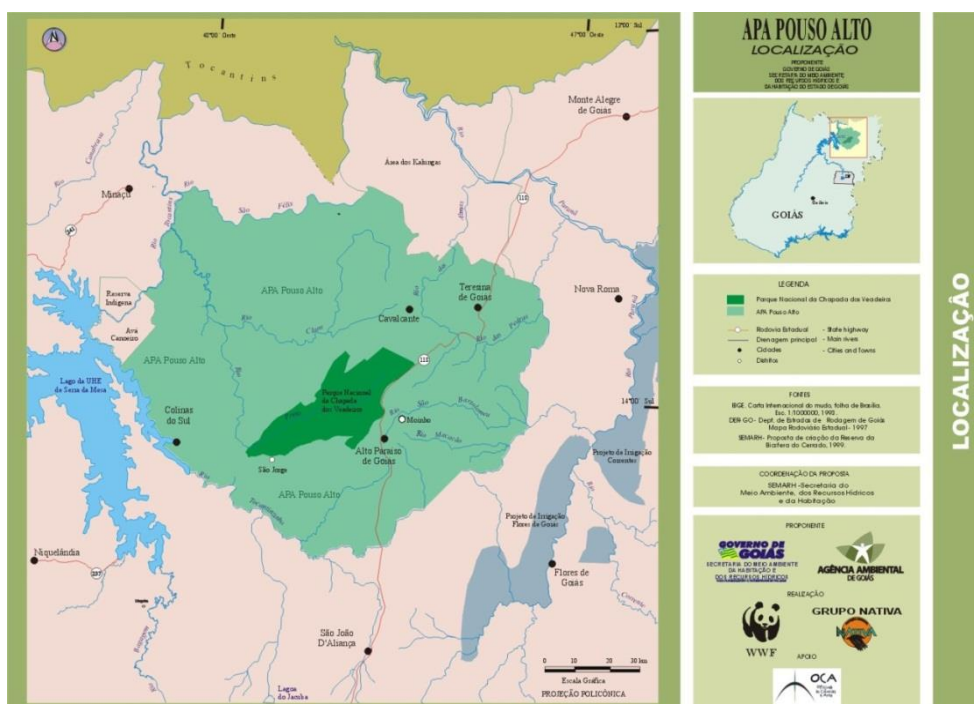


Figura 5 – Mapa da APA do Pouso Alto – Chapada dos Veadeiros – GO.
Fonte: SEMARNH. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Habitação. Proposta de criação da Reserva da Biosfera, Goiânia, 1999.

A APA é um tipo de UC que abrange áreas normalmente extensas, com terras que podem ser públicas ou privadas e, portanto, com certo grau de ocupação humana. De acordo com o SNUC, o objetivo principal de uma APA é proteger a diversidade biológica, os atributos estéticos e culturais, disciplinar o processo de ocupação, assegurando a sustentabilidade do uso de seus recursos naturais que promovem a qualidade de vida e o bem-estar das populações residentes.

A APA do Pouso Alto pretende fomentar o desenvolvimento sustentável da região e preservar os seus mananciais, a sua biodiversidade e as suas paisagens. Ela foi criada também com o intuito de proteger o PNCV, criando uma zona de amortecimento em seu entorno. Como as APAs podem conter terras públicas e privadas, e não impedem muitas das ações antrópicas que geram impactos sobre a biodiversidade, uma alternativa para tornar mais efetiva a proteção do entorno do PNCV é a presença de RPPNs em sua zona de amortecimento (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001).

De acordo com o Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamentou a art. 21 da Lei do SNUC que trata das RPPNs, há preferência de análise para a criação de RPPNs em zonas de amortecimento de UCs, situação que se configura na APA do Pouso Alto, que se tornou a zona de amortecimento do PNCV. Mais uma vez, fica claro que o incentivo à criação de RPPNs dentro de planejamentos territoriais conservacionistas são uma relevante alternativa à morosidade dos governos, atribuída à escassez de recursos públicos e à falta de vontade política para criar áreas protegidas públicas.

3.6 O PLANEJAMENTO BIORREGIONAL NA CHAPADA DOS VEADEIROS E O PAPEL DAS RPPNS

A Chapada dos Veadeiros tem condições adequadas para a construção de modelos de planejamento territorial inovadores. A sua importância e singularidade no que diz respeito à biodiversidade, a sua localização estratégica (próxima à Capital Federal) e a existência de amplas áreas preservadas tornam a gestão de seu território, com ênfase na sustentabilidade, um imperativo. Por isso, a região desenvolve inúmeros projetos e estratégias de conservação com o objetivo de garantir a preservação da sua rica biodiversidade.

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) declarado Patrimônio Mundial Natural (PMN), em 2001, pela UNESCO foi a primeira iniciativa de criação de UCs. A APA do Pouso Alto e as RPPNs vieram depois. O planejamento biorregional tem sido buscado a

partir de iniciativas como a Reserva da Biosfera do Cerrado – Fase II, o Projeto Corredor Ecológico do Paranã-Pirineus (desenvolvido pelo IBAMA/ICMBio em cooperação com a JICA (Agência de Cooperação Internacional Japonesa), ou como o projeto do Corredor Ecológico Tombador Veadeiros ainda em desenvolvimento pela TNC e Fundação Boticário. Mais recentemente, vem sendo discutido na região a possibilidade do reconhecimento de um mosaico de áreas protegidas, como previsto pelo SNUC, incluindo o PNCV, a APA do Pouso Alto, as RPPNs, e as Terras dos Calungas (Quilombolas).

O sucesso dessas estratégias de gestão territorial biorregional, com o consequente crescimento da área protegida na região da Chapada dos Veadeiros, depende fundamentalmente, de dois fatores: a) da capacidade de sensibilizar e mobilizar a comunidade local para participar na promoção da preservação da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais; b) da priorização, pelas autoridades nos âmbitos federal, estadual e municipal, de modelos de desenvolvimento baseados na conservação da natureza – com ênfase em investimentos e estímulos a atividades como o ecoturismo, mais do que ao cultivo de soja, à mineração ou às hidrelétricas, pequenas ou grandes (LIMA e FRANCO, 2012).

Um dos pontos-chave apontados por Miller (1997a) é a participação da sociedade para que os objetivos sejam alcançados. As RPPNs podem e devem participar da estruturação de modelos de planejamento biorregional, tornando-se uma alternativa para a composição de estruturas de gestão integrada dentro de uma biorregião, permitindo à fauna obter refúgios e alimentação com certa tranquilidade, ao atravessar regiões com uma matriz de ocupação e uso humano que permita o trânsito gênico entre as áreas preservadas. As RPPNs têm um papel importante na preservação da biodiversidade, complementando as UCs públicas e funcionando como *buffer zones* ou como corredores ecológicos, preservando nichos⁶ que não estão contemplados (DRUMMOND *et al*, 2005; MORSELLO, 2001).

Dessa perspectiva, as RPPNs podem se tornar uma opção sólida e eficaz na preservação de paisagens fragmentadas, aliadas importantes na composição de mosaicos, de corredores ecológicos (e de biodiversidade) e de Reservas da Biosfera. A presença das várias RPPNs na região da Chapada dos Veadeiros demonstra que já existe um forte interesse, da parte de um número considerável de proprietários de terras, de participar de estratégias para a conservação da biodiversidade. Esse tipo de disposição e as motivações

⁶ Conjunto de recursos utilizado por cada espécie em uma comunidade biológica. (PRIMACK e RODRIGUES, 2002).

envolvidas devem ser percebidas, promovidas e aproveitadas no desenho de políticas públicas mais descentralizadas, participativas e eficientes (LIMA e FRANCO, 2012).

4 RPPNS DA CHAPADA DOS VEADEIROS: DISPOSIÇÕES, MOTIVAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS

De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, cabe ao poder público e a toda a coletividade a preservação da natureza. Apesar da obrigatoriedade, é comum o pensamento de que apenas o governo possui o dever de fazê-lo e que as áreas protegidas devem ser públicas. Entretanto, muitos são aqueles que, contrariamente à maioria, decidem praticar a preservação da natureza, criando RPPNs em suas propriedades. Essa disposição da sociedade civil em manter áreas protegidas pode ser revelada por meio dos números de RPPNs criadas em todo país, já mencionados no trabalho⁷.

4.1. O TAMANHO DA DISPOSIÇÃO

Com 15 RPPNs federais, há uma notável concentração de proprietários de terra, no território da Chapada dos Veadeiros, dispostos a criarem reservas em suas áreas particulares. Dessas 15 RPPNs, oito estão dentro dos limites do Município de Alto Paraíso de Goiás, quatro delas no Município de Cavalcante, duas no Município de São João d'Aliança e uma RPPN no Município de Colinas do Sul (Quadro 2).

A primeira RPPN foi criada em 1994 e a última reserva particular no ano de 2011. Outro dado interessante é a constatação de novos pedidos de criação de RPPNs para a região. Ao todo são cinco novos pedidos ao ICMBio para a criação de RPPNs federais em Cavalcante e uma intenção de criação de nova RPPN no Município de Alto Paraíso de Goiás. Essas informações demonstram que a disposição em criar novas RPPNs na Chapada ainda é presente.

Dos cinco novos pedidos de criação de RPPNs federais em Cavalcante, quatro dessas áreas já possuem o título de RPPN municipal. São elas: a RPPN do Catingueiro, a RPPN Integra o Parque, a RPPN Ponte de Pedra e a RPPN São Bartolomeu. O Decreto Municipal nº 387/2005 de 14 de fevereiro dispõe sobre a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Município de Cavalcante (RPPNMC). O Município de Cavalcante é o único do território da Chapada com legislação que possibilite a criação de RPPN Municipais. Somando todas as RPPNs da região tem-se 19 RPPN. Até o momento não há nenhuma RPPN estadual no território da Chapada dos Veadeiros.

⁷ Ver página 20, 3º§.

| Nome da RPPN | Município de GO | Decreto de Criação |
|--------------------------------------|-----------------------|--------------------|
| RPPN Fazenda Campo Alegre | Alto Paraíso de Goiás | 1994 |
| RPPN Fazenda Brancas Terra dos Anões | Alto Paraíso de Goiás | 1996 |
| RPPN Fazenda Mata Funda | Alto Paraíso de Goiás | 1997 |
| RPPN Cara Preta | Alto Paraíso de Goiás | 1999 |
| RPPN Escarpas do Paraíso | Alto Paraíso de Goiás | 2001 |
| RPPN Terra do Segredo | Alto Paraíso de Goiás | 2001 |
| RPPN Vale dos Sonhos | Alto Paraíso de Goiás | 2001 |
| RPPN Vita Parque | Alto Paraíso de Goiás | 2001 |
| RPPN Parque do Capetinga | São João d'Aliança | 2005 |
| RPPN Soluar | Cavalcante | 2005 |
| RPPN Vale das Araras | Cavalcante | 2005 |
| RPPN Varanda da Serra | Cavalcante | 2005 |
| RPPN Cachoeiras das Pedras Bonitas | Colinas do Sul | 2005 |
| RPPN Reserva Natural do Tombador | Cavalcante | 2009 |
| RPPN Nascentes do Rio Tocantins | São João d'Aliança | 2011 |

Quadro 2 - As RPPN federais da Chapada dos Veadeiros até 2012.

Fonte: ICMBio, 2013.

A área total conservada pelas RPPNs federais soma 20.156,63 ha do território da Chapada dos Veadeiros. A maioria se encontra nas proximidades do PNCV (Figura 6), o que fortalece a proteção da biodiversidade da região. Elas podem, inclusive, evitar novos conflitos com proprietários de terras locais, já que muitos deles, tendo RPPNs, se adaptaram à presença do PNCV e criaram serviços de apoio aos visitantes – alojamento, alimentação, transporte, serviços de guia, entre outros.

Mapa Regional da Chapada dos Veadeiros, Goiás

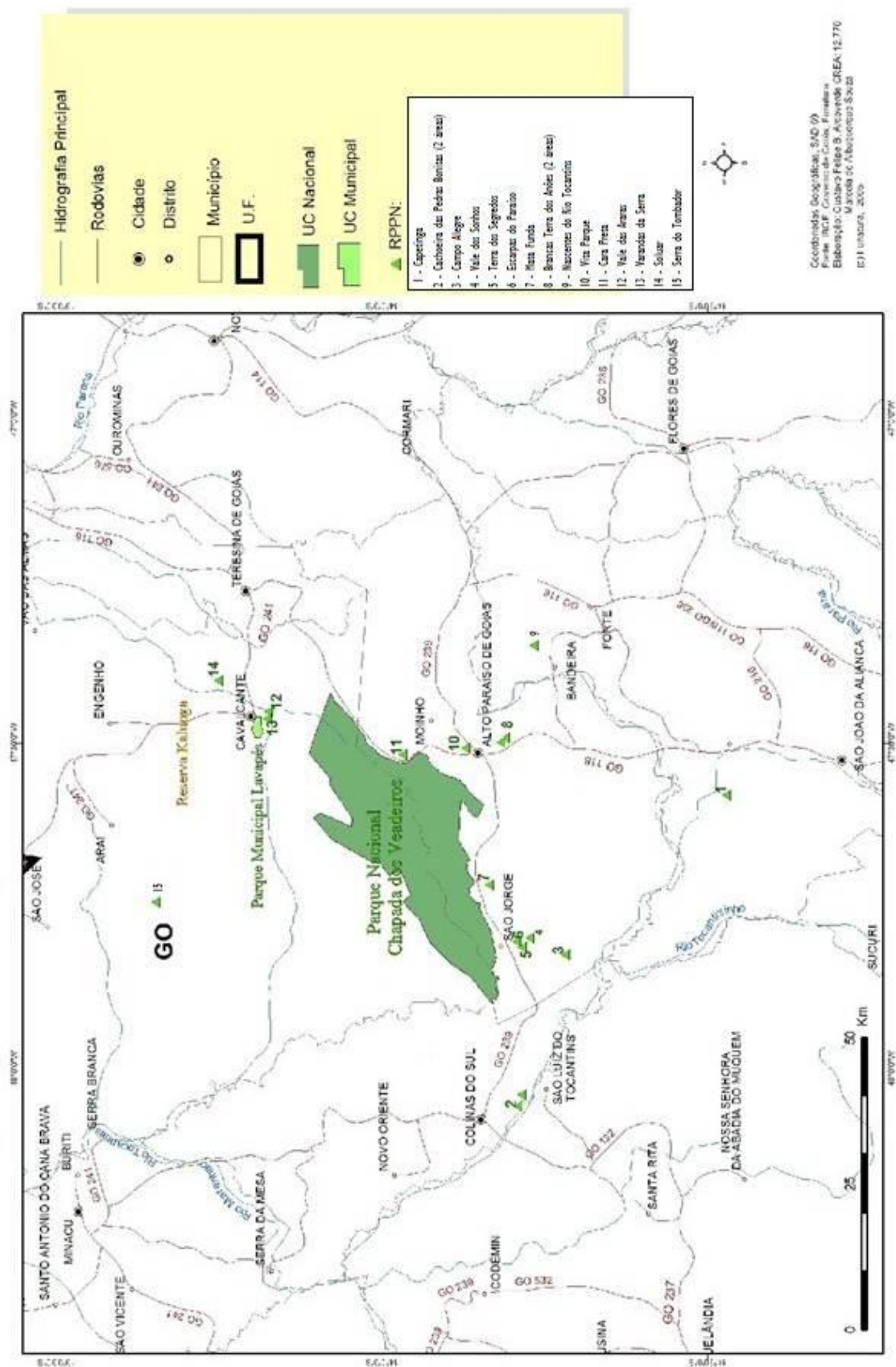


Figura 6 – Mapa Regional da Chapada dos Veadeiros, Goiás com a localização das 15 RPPNs da região.
 Fonte: Funatura, 2005 (com modificações da pesquisadora).

4.2 MOTIVAÇÃO E METODOLOGIA DE ESTUDO

Segundo Maslow (*apud* Coelho, 2006), a motivação pode ser entendida como o resultado dos estímulos que impulsionam as pessoas, fazendo com que suas ações tenham um propósito. Esse estímulo pode ser externo ou interno. Ganhar algo em troca ou não perder alguma coisa pode ser considerado estímulo externo. Porém os estímulos internos, para Maslow, seguem uma hierarquia de necessidades humanas, onde as necessidades fisiológicas estariam na base de sua pirâmide e as necessidades de autorrealização no topo dela. Quando um indivíduo atinge uma necessidade, logo surge outra a ser conquistada.

Entender a motivação das pessoas não é algo simples. Vários estudos já foram realizados com o intuito de desvendar de onde vem a motivação de um indivíduo. Uma das dificuldades encontradas nesses estudos é o fato de que nem sempre duas pessoas têm as mesmas razões para agirem da mesma forma. As pessoas possuem objetivos diferentes e escolhas de ordem interior, intrínsecas à personalidade de cada um (BERGAMINI, 2003). Essa nova forma de pensar e sentir se traduz em práticas sociais que mexem com as estruturas de poder já estabelecidas e faz surgir uma nova racionalidade social alternativa (LEFF, 2001).

Para realizar a análise qualitativa das disposições, motivações e práticas sociais dos proprietários de RPPNs na Chapada dos Veadeiros, adotou-se a metodologia baseada no conceito da história oral. De acordo com Amado e Ferreira (2006), a história oral foi introduzida no Brasil nos anos 1970, porém só no início dos anos 1990 o conceito se expandiu. Para Niethammer (*apud* AMADO e FERREIRA org., 2006), a história oral é a técnica de investigação própria da história do século XX. Essa metodologia estabelece procedimentos de trabalho, tais como formas de entrevista, maneira de transcrição de depoimentos como relacionar-se com o entrevistado, entre outros. Dentro da metodologia da história oral, existem modalidades diferentes de procedimentos para realizar uma pesquisa. A modalidade escolhida para este trabalho foi perceber a singularidade de cada proprietário de RPPN por meio da elaboração de relatos de vida. As vantagens no uso desta metodologia são exatamente sua subjetividade, valorizando a análise qualitativa e as experiências individuais, promovendo um intercâmbio entre a história e outras ciências sociais e do comportamento (AMADO e FERREIRA org., 2006).

Como se trata de uma análise inédita foi preciso ir a campo para colher dados primários a serem analisados. Essa coleta ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas. Nas entrevistas semiestruturadas, em que são combinadas questões

abertas e fechadas, o entrevistado pode discorrer, de forma mais espontânea e com maior liberdade, sobre o tema da pesquisa de uma maneira informal, cabendo ao entrevistador seguir o conjunto de questões anteriormente definidas por ele para que não haja fuga ao tema e também para esclarecer pontos da entrevista que não ficaram claros (BONI *et al*, 2005). Ao fazer o informante lembrar fatos de sua vida, a intenção do pesquisador é que sua narrativa seja o mais natural possível (BOURDIEU, 1999 *apud* BONI *et al*, 2005). Neves (2006) sinaliza que os dados produzidos pelas fontes orais representam depoimentos particulares de processos coletivos e atribui à história oral a característica da singularidade, portanto, não generalizante, embora conectada com as representações sociais e coletivas.

A entrevista semiestruturada contribui, portanto, para a investigação de aspectos afetivos e valorativos dos entrevistados que foram determinantes na escolha de suas atitudes e de seu comportamento (BONI e QUARES, 2005). Na análise qualitativa, busca-se interpretar esse comportamento, fruto de disposições e motivações dos atores sociais, concretizadas por meio de suas ações também chamadas de práticas sociais. Essa interpretação se baseia na “descrição densa”, termo criado por Gilbert Ryle. Diferente do que seria a descrição superficial, a descrição densa deve procurar desvendar as estruturas superpostas e as inferências daquele comportamento, procurando observar a realidade do ponto de vista do ator (GEERTZ, 2008).

Por meio dos relatos de vida dos proprietários de RPPNs da Chapada dos Veadeiros, poderá ser construída a história ambiental dessa região, já que uma das características metodológicas da história ambiental é focalizar as análises em uma determinada região que tenha certa homogeneidade. Dando ênfase a áreas específicas, sobressaem os processos sociais da comunidade que ali habita, ligando a história ambiental à própria história regional desse lugar (DRUMMOND, 1991). A história ambiental das RPPNs da Chapada dos Veadeiros está intimamente relacionada à história de vida de seus proprietários, como suas origens, sua criação, os ensinamentos e acontecimentos que passaram ao longo da vida.

4.3 O PAPEL DO TERCEIRO SETOR

Muitas vezes, apesar de existir a disposição e a motivação em realizar algo, faltam recursos e conhecimento para por em prática o objetivo sonhado. Nesse momento é muito importante o auxílio de pessoas experientes que possam ajudar na concretização dessa motivação. Foi o que aconteceu na região da Chapada dos Veadeiros. Um fator muito importante para que surgisse a maioria das RPPNs, foi a chegada de ONGs em seu território, que promoveram projetos de cunho ambiental, entre os quais a criação de RPPNs.

As ONGs atuam, principalmente, em áreas que o governo não consegue suprir todas as necessidades da sociedade. Elas possuem um papel de destaque nas ações ambientais no Brasil e no mundo. Muitos projetos ambientais, no Brasil, foram (e são) gerenciados por ONGs. Em relação à criação de áreas protegidas, cabe destacar o trabalho realizado pelo WWF e pela Funatura. A experiência de aliar ONGs na implementação de RPPNs, demonstra que o terceiro setor é mais eficiente do que o próprio governo no processo de incentivar e apoiar o surgimento dessas novas áreas protegidas privadas. Na região da Chapada dos Veadeiros dois projetos se destacaram por terem sido de grande importância para a implementação das RPPNs na região: o “Projeto Veadeiros” promovido pelo WWF e o “Projeto RPPNs” promovido pela Funatura. Além dessas duas ONGs, outras organizações participaram da criação de RPPNs na Chapada, como a Associação Ecológica Alto Paraíso, a Oca Brasil e a Fundação Boticário. Para conhecer um pouco sobre os objetivos de cada ONG será feito um breve histórico de suas ações.

4.3.1 Associação Ecológica Alto Paraíso

A Associação Ecológica Alto Paraíso (AEAP) foi fundada em 1992 com uma missão ambientalista. Entre seus objetivos está administrar a RPPN Campo Alegre, constituir e manter reservas naturais, implantar e gerenciar atividades de proteção, pesquisa e conservação, apoiar e incrementar a integração e o desenvolvimento socioeconômico do Município de Alto Paraíso de Goiás e do Nordeste Goiano, promover e apoiar a implementação dos corredores ecológicos e sua manutenção, entre outros objetivos ligados à conservação da biodiversidade (AEAP, 2013).

4.3.2 WWF

O primeiro escritório latino do WWF foi criado no Brasil em 30 de agosto de 1996. Com sede em Brasília, seu primeiro projeto independente desenvolvido no país foi o Projeto Integrado de Conservação e Desenvolvimento chamado de “Projeto Veadeiros”, implementado no mesmo ano. O objetivo era promover a educação ambiental, o ecoturismo, a agroecologia e a criação e implementação de áreas protegidas na Chapada dos Veadeiros – GO (WWF, 2013). A grande relevância ecológica da região foi um dos motivos que levaram o WWF a instalar um escritório na cidade de Alto Paraíso de Goiás – GO. O primeiro objetivo era apoiar a criação e a implementação da Reserva da Biosfera do Programa Homem e Biosfera da UNESCO, que visava à conservação da natureza e ao desenvolvimento econômico e social da região (FONSECA, 2013). Com a criação da

Reserva da Biosfera, o Projeto Veadeiros promoveu a tentativa de criação de corredores ecológicos formados por UCs no entorno do PNCV, entre as quais as RPPNs (WWF, 2013).

O WWF coordenou vários subprojetos em parceria com três organizações locais: a Associação dos Pequenos Coletores de Flores do Cerrado (ASFLO), a Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV) e a Associação Comunitária de São Jorge – (ASJOR) (HAUFF, 2005). Na época, a ONG tinha uma base na cidade de Alto Paraíso e procurava proprietários que tinham uma consciência ambiental. Nota-se que as RPPNs criadas com a ajuda do WWF se localizam nas imediações do PNCV, ou seja, em sua zona de amortecimento. De acordo com o Sr. Galetti, um dos proprietários de RPPN, o objetivo da ONG era criar um corredor ecológico com o Parque e outras áreas preservadas, como a dele, que estava dentro da área prioritária para a ONG.

4.3.3 Oca Brasil

O Instituto Oca Brasil se localiza em Alto Paraíso e Goiás e tem como missão a conservação do meio ambiente do Cerrado. A ONG nasceu em 1997, fundada pelo Sr. Paulo Maluhy e mantém projetos culturais e educacionais na região. Além disso, promove cursos de permacultura e agroecologia, sustenta um viveiro de mudas nativas da região e vem se especializando na gestão de unidades de conservação (OCABRASIL, 2013).

4.3.4 Funatura

A Funatura foi fundada em 30 de julho de 1986, por Maria Thereza Jorge Pádua, com o objetivo de proteger a natureza no Brasil e, em especial, o bioma Cerrado. A primeira iniciativa de criar reservas particulares surgiu na década de 1980, com o lançamento do Programa Santuários de Vida Silvestre – SVS – executado pela Funatura (SOUZA e KESSLRING, 2013). Alguns anos depois, com o surgimento da figura da RPPN, a ONG deu continuidade ao Programa SVS, criando Áreas Protegidas e RPPNs por todo Brasil, uma delas na Chapada dos Veadeiros, a RPPN Mata Funda, criada em 1997.

Um dos grandes incentivos à criação de RPPNs na região da Chapada dos Veadeiros foi o Projeto PNUD GEF/BRA/00/G-35, iniciado em setembro de 2001. O projeto, executado pela Funatura, sob a coordenação de Fernando Lima, tinha como objetivo o incentivo ao reconhecimento de RPPNs no entorno de dois parques do bioma Cerrado: O PNCV e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. O projeto foi encerrado em 2005, com o reconhecimento de sete RPPNs, cinco delas na Chapada dos Veadeiros. Além disso, a

Funatura realizou a Avaliação Ecológica da RPPN Campo Alegre, já existente no entorno do PNCV.

De acordo com Fernando Lima, o contato com os proprietários, no início, foi feito de forma individual, por meio de visitas, porém, não surtiu o efeito esperado. A nova estratégia, pensada por ele, nasceu com a ida ao Encontro dos Povos do Cerrado, realizado em Goiânia em 2001. Fernando Lima, junto com a sua equipe, resolveu promover um Encontro dos Povos das Chapadas dos Veadeiros e um Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, onde se pretendia aproveitar o espaço para debater sobre RPPNs e desenvolvimento sustentável, entre outros assuntos pertinentes, ampliando a divulgação do projeto com folders e estandes. Segundo Lima, a ideia foi um sucesso, pois vários proprietários se mostraram interessados em conhecer melhor essas reservas. O Encontro dos Povos do Cerrado acontece até hoje.

4.3.5 Fundação Boticário

Com a missão de promover e realizar ações de conservação da natureza, no ano de 1990, foi criada a Fundação Grupo Boticário. Entre suas ações está a criação de áreas protegidas privadas. No ano de 1994, foi criada a primeira RPPN da instituição, a RPPN Reserva Natural do Salto Morato, no Paraná, uma referência em termos de gestão de reserva privada. A história da fundação na Chapada dos Veadeiros começa em 2007, com a compra de uma área para a implantação de sua segunda RPPN. Em 2009, é reconhecida a RPPN Reserva Natural Serra do Tombador, no Município de Cavalcante – GO. A aquisição da terra das duas RPPNs do Boticário contou com o apoio financeiro da The Nature Conservancy (TNC) (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICARIO, 2008).

4.4 A HISTÓRIA AMBIENTAL DAS RPPNS DA CHAPADA

4.4.1 RPPN Campo Alegre

A primeira RPPN a ser criada na Chapada dos Veadeiros foi a RPPN Campo Alegre. A RPPN pertence à Associação Ecológica de Alto Paraíso cujo presidente é o Sr. Alírio Lima, conhecido como o Sr. Nivedano. Por motivos diversos, a entrevista não pode ser feita pessoalmente, mesmo assim, o Sr. Nivedano comentou os principais assuntos abordados na pesquisa por meio de um relato escrito e enviado à pesquisadora por *e-mail*.

O Sr. Nivedano, baiano, chegou à região da Chapada dos Veadeiros em 1990, quando voltou de sua viagem à Índia, onde viveu por 15 anos praticando a meditação. Foi na Índia que um amigo falou sobre a região, aguçando sua curiosidade. Quando chegou à Chapada, gostou do que viu e resolveu adquirir uma propriedade na região. Junto com outras pessoas, o Sr. Nivedano comprou a Fazenda Campo Alegre no Município de Alto Paraíso de Goiás – GO. Após a aquisição da propriedade, ele percebeu a necessidade de proteger a fazenda, uma área de 8.528 ha com 164 nascentes, seis rios e córregos, além de várias fitofisionomias do Cerrado como florestas de altitude, mata ciliar entre outras. Foi então que o Sr. Nivedano e alguns parceiros decidiram criar uma RPPN. Para administrar a reserva, que seria criada posteriormente, em 1992, o grupo resolveu organizar uma entidade sem fins lucrativos chamada Associação Ecológica de Alto Paraíso (AEAP). Após dois anos, a RPPN Fazenda Campo Alegre foi registrada com 7.500,82 ha, ou seja, quase 90% da propriedade total.

Segundo o Sr. Nivedano, na época da criação da reserva, terras de grande valor ambiental estavam sendo devastadas pela monocultura de grãos e isso se tornara uma preocupação. Sendo assim, a motivação para a criação da RPPN foi a compreensão de que a área poderia ser degradada. Para que isso não acontecesse, seria necessário transformá-la em área protegida visando preservar uma região tão rica de biodiversidade e nascentes, sensível a possíveis alterações.

O Sr. Nivedano conta que o principal objetivo de sua RPPN, no momento, é a preservação da natureza. Outras atividades exigiriam recursos financeiros de que o grupo não dispõe. De acordo com ele, a RPPN foi criada com a ajuda de profissionais da área ambiental e políticos que concordaram com a proposta.

Na RPPN, são realizadas algumas atividades, como visitação nas cachoeiras, trilhas e passeios a cavalo. A reserva possui Plano de Manejo, feito com o apoio da Funatura, mas não está finalizado nem registrado no ICMBio. Segundo ele, custa caro concluir o Plano de Manejo e, no momento, isto não é prioridade. Ele acredita que seria necessária uma equipe significativa de técnicos e profissionais capacitados para que a reserva possa exercer sua vocação, ou seja, preservar o meio ambiente, ser palco de pesquisas sobre o bioma Cerrado, trabalhar a educação ambiental na população local e projetos que possam ajudar os moradores. Ele afirma que há a possibilidade de vender a propriedade, mas que ainda não está certo se essa é a melhor solução para a RPPN.

De acordo com o Sr. Nivedano, a fiscalização do IBAMA e do ICMBio não existe. Ele comenta que a AEAP sempre quis ter um relacionamento produtivo e efetivo, junto com o órgão ambiental, na proteção da RPPN, porém a ajuda nunca apareceu. Ao contrário, o órgão apenas dificulta o trabalho, aplicando multas e outros tipos de empecilhos que impedem a administração da reserva pela Associação. “A fiscalização IBAMA/ICMBio é uma piada, um farsa” diz o Sr. Nivedano, em tom de indignação. Segundo ele, no início do processo de criação, a AEAP teve até mesmo que pagar diárias, alimentação e gasolina para que fiscais fossem até a reserva realizar a vistoria, ainda assim, tais fiscais nem ao menos lhe entregaram os laudos.

Devido a esses problemas e à falta de incentivo do governo, o Sr. Nivedano mostra-se arrependido com a criação da RPPN. “Eu não faria o que fiz outra vez” afirma. Ele diz que os incentivos oferecidos pelo governo têm um destino certo antes mesmo de serem publicados. É possível que o Sr. Nivedano esteja se referindo aos editais de incentivo à criação de RPPNs. Ele continua o assunto lamentando que seja vergonhoso o jogo de cartas marcadas, onde o que interessa não é a relevância da RPPN, mas quem será beneficiado com sua criação.

O Sr. Nivedano se mostra insatisfeito com a forma como são conduzidas as políticas públicas na área ambiental. Ele diz que a corrupção e o jogo político são grandes e que os recursos são desperdiçados em projetos bilionários, mas que não resolvem os reais problemas ambientais do país. “O Brasil está mergulhado no caos”, lamenta. E adverte que cada um que ainda possui ao menos uma nascente de água pura em sua propriedade, deve cuidá-la como se fosse um bebê. Sendo assim, cada um deve fazer a sua parte na tentativa de preservar o que resta da natureza. “Esperar a ajuda é besteira”, adverte.

4.4.2 RPPN Fazenda Brancas Terra dos Anões

O Sr. Fernando da Cunha Rego (Foto 7), nascido no Nordeste, viveu em vários lugares, inclusive no exterior. Veio para Brasília em busca de um lugar especial e ficou encantado com o estilo da nova capital. Acompanhado de sua esposa, começou uma peregrinação ao redor de Brasília pelo Planalto Central. Nessas expedições, há mais ou menos 32 anos,



Foto 1 – O Sr. Fernando da Cunha na RPPN Fazenda Brancas Terra dos Anões
Fonte: Pesquisadora, 2012.

encontrou a Fazenda Brancas e a comprou da viúva de um médico belga famoso por sua mediunidade. Não havia nada no local, foi ele quem construiu tudo. A ideia inicial era morar, preservar e realizar um trabalho social, onde as pessoas seriam inseridas num método de vida diferenciado, tendo como base a preservação, a simplicidade e a tecnologia.

Ele ainda não morava na fazenda quando surgiram as primeiras notícias de que o governo oferecia uma oportunidade de oficializar uma área preservada. O Sr. Fernando quis criar a RPPN que, na época, era uma novidade. O cartório não sabia como funcionava e até o IBAMA fornecia informações desconhecidas. Apesar de algumas dificuldades iniciais, devido à falta de conhecimento dos órgãos e cartórios, a criação das RPPNs foi rápida. O Sr. Fernando atribui a agilidade ao fato de a fazenda possuir um Registro Torrens⁸ feito por algum antigo dono. Apesar de ter apenas uma portaria de criação no ICMBio, a RPPN Fazenda Brancas Terra dos Anões se divide em duas áreas separadas uma da outra e foram nomeadas pelo Sr. Fernando como RPPN Caminho do Silêncio e RPPN Vale Encantado da Cachoeira dos Cristais, ambas criadas no ano de 1996.

A vontade de preservar a natureza vem desde a infância. Com uma filosofia de vida bem particular, indo de encontro ao pensamento capitalista da sociedade, o Sr. Fernando sempre destinou a fazenda a um estilo de vida que andasse em harmonia com a natureza. A motivação para a preservação de suas terras foi pela grande beleza cênica existente na fazenda. “É necessário que as crianças tenham acessibilidade a esses ambientes naturais. É um lugar muito especial e diferente”, ele afirma. De acordo com o Sr. Fernando, a destruição do planeta é algo fora do comum e o homem não pode destruir o que a natureza demorou milhões de anos para construir. Em função desses argumentos, surgiram suas RPPNs, cuja criação, segundo ele, foi um acidente de percurso, já que teria preservado de qualquer jeito. Na época da criação das reservas, o Sr. Fernando conta que tentou convencer alguns de seus vizinhos proprietários de terras a também criarem RPPNs, porém nenhum deles gostou da ideia. “Muitos disseram: - mas vou perder dinheiro! Mas eu penso que nem tudo é dinheiro”, argumenta o Sr. Fernando.

O Sr. Fernando cursou direito e jornalismo, mas não exerceu as profissões. Foi trabalhar com construção civil e mais tarde se tornou presidente do sindicato do petróleo, uma área muito pesada, diz ele. Não tinha mais motivação para continuar com essas atividades e por isso largou tudo há 10 anos, foi morar na fazenda onde tentou por muito tempo montar um grupo de pessoas para formar uma comunidade, o que ainda não conseguiu. A fazenda possui uma pousada com 25 quartos, como forma de tentar uma

⁸Sistema de registro completo e perfeito da propriedade agrária (DIREITOVIRTUAL, 2013).

rentabilidade. O Sr. Fernando impõe algumas regras como, por exemplo, não vender bebidas alcoólicas na fazenda, o que restringe seu público. As frequências de hóspedes e visitantes dependem da época do ano e dos feriados. Além da pousada, há algumas plantações e uma horta, tudo para consumo próprio. Já criou gado, mas não quer continuar com a criação, pois acha difícil vender os animais para o abate, prefere que as vacas morram de velhice, explica sorridente. Apesar de ter alguns animais de estimação, como patos, galinhas, cães, cavalos e um pouco de gado, tais animais permanecem na área das casas e, com exceção dos cães e patos, eles não entram nas matas.

A fazenda tem um livro de visitas, mas nada oficial e bem incipiente. A maioria dos visitantes vai por curiosidade, mas acabam despertados para algo novo e saem de lá diferentes. O Sr. Fernando acredita que os visitantes não são atraídos especificamente pelas RPPNs, pois a maioria das pessoas não conhece essa UC.

Na propriedade já funcionou uma escolinha para crianças da redondeza, mas devido à falta de recursos e tentativas do Estado em gerir a escola ele acabou desativando-a. Para ele, não seria interessante que o Estado ensine o que não sabe, numa crítica à sua deficiência em ensinar valores e princípios importantes para uma vida mais harmoniosa, como, por exemplo, a preservação da natureza.

A escolha, dentro da fazenda, pelas duas áreas que são RPPNs foi, de acordo com ele, intuitiva, apenas procurou preservar as áreas de nascentes. Independente do critério de definição, tais áreas foram bem escolhidas, pois realmente existem várias nascentes e locais frágeis que merecem uma proteção especial. Além das RPPNs, várias áreas da fazenda se mantêm preservadas. O pensamento do Sr. Fernando é preservar tudo, procurar produzir o menor volume de lixo possível e não sacrificar seus animais.

A RPPN Caminho do Silêncio possui 12,00 ha de uma área total de 1.427,00 ha da fazenda. Ela é menor, porém mais visitada. Possui trilhas, nascentes e um mirante em seu interior. Já a RPPN Vale Encantado da Cachoeira dos Cristais (Foto 8) fica em um vale distante da sede da fazenda. Possui 600,00 ha de área bem preservada. Por não estar sinalizada, nem possuir trilhas, não é visitada. Ele afirma que essa RPPN é praticamente uma ilha em meio às monoculturas realizadas pelos vizinhos. Não há funcionários específicos para as RPPNs, pois quem cuida das reservas são as mesmas pessoas que cuidam da fazenda.



Foto 2 - Vista da área RPPN Vale Encantado da Cachoeira dos Cristais
Fonte: Pesquisadora, 2012.

As RPPNs possuem uma variada fauna e flora, espécies de plantas do Cerrado, Mata Atlântica e Amazônica. Além disso, várias nascentes se encontram nas reservas e também fora delas, dentro dos limites da fazenda. De acordo com o Sr. Fernando, várias pesquisas sobre insetos e plantas, por exemplo, já foram feitas na área, muitas delas da UnB. Entre os frequentadores, o Sr. Fernando comenta sobre os vários grupos de astrônomos⁹, escoteiros, estudantes, pesquisadores do Brasil e de outras partes do mundo, como os pesquisadores do Museu de Aves de Nova York. “Isso me motiva a continuar nesse caminho” declara. Ainda assim, o Sr. Fernando não está satisfeito, gostaria de transformar a fazenda num grande centro de pesquisa permanente em prol da preservação incluindo, por exemplo, a construção de um banco de sementes. Porém, tal realização não é nada fácil de concretizar. Já teve propostas de transformar o local num laboratório, uma universidade aberta, mas tais propostas visavam ao lucro e isso ele não quer, afirmando que a finalidade não é financeira, mas social.

Possui projetos para uma possível divisão da fazenda em pequenas chácaras onde reuniria pessoas interessadas em preservar a área e que tivessem condições de financiar projetos e melhorias na fazenda. As casas teriam um padrão, com respeito total à natureza e o uso de tecnologia limpa e sustentável. Com o dinheiro da venda da terra e dos investimentos desses novos moradores, seriam patrocinadas pesquisas de todos os tipos na propriedade.

⁹Na fazenda já foram realizados alguns encontros de astronomia e astrofotografia.

De acordo com o Sr. Fernando, não há fiscalização ou ajuda por parte do IBAMA ou ICMBio, com exceção do Fernando Rebello, do MMA, que é elogiado por ser prestativo e atencioso com os donos de RPPNs e por ter se esforçado muito em proteger a região. As reservas do Sr. Fernando não possuem Plano de Manejo, pois não recebeu ajuda de ONGs e por ser o Plano de Manejo algo muito oneroso. Porém gostaria de fazê-lo no futuro.

Mesmo sendo um ambiente altamente preservado, o Sr. Fernando observou a diminuição das águas da fazenda. Para ele, a Chapada dos Veadeiros precisa de mais áreas protegidas. O Sr. Fernando conta que em sua propriedade já houve uma tentativa de invasão na área da RPPN Vale Encantado da Cachoeira dos Cristais e que demorou sete anos para a Polícia Federal retirar essas pessoas, mesmo tendo ele protocolado a cada três meses um pedido de ajuda. Ele conta que muitas pessoas, hoje, querem criar RPPNs por causa do Movimento dos Sem Terra (MST), mas atualmente é mais difícil conseguir um registro, pois não se faz uma RPPN em área devastada e a grande maioria das terras da Chapada está assim, sem água limpa e sem bichos.

Para ele o fogo é necessário, pois diminui a gramínea, que quando fica alta pode provocar um incêndio muito maior. Porém, ele concorda que o fogo precisa de manejo e esse manejo requer dinheiro. Por isso, parou de fazer o manejo pelo fogo e seguiu fazendo aceiros¹⁰, mas “o único aceiro que o fogo não pula é o do fogo”. Ele conta que contabiliza duas grandes queimadas ocorridas na fazenda.

Segundo o Sr. Fernando, ele não costuma ir às reuniões de associações de RPPNs, pois percebe que é sempre a mesma coisa e não acrescenta nada à causa. Mas acredita que, apesar de todas as dificuldades, o nível de consciência das pessoas está melhorando. Ele concorda com as iniciativas de planejamento biorregional mesmo sendo um processo lento. Sobre os incentivos, ele acredita que a isenção do ITR foi a única coisa que obteve de fato em seu benefício. Não se considera satisfeito com as RPPNs, mas não as retiraria; pelo contrário, ele as ampliaria, mas não vê necessidade de ampliá-las, pois preserva grande parte das outras áreas da fazenda sem ter as obrigações que uma RPPN exige. De qualquer forma, ele acredita que o fato de serem UCs perpétuas é algo bom. “Não estou satisfeito, eu esperava outra coisa, mas continuo lutando para alcançar, antes de ir embora (enquanto viver), alguma coisa nova. Não retiraria, só não a faria”, proclama.

¹⁰Desbaste de terreno em volta de propriedades, matas e coivaras, para impedir propagação de incêndios (FERREIRA, 2004a).

Muitos são os que dizem para o Sr. Fernando vender a fazenda, pois não dá o lucro suficiente. Seus filhos, apesar de o apoiarem na conservação do local, tentam convencê-lo de que as terras de Alto Paraíso se valorizaram muito e que se ele vendesse a fazenda poderia comprar apartamentos em várias cidades do mundo. Ele resiste e ressalta: “eu não quero viver para abrir e fechar janelas”. O Sr. Fernando se preocupa com as áreas preservadas, acredita que se ele vender a propriedade, no outro dia, eles acabam com tudo. Sobre os filhos, o Sr. Fernando esclarece que eles estão na fase de buscar o dinheiro, mas que um dia isso passa, principalmente com as pessoas que crescem ouvindo sobre a natureza. De acordo com ele, a humanidade precisa passar por esse período de dificuldades para depois ter uma nova postura diante do meio ambiente. “A natureza vai trazer uma resposta inimaginável contra essa destruição” assegura.

4.4.3 RPPN Mata Funda

O agrônomo, Sr. Ângelo Testa, de origem mineira, conheceu a Chapada dos Veadeiros em 1980, quando estava à procura de um lugar onde, junto com um grupo de pessoas, sonhava viver numa comunidade rural. Essa busca durou oito anos e foi feita por ele mesmo em várias partes do Brasil. Quando conheceu Alto Paraíso, encantou-se pela região. O clima ameno, a grande beleza das paisagens e a proximidade com o PNCV foram alguns dos motivos de sua escolha. Na época, morava em Brasília e se mudou definitivamente para a Chapada, em 1981. O sonho dessa comunidade não durou muito tempo, os amigos voltaram para a cidade, apenas ele decidiu ficar na propriedade com sua esposa, a Sra. Solange. O Sr. Ângelo conta que, atualmente, não se percebe tanto o tempo mais frio. Ele, que fazia medições periódicas da temperatura, constata que nos meses de agosto (época da seca) a temperatura se mantinha em torno de 25°C e em setembro já havia chuvas. Hoje, a temperatura fica em torno de 32°C e 33°C na mesma época. O clima quente e seco favorece as queimadas, a própria fazenda do Sr. Ângelo sofria com o fogo no momento em que a entrevista foi feita, sendo realizada entre uma ida e outra à mata, onde o Sr. Ângelo, sua esposa e alguns amigos combatiam um incêndio há três dias.

A Sra. Solange, a princípio não se sentiu confortável com a entrevista. Em tom de desabafo, disse que muitas pessoas já haviam passado por ali fazendo pesquisas sobre eles e suas terras. Prometiam um retorno que nunca chegava. Entre essas pessoas, pesquisadores da UnB, Universidade Federal de Goiás (UFG) e outras instituições. “Você fica se sentindo cobaia e isso é ruim” exclama. O Sr. Ângelo concorda e relembra uma pesquisa feita por volta de 2011 pela UnB, após uma grande queimada que não acontecia há anos. A pesquisa analisava a situação do Cerrado após essas queimadas, quais plantas

surgiram, quais desapareceram. “Eu queira muito saber o resultado e não voltaram (...) é uma falta de ética muito grande”, afirma o Sr. Ângelo.

Mesmo antes de criar a RPPN, o Sr. Ângelo tinha a intenção de preservar sua área. A motivação apontada por ele foi a força que teriam diante do governo, por ter em sua propriedade uma UC federal. “Foi para a gente ter ajuda e voz grossa perante o IBAMA”, afirma. A Chapada, apesar das grandes riquezas ambientais, é uma das regiões mais carentes do Estado de Goiás, sendo conhecido no passado como “perímetro da miséria”. De acordo com o Sr. Ângelo, existe muita dificuldade na cidade, não há bombeiros suficientes, nem brigadistas. Atualmente, foram contratados alguns brigadistas que trabalham por seis meses e ajudam no que podem, mas é pouco. Não há um planejamento contra o fogo.



Foto 3 - Placa RPPN Mata Funda
Fonte: Pesquisadora, 2012.

Outra motivação apontada para a criação da RPPN (Foto 9) foi para preservar e ampliar o PNCV que já foi reduzido a 10% do seu tamanho original. Como RPPN, o Sr. Ângelo esperava ter maior ajuda dos órgãos ambientais, mas isso nunca aconteceu, apesar de várias tentativas. A Sra. Solange acrescenta que, ao contrário do esperado, a proximidade com o Parque e a criação da RPPN só trouxeram problemas, pois os maiores incêndios em suas

terras vieram do Parque. Ela conta que, no ano 2000, o fogo pulou do PNCV para a sua propriedade e eles sozinhos tiveram que combatê-lo. Foi um incêndio de grandes proporções que quase queimou a casa deles. Porém, o que mais a indignou foi o fato de haver, na cidade, helicóptero, carro pipa e corpo de bombeiros e não foi liberado nenhum desses auxílios para ajudar a combater o fogo em suas terras. Foram várias as tentativas de convencer o piloto do helicóptero a jogar um pouco de água em sua propriedade, relata a Sra. Solange, com voz embargada e visivelmente aborrecida.

Diante de tantos fatos, a ameaça principal, apontada pelo Sr. Ângelo e sua esposa (Foto 10) é realmente o fogo. Segundo ele, o Parque abandonou suas terras à própria sorte, porém já está na hora de o Parque cuidar de sua área, indicando que suas terras também fazem parte do PNCV, pois estão interligadas. Um dos vizinhos da RPPN Mata Funda é o Santuário da Vida Silvestre Volta da Serra que pretende unir forças com o Sr. Ângelo contra as queimadas. Alguns outros vizinhos criam gado, mas em pequena escala, outros não preservam, mas também não desmatam. O Sr. Ângelo afirma que todo fogo é provocado e não há incêndios espontâneos na região. A única possibilidade de incêndio espontâneo é por meio de raio, algo raríssimo e ainda assim o fogo não se alastraria tanto, pois os raios

ocorrem na época de chuva. Esta constatação sobre os incêndios também foi descrita no Plano de Manejo da RPPN Serra do Tombador, gerenciada pela Fundação Boticário.



Foto 4 – O Sr. Ângelo e a Sra. Solange
Fonte: pesquisadora, 2012.

Nativos da região costumavam atear fogo para fazer antepasto, costume antigo da região. Mas eles eram responsáveis nessa atitude e não causavam incêndios, pois havia controle e era feito na época certa. Hoje, alguns ainda colocam fogo em suas terras para baixar a vegetação, impedindo um fogo maior, porém estas pessoas não têm responsabilidade e só se preocupam em defender sua propriedade. “Tem gente que coloca (fogo) só para ver, outros por acidente”, diz o Sr. Ângelo. Ele contou que um dia, às 4h da madrugada, acordou por causa de um incêndio provocado por uma vela acesa num ritual religioso em sua propriedade.

De acordo com o Sr. Ângelo, o IBAMA e o ICMBio acham que só existe o Parque para cuidar. A única exceção, repetida várias vezes na entrevista, foi a ajuda e atenção dada pelo Fernando Rebello, que ficou lá por quatro anos. De acordo com o Sr. Ângelo e o Sr. Fernando da RPPN Fazenda Brancas, Fernando Rebello era o único que se importava em ajudar a combater as queimadas.

Outra ameaça apontada pelo Sr. Ângelo é a caça e o extrativismo clandestino. Pessoas entram na propriedade e retiram coco e palmito, por exemplo. Ele relata, em tom saudosista, que, antigamente, havia manadas de veado, emas e outros bichos. Hoje, é raro ver alguns desses animais. Ele acredita que houve muita caça, mas o motivo principal é o fogo que chega à região depois de junho, época em que os bichos e passarinhos começam

a nascer. Por serem pequenos e frágeis, eles não conseguem fugir, ficam encurralados e morrem. O fogo é tão intenso que os animais grandes também são mortos. Outra ameaça iminente e que o preocupa é a possibilidade de ser autorizada, em suas terras, a exploração de minérios, pois se for constatada sua presença no subsolo, nem o Parque escaparia.

A RPPN Fazenda Mata Funda foi criada em 1997. A reserva possui 110,00 ha dos 229,48 ha da área total da fazenda. O Sr. Ângelo conta que já estava desistindo de criar a RPPN, pois o processo já se estendia há 12 anos. De acordo com o proprietário, o IBAMA sempre requeria nova documentação, inclusive documentos impossíveis de serem conseguidos, como a comprovação de que a área não era território indígena, entre outros. Em sua opinião, algumas pessoas do órgão não queriam que a RPPN acontecesse, pois não era do interesse de grupos poderosos o surgimento de RPPNs no país. Após doze anos, uma amiga do casal, Verônica, que trabalhava na Funatura, foi a responsável pelo auxílio na criação da reserva. Ela se encarregou de todo o processo. Além disso, a ONG formulou o Plano de Manejo da RPPN. A RPPN integrou, então, o Projeto Santuário de Vida Silvestre promovido pela Funatura. Depois que foi criado, o IBAMA nunca apareceu na propriedade. O Sr. Ângelo pensa que seria uma obrigação dos chefes do PNCV fazer vistorias nas RPPNs locais e reclama que o atual chefe nunca foi em sua propriedade ou pediu sua opinião sobre como trabalharem juntos.

Na propriedade, já foram realizadas oficinas de educação ambiental em que eram feitas trilhas na reserva. Estas oficinas foram elaboradas em parceria com o WWF para alunos de algumas escolas da região. Também aconteceram oficinas sobre o algodão. Tanto o Sr. Ângelo como a Sra. Solange são tecelões e com base no processo de criação dos fios foi montada a oficina de educação ambiental, onde era demonstrado o plantio, a coleta e demais etapas do algodão. Segundo a Sra. Solange, foi uma experiência muito boa e que eles querem retomar, direcionando as oficinas para escolas e também para turistas que se interessem por tecelagem. A ideia é investir novamente na propriedade.

As atividades, no momento, estão paradas devido à falta de pessoas. Antes, eram seis moradores na fazenda, o que facilitava o combate ao fogo, a construção de aceiros e os cuidados com a infraestrutura da fazenda como, por exemplo, o viveiro, o pomar, o apiário e a roça. Hoje, está tudo abandonado. O motivo do abandono das atividades foi devido uma construção em São Jorge em que eles estavam empenhados e o crescimento dos filhos. A atividade atual é a venda de algumas mudas de plantas nativas em Alto Paraíso de Goiás - GO.

Na propriedade existe um mirante, que possibilita ver a área da RPPN, as nascentes e os animais, podendo ser usado na implementação do turismo e na educação ambiental. A maioria das pesquisas realizadas na propriedade foi feita fora da reserva, mas já houve pesquisas em sua área. Apesar de todos os problemas, o Sr. Ângelo não se arrepende de ter criado a RPPN, e gosta do fato dela ser perpétua, mas pretende cobrar mais das autoridades para protegerem a reserva que é uma UC federal.

De acordo com o Sr. Ângelo, ele não participa de reuniões com outros proprietários e com a associação das RPPNs, pois está cansado de não ver resultados dessa prática. Ele argumenta que a história do mosaico é antiga, desde a tentativa de ampliar o Parque. Apesar do desejo de ver mais áreas preservadas, o surgimento de novas RPPNs é questionado por ele, pois seriam, na verdade, tentativas de impedir a desapropriação de suas terras, “não são RPPNs do coração” diz ele que completa: “como Lula¹¹ disse: é uma camisinha contra a desapropriação”. Para ele não há problema nenhum em ampliar o Parque e deixar as pessoas dentro dele. Assim, elas poderiam trabalhar protegendo o Parque e ganhar por este trabalho. Mas o IBAMA prefere cercar a área, tirar as pessoas e depois abandonar tudo, sem manejo nenhum.

4.4.4 RPPN Cara Preta

O Sr. Paulo Klinkert Maluhy é paulista e veio, pela primeira vez, à Chapada dos Veadeiros como turista, em 1994. Na época, trabalhava como fotógrafo e percebeu que a região ainda estava desabitada, mas que tinha um grande potencial, pois era muito bonito. Encantado por Alto Paraíso, Sr. Paulo decidiu morar na região. Ficou por um tempo na Vila de São Jorge e depois na cidade de Alto Paraíso. Concluiu que era importante manter a região preservada como ainda estava e, por isso, ficava incomodado com o fato de algumas áreas de nascentes e de incrível beleza não estarem protegidas pelo PNCV. Foi então que ele encontrou uma área muito bem preservada e que estava desprotegida. Ele comprou o terreno na região de Alto Paraíso com a motivação de preservar essas terras. Em 1998, iniciou o processo de criação da RPPN Cara Preta, propriedade vizinha do Parque, separada apenas pela Rodovia GO-118. Dentro da RPPN, encontram-se várias nascentes e o lugar mais alto do Planalto Central, a Serra do Pouso Alto que, mais tarde, daria nome à APA existente na Chapada.

A criação da RPPN, segundo o Sr. Paulo, não foi difícil porque ele possuía toda a documentação necessária e não encontrou maiores burocracias. No ano seguinte ao

¹¹ Luiz Lima, morador de Alto Paraíso, conhecido como Lula. Historiador e guia da região.

pedido, em 1999, saiu a Portaria de criação. A área da RPPN engloba 100% da área da propriedade, ou seja, 975,00 ha. Ele afirma que não é fazendeiro, e essa atitude comprova que sua motivação inicial era preservar a biodiversidade do local. Sobre a fiscalização da RPPN pelo IBAMA ou ICMBio, ele comenta que foram feitas visitas técnicas, mas não houve fiscalização por parte dos órgãos. A RPPN possui Plano de Manejo e o controle do fogo é feito por meio de aceiros. Tanto o processo de criação, quanto o de elaboração do Plano de Manejo e, hoje, a gestão da RPPN tiveram (e têm) o suporte da ONG Oca Brasil, da qual ele é o fundador e presidente. Pessoa muito influente na cidade de Alto Paraíso, o Sr. Paulo também é o fundador da Casa de Cultura e representa a ONG Oca Brasil em diversos conselhos e órgãos ambientais, como o Conama, Sema e Câmara Federal de Compensação Ambiental.



Foto 5 - Placa da RPPN Cara Preta – Alto Paraíso de Goiás - GO
Fonte: Pesquisadora, 2012.

A RPPN Cara Preta (Foto 11) recebe alguns visitantes. Normalmente são pesquisadores, que precisam pedir autorização para entrarem. Dependendo da finalidade, é permitida a entrada ou não. A visita é feita com acompanhamento de um funcionário da Oca Brasil. Segundo o Sr. Paulo, a intenção não é promover o ecoturismo, que ele acredita, também causa grande impacto à biodiversidade. Ele não quer lucrar com visitas e turistas, pelo menos não agora, ele não tem essa pretensão. Sendo assim, a RPPN não produz retorno financeiro, sendo mantida com recursos do Sr. Paulo, que atualmente é empresário e reside em São Paulo e Alto Paraíso, dividindo seu tempo entre as duas cidades. Como não há visitação intensa, a reserva não tem problemas com a produção de lixo.

Um dos propósitos do Sr. Paulo é fazer da RPPN algo rentável e pensa em outras formas de ser remunerado pela reserva como, por exemplo, por meio dos serviços ambientais prestados, sequestro de carbono e compensação de reservas legais, em que o proprietário da RPPN, possuidor de uma área preservada, seria remunerado por donos de terras que não fizeram sua RL. Seria uma espécie de “aluguel” da RPPN.

A RPPN Cara Preta já foi objeto de várias pesquisas, principalmente por sua vegetação endêmica. Hoje, a presença de animais é mais rara devido à degradação do entorno da RPPN e à diminuição das áreas preservadas. De acordo com o Sr. Paulo, a principal ameaça à RPPN Cara Preta não são os vizinhos ou eventuais invasões, é o fogo.

4.4.5 RPPN Nascentes do Rio Tocantins

A RPPN Cara Preta não é mais a única reserva privada do Sr. Paulo. No ano de 2011, foi criada a mais recente RPPN da Chapada dos Veadeiros, também de sua propriedade, chamada Nascentes do Rio Tocantins (Foto 12). Localizada no Município de São João d'Aliança - GO, a RPPN tem 270,09 ha de 329,94 ha da área total da propriedade. Diferente da Cara Preta, esta reserva não engloba 100% da área da propriedade. O Sr. Paulo achou melhor deixar um pequeno pedaço de terra para, quem sabe no futuro, construir uma casa ou um hotel ecológico, mas isso não chega a ser um projeto futuro, é apenas uma possibilidade. Na reserva encontra-se a nascente do rio Tocantins. É um lugar mais fechado, com vegetação



Foto 6 – O Sr. Rui Martins (Nichanto) do Oca Brasil e a RPPN Nascentes do Rio Tocantins
Fonte: Pesquisadora, 2012.

mais densa em que existe maior presença de animais, como anta e onça. Essa RPPN também é um campo de pesquisa onde, no momento, estão sendo desenvolvidas pesquisas da Rede Semente Cerrado com o apoio da Oca Brasil e da Petrobrás Ambiental. No caso dessa reserva, a principal ameaça é o fato de ser uma ilha de preservação, rodeada por fazendas com atividades agrícolas. Não há moradores na RPPN, que também é gerida pela mesma ONG. A Oca Brasil faz visitas periódicas às reservas para fiscalizar e não permitir queimadas ou outro tipo de degradação.

O Sr. Paulo, no momento, é o presidente da Associação de RPPNs do DF e GO e procura, sempre que possível, participar de reuniões ligadas à preservação da Chapada dos Veadeiros. Ele acredita que os incentivos para a criação de RPPNs são poucos, e propõe que, no instante em que fosse criada uma reserva, o proprietário já deveria ganhar algum tipo de crédito. A falta de incentivos é “um ponto falho”, diz ele.

De acordo com o Sr. Paulo, ele foi um dos pensadores e criadores da APA do Pouso Alto. Na verdade, o seu objetivo era a ampliação do Parque, mas a ampliação era complicada, a última tentativa de ampliar não tinha sido bem sucedida. Um dos problemas

dessa tentativa de aumentar o PNCV foi não terem observado as populações que estavam dentro da área de ampliação. “Fizeram de qualquer jeito, não fizeram um estudo mais aprimorado” comenta o Sr. Paulo. Isso provocou muito descontentamento dos habitantes da região, inclusive pessoas ligadas à preservação. A ampliação do Parque foi contestada no STF, sendo tornado nulo seu decreto de criação.

O Sr. Paulo comenta que uma nova sugestão de ampliação foi planejada. Foram feitos estudos mais aprofundados sobre a região. Ele mesmo fez visitas in loco, sobrevoos, convidaram técnicos e moradores locais conhecedores da região como o Lula de Alto Paraíso. No novo desenho do PNCV, foram retiradas de seus limites as populações locais. O projeto foi entregue ao governo, mas não foi dado prosseguimento, ele não sabe o que aconteceu. O Sr. Paulo conta que estava em uma reunião com muitos políticos e queria convencê-los da ampliação, mas não foi possível. Então, em uma conversa, o Governador de Goiás decidiu criar a APA do Pouso Alto, idealizada pelo Sr. Paulo e pelo Sr. Paulo Nogueira Neto¹².

O Sr. Paulo conta que a ampliação durou três anos, é foi por meio dessa ampliação que o PNCV conquistou o título de PMN da UNESCO. Atualmente, esse título está sendo questionado pela UNESCO e o PNCV poderá vir a perdê-lo. Ele acredita que talvez seja por isso que o próprio ICMBio esteja se mobilizando na tentativa de aumentar a área preservada com a criação do Mosaico Chapada dos Veadeiros, porém, ele pensa que o planejamento do mosaico tem alguns problemas. Na opinião dele, várias estratégias já foram tentadas e, enfim, nenhuma deu certo. Em sua concepção, o mosaico já existe naturalmente, não precisa delimitar, ele nasce de forma espontânea. “Existe um Parque, existe uma APA em volta do Parque, existem várias RPPNs”, argumenta o Sr. Paulo. Sua ideia de estratégia, que poderia aumentar a conservação da região, é realmente a ampliação do PNCV e, também, melhorias na lei para que ficasse mais atraente a criação de RPPNs, por exemplo. Recentemente, Sr. Paulo adquiriu mais duas áreas da antiga Fazenda Raizama na região do rio São Miguel, próximo à Vila de São Jorge. Ele espera que em 2013 sejam criadas mais duas RPPNs nestas áreas.

Pode-se notar que o Sr. Paulo tem uma visão muito clara de seus objetivos com as RPPNs. Possui muito conhecimento sobre a área ambiental e sobre os problemas da região. Diferente de alguns outros proprietários, não foi movido por questões espirituais de foro íntimo. Sua motivação em todas as suas RPPNs é a preservação da biodiversidade. Apesar

¹² O Sr. Paulo Maluhy e o Sr. Paulo Nogueira Neto são amigos há longa data. Inclusive, o Sr. Paulo Nogueira Neto integra o conselho consultivo da ONG Oca Brasil.

da satisfação por suas reservas e do plano de criar outras, luta para que elas se tornem autossustentáveis ou até possam gerar lucro para seus proprietários sem que nenhuma atividade impactante (incluindo o turismo) seja realizada nas reservas.

4.4.6 RPPN Escarpas do Paraíso

Muitos dos proprietários de RPPNs da Chapada dos Veadeiros relacionam sua chegada à região à busca por um novo estilo de vida dentro de comunidades chamadas alternativas. Da mesma forma aconteceu com o médico o Sr. Roberto Galetti. Hoje, também morador de Brasília, conheceu a Chapada dos Veadeiros em 1984, quando largou tudo e veio do interior de São Paulo para o Planalto Central com a intenção de participar de uma comunidade alternativa chamada Fraterna Mundo Novo existente até hoje no Município de Cavalcante. Ao chegar, percebeu que não queria ficar na comunidade. Desejava ter sua própria terra onde poderia estabelecer seu próprio modo de viver sem depender do outro. Mais uma vez, é possível observar a dificuldade em se manter tais comunidades. De acordo com o Sr. Galetti, o grande problema dessas associações é que um espera que o outro faça alguma coisa, e isso torna difícil o convívio. Apesar de não querer morar na comunidade alternativa, decidiu ficar na região e morar em Alto Paraíso, com o desejo de viver do campo. Porém, todas suas tentativas agrícolas como, por exemplo, plantar milho e arroz, foram frustrantes devido à dificuldade de trabalhar o solo da região e de crescer profissionalmente na cidade. Algum tempo depois, após a chegada dos filhos, sentiu necessidade de sair da região. Na ocasião foi para Brasília e procurou visitar a Chapada nos fins de semana.

Um ano depois de conhecer a Chapada dos Veadeiros, o Sr. Galetti comprou uma fazenda de 158,00 ha, na qual pretende criar uma ecovila e voltar a morar na região quando se aposentar. De acordo com ele, a fazenda é linda e está investindo bastante em seu projeto. Acredita que sua ecovila vai dar certo, pois as pessoas estão mudando e entendendo melhor o conceito de viver em comunidade. Além disso, não é qualquer um que pertencerá a este grupo, eles possuem uma condição financeira favorável e uma boa cabeça, assegura o Sr. Galetti.

Interessante notar que muitas das pessoas de outros estados e países que decidem ir morar na Chapada, se tornam prósperas ou, pelo menos, conseguem manter-se quando chegam na região com recursos financeiros. O Sr. Galetti afirma que não se tira nada da Chapada, apenas para o próprio consumo, não para lucrar. Mesmo quando o assunto é o turismo, o médico se mostra descrente e afirma que um dia o turismo pode ser uma fonte de

riqueza, mas por enquanto há pouco ou nenhum investimento, não sendo um turismo especializado. Isso ocorre porque a população local não tem recursos para investir.

Existem evidências de conflitos entre o povo nativo da Chapada e os habitantes “de fora”. “Sempre existiu, pois os nativos pensam que os “de fora” têm dinheiro e poder. O poder deles é ter as terras e eles as estão vendendo”, diz o Sr. Galetti. Ele acredita que, ao preservar algumas áreas na região, está oferecendo uma oportunidade à população local de sobreviver numa condição melhor, porém poucos são os que percebem isso.

A RPPN Escarpas do Paraíso (Foto 13) possui 82,00 ha de terra, cerca de 90% da propriedade total. A posição inclinada do relevo acidentado lhe rendeu a escolha do nome. Ela é vizinha do povoado de São Jorge, às margens da estrada que liga Alto Paraíso ao povoado. O desenho da RPPN é estreito e alongado, tendo seus 3 km de comprimento às margens da estrada se tornando mais vulnerável às degradações. A RPPN faz fronteira com o PNCV no único trecho em que ele cruza essa estrada. Os outros 10,00 ha da propriedade foram deixados fora dos limites da RPPN para que, eventualmente, o proprietário possa morar ou explorar de forma sustentável com atividades permitidas às RPPNs.



Foto 7 - Placa (desgastada pelo tempo) da RPPN Escarpas do Paraíso
Fonte: Pesquisadora, 2012.

De acordo com o proprietário, a RPPN possui nascentes, vegetação exuberante com um mata ciliar riquíssima, um rio, que nasce no PNCV, o único morro que fica em frente ao povoado de São Jorge, de onde se tem uma visão privilegiada de 360°, podendo ser visto o Vale da Lua, o povoado e o Parque. Com entusiasmo, ele afirma que sua RPPN possui grandes belezas naturais que podem ser usadas para identificação de plantas, animais e

todo o resto, porém existem ameaças. “O problema é que o que não morre com o fogo, morre caçado, porque o povo come mesmo”, lamenta.

Por ser morador da região, o Sr. Galetti sabia que um dia a população de São Jorge iria querer transformar a vila num município. Antes de uma possível articulação entre políticos locais e moradores, ele e outro proprietário de RPPN decidiram transformar suas áreas em reservas particulares. A principal motivação do Sr. Galetti era impedir o crescimento de São Jorge e não permitir que suas terras fossem desapropriadas para este fim. “De certa forma eu consegui segurar o ímpeto de alguns moradores de aumentar a vila”, afirma. Segundo ele, existia também uma preocupação ambiental e no futuro a intenção era investir em algo sustentável na região. Sua intenção era proteger o povoado para que ele não se transformasse em algo maior do que já era. O Sr. Galetti diz que com o tamanho em que se encontra o povoado, os moradores já sofrem com vários problemas estruturais que ficam fora de qualquer planejamento urbano. Por exemplo, o terreno não favorece a construção de fossas sépticas. Segundo ele, seria um desastre que a vila de São Jorge crescesse mais.

Além do PNCV, outras RPPNs cercam a reserva Escarpas do Paraíso, como a RPPN Terra do Segredo e a RPPN Vale dos Sonhos, cujos proprietários eram, na época, conhecidos do Sr. Galetti. A ideia era juntar todas essas áreas e realizar um trabalho de educação ambiental. “Estamos fechando, o povoado jamais vai crescer, de um lado o Parque, do outro um precipício e do outro minhas terras”, completa.

A RPPN Escarpas do Paraíso foi criada no ano 2000 com o apoio do WWF. A ONG cuidou de todas as despesas, da medição da área à documentação necessária para o processo de criação. “Só tive o prazer de ver a publicação no Diário Oficial” diz o Sr. Galetti. Diferente de outras RPPNs, a criação de Escarpas do Paraíso foi rápida, questão de alguns meses. Provavelmente, a agilidade no processo foi possível por ter a propriedade a titularidade da terra. O Sr. Galetti comprou sua fazenda duas vezes, uma do posseiro e outra do titular da terra. Isso ocorreu em 1987, quando a área ainda não era valorizada e por isso não foi onerosa. A reserva ainda não possui Plano de Manejo, apenas um estudo de caracterização da área feito pelo WWF. Segundo ele, se uma ONG aparecesse com essa intenção ele se associaria para concluir o Plano de Manejo.

A propriedade e, conseqüentemente, a RPPN, não é muito frequentada pelo proprietário. Apenas quando vai a São Jorge, o Sr. Galetti visita sua área. Diz que sente tristeza ao ver a destruição da reserva pela população local, que não a respeita. A área não

é toda cercada por ser muito grande e faltar recursos. Ainda não foi realizada nenhuma pesquisa científica sobre a fauna e a flora da reserva, o que seria importante para o projeto de educação ambiental. Por enquanto, não há investimentos na propriedade e os 10% da fazenda que não pertencem a RPPN também se mantêm preservados.

Os benefícios do governo são tidos como insignificantes pelo Sr. Galetti, que se questiona se hoje faria igual. Em sua fala, ele explica que não iria lotear, mas percebe que, na prática, apenas ele, o dono, não pode utilizar a área, pois várias pessoas da redondeza entram e retiram recursos naturais. Não há fiscalização, nem do IBAMA, nem do ICMBio. De acordo com o proprietário, estas instituições nunca compareceram na reserva. Um exemplo da falta de comunicação entre o governo e os proprietários de RPPNs é a reclamação do Sr. Galetti, sobre a linha de transmissão elétrica, que foi passada por dentro da RPPN sem aviso ou documento de autorização do órgão ambiental.

O Sr. Galetti diz que a preservação da reserva é ameaçada por diversas frentes. A RPPN sofre com invasões da população local para a retirada de árvores, cascalho, pedras e despejo de entulhos. Outra ameaça é a caça, utilizada para a alimentação, algo muito comum e tradicional na região, mas que diminuiu bastante por não haver tantos bichos como antigamente, afirma. De acordo com ele, alguns habitantes do povoado não respeitam a RPPN, apesar da cerca e da sinalização de placas. Ele acredita que um dos motivos de tantas invasões é por não haver moradores nem vigias na propriedade, tornando-se um hábito para os moradores a má utilização da área. “Eles fazem como se fossem o proprietário, mas eles abusam, pensam que por ser médico de Brasília sou rico, então tudo bem em retirar, mas não é assim” contrapõe.

O Sr. Galetti não costuma reclamar diretamente com os moradores, conhece a maioria dos habitantes locais por já ter morado na região e ter sido médico de muitos deles. Apenas intervém, quando presencia as infrações, o que já ocorreu algumas vezes. Relatos dizem que foram tirados em uma única ação, cerca de mil caminhões de pedras usadas para construir as casas do povoado. Alguns desses problemas poderão ser minimizados, caso o Sr. Galetti vá morar na propriedade, sendo mais rigoroso com os invasores e reforçando as cercas da reserva.

Outra ameaça comum entre as RPPNs da Chapada é o fogo, um dos piores problemas, segundo vários proprietários. Atualmente, o ICMBio investiu em proteção contra o fogo, criando uma pequena brigada em Alto Paraíso de Goiás - GO. Na propriedade do Sr. Galetti não foi feito aceiro ao redor da reserva. Para ele, seria mais eficiente um vigilante

para avisar sobre novos focos de incêndio com antecedência. Mesmo sendo algo devastador, o fogo não foi considerado a pior ameaça da RPPN. O Sr. Galetti aponta a escassez de água como o grande problema da região. A constatação do proprietário é que a seca está mais intensa. As nascentes estão secando. Outro fator apontado por ele é o grande número de plantações de soja que vem crescendo nas redondezas. Segundo o Sr. Galetti, ocorriam enchentes onde os rios transbordavam acima de sua vazão habitual, hoje em dia isso não ocorre mais, os lençóis subterrâneos estão muito baixos e as nascentes morrendo. Ele tem consciência de que isto é resultado de algo maior, como o aquecimento global.

O proprietário se mostra insatisfeito com a reserva. Seu arrependimento cresce ao perceber que, talvez, se tivesse dividido o terreno em chácaras e vendido para pessoas com certa consciência ambiental, a área estaria mais preservada do que agora como área de proteção. Apesar disso, crê que, na época, era o que precisava ser feito, mas hoje percebe que não fez certo, pois a reserva não está cumprindo com sua finalidade e está sendo degradada. Diante disso, desabafa: “não consigo preservar”.

Como não há atividades na propriedade, a RPPN não possui visitantes. A visita, portanto, ocorre de forma clandestina. O objetivo principal dos visitantes é cortar caminho para o famoso atrativo Vale da Lua. Por isso não existe um retorno financeiro por parte da reserva. Para que isso ocorresse, seria necessário investimento e tempo para implantar as idéias de turismo ecológico, educação ambiental e pesquisa. O Sr. Galetti pensa que gostaria de implementar trilhas ecológicas, mirante e talvez uma pousada. Ele acredita na formação de um mosaico de unidades de conservação e que só desta forma será possível reverter a situação atual de degradação, ou seja, com a união dos outros proprietários de RPPNs e demais UCs. Essa parceria traria mais fiscalização e um trabalho de conscientização dos visitantes e da população local. Por fim, o Sr. Galetti sugere que o governo auxilie na fiscalização da reserva e que também dê um retorno financeiro aos proprietários de áreas protegidas como, por exemplo, um imposto verde ou dedução no imposto de renda.

4.4.7 RPPN Vale dos Sonhos

Criada em 2001 com a ajuda do WWF, a RPPN Vale dos Sonhos possui 60,16 ha de um total de 77,59 ha da Fazenda Recanto do Vale Encantado. Os criadores da RPPN foram os antigos donos da propriedade, o Sr. Antônio Ferreira de Souza e a Sra. Zilma Beleza Ferreira, que há aproximadamente oito anos venderam essas terras.

Na entrevista com o Sr. Antônio, devido ao longo período em que não é mais o proprietário da RPPN, não foi possível ter maiores esclarecimentos sobre suas motivações, intenções e procedimentos no momento da criação. Ainda assim, foi feito um breve relato de sua história de vida em torno da RPPN Vale dos Sonhos.

De origem mineira e morador de Brasília há muitos anos, o Sr. Antônio procurava um lugar mais tranquilo que pudesse visitar de vez em quando e descansar quando se aposentasse. Na época da compra da propriedade, sua filha era esposa do Sr. Roberto Galetti, um dos proprietários de RPPN da região. De acordo com o Sr. Galetti, o Sr. Antônio comprou uma área vizinha a sua propriedade e foi instruído por ele na criação de uma RPPN, da mesma forma como ele havia feito em suas terras.

Em decorrência de problemas familiares, possivelmente a separação de sua filha e do Sr. Galetti, o Sr. Antônio Ferreira vendeu a propriedade para uma senhora, com a qual não tem mais contato. De acordo com o Sr. Antônio, ela não é brasileira e não reside na propriedade. Hoje, o Sr. Antônio não visita mais a região, mas se lembra de que sua área era muito bonita, totalmente preservada e que gostava muito da RPPN. A reserva possui duas nascentes, um rio e várias espécies da vegetação do Cerrado.

Apesar de ter o conhecimento de outras RPPNs na região, não mantinha contato com seus proprietários (com exceção do Sr. Galetti e do Sr. Dioclécio), nem participava de reuniões sobre as reservas, corredores ecológicos ou outros tipos de gestão compartilhada. Segundo o Sr. Antônio, o processo de criação não foi demorado, cerca de um ano e meio. Achou rápido e acredita ser devido a toda documentação que a terra possuía e que, por isso, não houve problemas no momento do pedido de criação.

Durante a breve entrevista, o Sr. Antônio relatou que criou a reserva sozinho, sem ajuda de ONGs e que arcou com todos os custos. Porém, a RPPN Vale dos Sonhos, localizada em Alto Paraíso – GO foi uma das RPPNs criada em 2001 com o apoio do WWF. Este fato foi confirmado pelo Sr. Galetti, que afirma ter cuidado de todo procedimento de criação com o auxílio da ONG. Talvez por isso, o Sr. Antônio acredita ter criado a reserva sem o apoio da ONG, pois, possivelmente, não acompanhou mais de perto o processo de criação, ficando a cargo de seu genro. De acordo com o Sr. Galetti, a ideia de comprar a terra e fazer uma RPPN foi dele. Na época, já havia comprado sua propriedade, a Fazenda Tobogan, e para agilizar a compra do outro terreno, o Sr. Antônio sugeriu que fosse ele o comprador, desta forma seriam divididos os custos entre os dois e os objetivos poderiam ser mantidos já que eram parentes.

De acordo com o cruzamento das entrevistas, pode-se concluir que a motivação na criação da RPPN Vale dos Sonhos é similar à RPPN Escarpas do Paraíso, por ter sido idealizada pela mesma pessoa, apesar de ter diferentes proprietários. Não foram encontradas informações sobre a atual proprietária da reserva, que, segundo o Sr. Galetti, ainda se mantém preservada e sem atividades. O Sr. Galetti lamenta não ter comprado a propriedade do Sr. Antônio, pois a área fazia parte de seu sonhado projeto de conservação da região. “Eu queria comprar e teria comprado, mas ele não me vendeu” diz com certa frustração, por não ter-lhe sido oferecida essa oportunidade.

4.4.8 RPPN Terra do Segredo

Pernambucano, o Sr. Dioclécio chegou à Brasília por volta de 1983, devido a um anúncio na revista *Transe* sobre a formação de uma comunidade alternativa na cidade de Planaltina – DF. Militante das questões ambientais desde a década de 1970, as primeiras manifestações foram em 1972 em defesa de um rio em sua cidade natal, Jaboatão dos Guararapes – PE. O rio continuou poluído (até hoje), mas a intenção de fazer algo na área ambiental permaneceu.

Na época, existia um movimento muito forte pela busca de uma vida autônoma e independente. Então surgiram várias comunidades alternativas. A comunidade escolhida pelo Sr. Dioclécio não aconteceu devido à falta de seriedade de seus idealizadores. A ideia de largar tudo por uma nova experiência não o assustava. “Mudar para mim era normal, mudar é bobagem e mudar para uma coisa boa é melhor ainda” esclarece. O Sr. Dioclécio tem como formação inicial engenharia elétrica, porém nunca a exerceu. Após se formar, foi para São Paulo. Trabalhou com teatro, fotografia, jornalismo, agricultura, foi professor, entre outras atividades.

O Sr. Dioclécio relembra que quando morava em Pernambuco já existia uma ligação com a terra. Jaboatão era uma cidade pequena que foi crescendo com o tempo. Nas redondezas da cidade havia muitos canaviais que também se espalharam e acabaram com tudo, diz o Sr. Dioclécio. Nesse período, ele frequentava muito o Sertão Nordestino onde chegou a morar. Plantou, fez várias outras coisas e então surgiu o anúncio da revista.

Ao chegar à Brasília e ver que a comunidade não iria dar certo, foi trabalhar como jornalista no jornal *A Semana Inteira*. Resolveu ficar na cidade e exerceu outras funções como assessor de imprensa da Emater e servidor na Secretaria da Agricultura. Trabalhando no jornal, o Sr. Dioclécio começou a escrever algumas reportagens sobre meio ambiente e a

visitar os arredores da Capital Federal. Quando conheceu Alto Paraíso, no mesmo instante se encantou com a beleza do lugar. Amigo do Sr. Galetti, em uma das visitas a São Jorge, foi levado ao local onde hoje possui sua propriedade. Na época, a área estava abandonada, o Sr. Galetti lhe falou sobre o posseiro. Ele então, por volta de 1987, comprou as terras do posseiro e depois do dono que tinha a escritura, com o dinheiro de seu livro Roteiro Mágico de Brasília, publicado em 1986.

A RPPN Terra do Segredo (Foto 14) pertence à Fazenda Moça Bonita com 76,00 ha de terra, sendo que 40,00 ha são RPPN. O Sr. Dioclécio relata que há uma grande variedade de representações do Cerrado em sua propriedade, como campo sujo, campo limpo, mata ciliar e a presença do trecho mais tranquilo do rio São Miguel. Pela proximidade das relações entre os três proprietários, o Sr. Galetti, o Sr. Antônio e o Sr. Dioclécio, percebe-se várias similaridades nos discursos apresentados, nas intenções e motivações quanto a RPPN.



Foto 8 - Placa da RPPN Terra do Segredo queimada pelo fogo que se alastrou na propriedade (à esquerda) e trecho da RPPN Terra do Segredo (à direita).

Fonte: Pesquisadora, 2012.

De acordo com o Sr. Dioclécio, a descoberta sobre a possibilidade de fazer uma RPPN foi decorrente de seu trabalho ligado à área ambiental. Sua motivação se encaixa com a motivação do Sr. Galetti. Segundo ele, além de tentar recuperar uma área degradada, uma das intenções com a RPPN era impedir que a vila de São Jorge crescesse para o outro lado da estrada e se expandisse por intermédio de algum prefeito. Houve então uma primeira tentativa de fazer a RPPN por meios próprios, mas foi negado pelo IBAMA, pois a área destinada à RPPN não estava preservada. A intenção do proprietário em escolher esta área foi justamente impedir que a degradação continuasse e que a vegetação pudesse se recuperar, pois era o trecho que fica nas imediações do povoado de São Jorge, às margens da estrada que liga Alto Paraíso ao povoado.

Foi quando apareceu o WWF com o projeto de incentivar RPPNs. Ele concordou em deixar os trâmites a cargo da ONG, que conseguiu que a RPPN fosse registrada. Segundo o proprietário, foi o WWF que, como nas outras RPPNs apoiadas por ela, empenhou-se com os documentos necessários para sua criação. O registro saiu em 2001. De acordo com ele, foi rápido e seu trabalho foi apenas assinar o documento no final do processo. Não foi feito Plano de Manejo e ele esclarece que não tem recursos para fazê-lo. A agilidade do processo de criação também foi atribuída ao fato de a propriedade não ter problema de fronteira e já estar escriturada.

Atualmente, a terra está arrendada à Casa de Cultura Cavaleiros de Jorge¹³, onde são realizados os Encontros de Cultura. O Encontro acontece uma vez por ano, normalmente no mês de julho. Na propriedade do Sr. Dioclécio foi construída uma aldeia multiétnica com uma oca Xingu, uma casa, uma espécie de barracão e uma casa Quilombola, onde se uniram vários representantes das tribos do Brasil. O Sr. Dioclécio pensa ser bom para a propriedade e para a reserva manter atividades na área. Existem funcionários da associação que cuidam da propriedade e um caseiro mora no local. Existe também uma oficina de índios Craós, onde os visitantes ficam uma semana com eles. A ideia do evento é reunir uma vez por ano várias manifestações culturais.

Os índios que moram no local mantêm uma horta, um plantio de bananeiras, amendoim e milho, que são usados para o consumo próprio. Essas plantações e toda infraestrutura está fora da RPPN. Foi pedido que a associação plantasse mudas nativas na área de mata e que cuidasse da casa existente na propriedade para levar visitantes e fazer um trabalho de turismo e educação ambiental no futuro. O Sr. Dioclécio não sabe ao certo se existe alguma taxa de visitação para as atividades em sua propriedade, mas acredita que os índios vendam alguns produtos artesanais. Os recursos para este projeto vêm dos parceiros da Casa de Cultura, como a Petrobrás, que já garantem a realização do evento anual. O retorno recebido por arrendar a área, serão as benfeitorias que a organização fizer na propriedade.

A ideia inicial do Sr. Dioclécio com a fazenda era proteger a parte de cima, área que margeia a estrada em que foi estabelecida a reserva. Na parte baixa da propriedade, ele poderia plantar ou investir em algum empreendimento turístico, como uma pousada. Para isso, a RPPN seria um bom chamariz, com a implementação de trilhas ecológicas, mirante, um teatro no estilo grego e centro de visitantes para realização de palestras.

¹³ Projeto que fomenta ações socioculturais na região da Chapada com sede na vila de São Jorge.

Nesse projeto de turismo, a intenção do Sr. Dioclécio é fazer algo diferenciado em São Jorge, onde os visitantes da Chapada pudessem ter algo a mais do que simplesmente um passeio, onde se agregaria o conhecimento da região. O turista iria aprender sobre o meio ambiente e sobre a conservação ambiental. O público seria mais especializado, “Não seria o turista Disneylândia”, diz o Sr. Dioclécio. Essa prática de agregar educação ambiental ao turismo já acontece em alguns locais como, por exemplo, Fernando de Noronha, onde o turista pode participar de diversas palestras educativas. Esses projetos estão parados no momento, e esclarece que tem visitado pouco a propriedade. Apesar de ter se envolvido com várias profissões e atividades diferentes, não se sente habilitado para desenvolver sozinho um projeto de turismo que poderia lhe dar retorno financeiro com a utilização da reserva. A implementação de seus projetos necessita de recursos que ele não possui no momento. Ele vê uma saída com a formação de parcerias que já apareceram para ele, como a construção de um viveiro para reintegração de espécies, porém, essas parcerias ainda não foram adiante.

O Sr. Dioclécio conhece alguns proprietários de RPPNs, como o Sr. Galetti, o Sr. Antônio, o Sr. Paulo e o Sr. Ângelo Testa e já participou de várias reuniões da Associação dos Proprietários de RPPNs do GO e DF, inclusive fez parte da diretoria. Apesar de não ter muitas informações sobre a ideia de um Mosaico na Chapada, ele acredita ser algo bom e que já poderia estar funcionando, porém é receoso quanto à sua real implementação devido à constatação de que a maioria das UCs é, em geral, feita apenas no papel, não há desapropriação, gerenciamento, controle, Plano de Manejo, fiscalização. Tudo vira uma grande ficção, em muitos casos. Além disso, ele reclama que as reuniões que são marcadas, normalmente são no meio da semana, dificultando a participação de proprietários que moram e trabalham em Brasília, por exemplo. “Sou favorável à ampliação, mas minha voz é de uma pessoa que trabalha e mora em Brasília, não lá (na Chapada). Tem que pensar nos pequenos que moram lá na região que podem ser desapropriados”, pondera.

Ele afirma que tudo que ele faz hoje, ele faria sem a ajuda do governo, inclusive proteger. Além de não obter ajuda, ele acredita que as instituições governamentais acabam atrapalhando o proprietário por criar uma expectativa que não existe, por ser um Estado repressor que não promove a educação ou o meio ambiente, mas que só aparecerá caso ele faça algo que fuja às leis da reserva. Ele desconhece qualquer ação do IBAMA ou ICMBio na região em prol de melhorias para as reservas. “O contato com ICMBio, IBAMA, é zero, nunca me procuraram ou pediram minha opinião; é uma das coisas que eu considero a grande falha do Estado”.

Ele acredita que os incentivos do governo são irrisórios e que a lei deveria ter mais vantagens aos proprietários, pois a ideia da RPPN é boa, mas o Estado não valoriza. “As pessoas continuam fazendo RPPNs, mas não é por causa das vantagens”, esclarece o Sr. Dioclécio. Sugere que seria importante criar uma secretaria ou algo assim para que as RPPNs tivesse um corpo técnico que orientasse os proprietários, sobre como fazer de sua reserva uma fonte de renda. Outras informações seriam importantes como, por exemplo, formas de preservar, manejar, captar recursos. Ele pensa que o governo deveria procurar os proprietários, mas isso não ocorre: “O negócio é troncho, transgênico, é esquisito”.

Ele acredita que não é correto o órgão ambiental do país convencer um fazendeiro a criar uma área protegida e depois sumir, não ajudar, não apenas com recursos, mas com informação também. Para ele, lidar com questões ambientais sempre fez parte de sua vida, então não precisa ser convencido de nada, mas vários fazendeiros precisam dessa conscientização e de um acompanhamento posterior. Todo trabalho de convencimento é desfeito sem o apoio após a criação da RPPN.

Outra reclamação do proprietário, presente na fala de outros donos de RPPN, é a ausência da direção do PNCV. De acordo com ele, o Parque não ajudou quando ele pediu auxílio na chegada da luz à região. A empresa energética iria puxar a energia para sua propriedade e ele gostaria que algum funcionário do Parque mostrasse qual seria o melhor caminho para passar a rede elétrica, cerca de 200m ou 300m. Depois de muita briga, um dos servidores do Parque decidiu ir ao local, mas a empresa já tinha ido embora. “Essa nova direção do Parque nunca me chamou para uma conversa, eu tenho uma área no entorno do Parque, quer dizer, na zona de amortecimento, tem trânsito de animais e ele nunca me chamou para um plano de ação conjunto, eu acho isso bárbaro” queixa-se.

As principais ameaças apontadas pelo Sr. Dioclécio são a caça, a retirada de madeira e as queimadas. Na vizinhança existe a criação de gado, mas é em pequena escala e não vê problemas nisso, mas muitas áreas não estão preservadas, o que prejudica a RPPN e a conservação da biodiversidade. São comuns as queimadas na época da seca, e, de acordo com ele, é difícil para um proprietário segurar o fogo sem a ajuda do governo que, quando solicitado, não comparece.

Outra prática que virou um problema é a entrada de pessoas sem permissão na propriedade para chegar ao rio São Miguel. Ele já pensou em explorar turisticamente sua fazenda, cobrando uma taxa para a visita. Mas para isso seria necessário ele gerenciar o negócio ou alguém que tivesse essa preocupação ambiental para que não acontecesse

como no passado, quando as pessoas entravam com bebidas para fazer churrascos de uma forma equivocada. Por isso ele retirou a atividade.

O Sr. Dioclécio pensa ser importante a proximidade das áreas protegidas. A linha de preservação imposta à região e a chegada do turismo ecológico mudou a realidade de vida das pessoas que antes trabalhavam com o garimpo. Segundo ele, hoje, os moradores locais preferem abrir o rio para os turistas do que plantar, pois se ganha mais dinheiro com isso. Na reserva nunca houve pesquisas científicas ou monitoramento ambiental. O Sr. Dioclécio elucida que seria uma boa opção unir a academia com as RPPNs, para que as universidades pudessem realizar trabalhos científicos nas reservas.

Segundo o Sr. Dioclécio, ele não aumentaria a área da RPPN e se arrepende de sua criação. Seu descontentamento é notório, afirma que pessoas poderiam ser convencidas a criarem RPPNs, mas se alguém pedir sua opinião, ele aconselharia a não fazê-lo. Mesmo não achando um ponto positivo a perpetuidade da reserva, o Sr. Dioclécio não retiraria a RPPN, se pudesse fazê-lo.

Sua única satisfação percebida com a criação da RPPN é saber que fez sua parte para a conservação do planeta. “A minha passagem por este planeta vai encerrar um dia e minha parte está lá. Aquele pedacinho do planeta está preservado”, ele diz.

4.4.9 RPPN Vita Parque

A RPPN Vita Parque fica no Município de Alto Paraíso – GO. Possui uma área de 23,27 ha, de 48,40 ha de área total da propriedade que pertencia à Fazenda Veadeiros. A reserva foi criada pelo Sr. Marcelo Goulart Aguiar Marques, que trabalha com computação há 15 anos. Conheceu a Chapada dos Veadeiros quando visitava a região a passeio, por gostar muito da cidade de Alto Paraíso. Na época, brincava com alguns amigos, dizendo que iria se mudar para lá. Os amigos não acreditavam. Até que, na época do *buggy* do milênio, ele fez muitos trabalhos e ganhou um bom dinheiro. Poupança seu salário de quase um ano de trabalho e decidiu comprar uma propriedade em Alto Paraíso e foi morar no local.

A área fica ao lado do Parque, em sua zona de amortecimento. Na época, o projeto do WWF buscava justamente as áreas próximas ao PNCV para incentivar a criação de RPPNs. Ele pensou ser algo bom ter uma reserva para preservar e manejar adequadamente. Em 2001, saiu o registro da reserva. A ideia era fazer um Plano de Manejo, que não foi feito, pois o projeto não teve continuidade. Apesar de ter ficado satisfeito com a reserva, ele

reclama da falta de ajuda após a criação, não só pelo Plano de Manejo, mas também contra o fogo. Dois ou três anos depois da criação, o Parque foi ampliado, então nada que estava dentro da área de ampliação podia ser vendido. Mas como sua área possuía uma RPPN, ficou fora da ampliação. Assim, ele era um dos poucos proprietários da região que podia vender sua terra.

Sua motivação para vender a propriedade foi por ter sofrido um acidente em que ficou com certa dificuldade de se locomover. Passou a ter dificuldades para cuidar da RPPN e ir até ao rio. Além disso, era difícil criar os filhos fora da cidade. Foi quando surgiu a oportunidade de vender suas terras, enquanto ninguém da região podia fazê-lo. Em 2005, ele vendeu pelo dobro do preço que comprou, pois na época da compra o terreno era barato. Com o dinheiro da venda, o Sr. Marcelo comprou um lote na cidade para os filhos e formou uma pequena ecovila, projeto que vinha pensando em realizar na propriedade da RPPN. Hoje, a propriedade está sob os cuidados da Sra. Singrid Kraft (Foto 15), que mora no local.



Foto 9 – A Sra. Singrid na RPPN Vita Parque
Fonte: Pesquisadora, 2012.

A Sra. Singrid é suíça. Já conhecia o Brasil, entre outros países da América Latina, por ter viajado treze anos por todo o continente em uma busca interior. Depois da longa viagem, a Sra. Singrid voltou para a Suíça, mas não se sentiu mais em casa, seu lar era o continente latino-americano. Depois de quatro anos em seu país, decidiu voltar ao continente. Uma intimação interior dizia que deveria vir para o Brasil, especificamente para o Planalto Central Brasileiro, em Alto Paraíso. Na época, ela não tinha o conhecimento sobre os mitos da região. Ficou algum tempo morando na cidade, mas sabia que não era o seu lugar. A Sra. Singrid sempre viveu no campo em contato com a natureza. Ela tem três filhas que moram

na Suíça; uma delas é casada com o Sr. Cláudio Guimarães, um brasileiro que saiu do país há 30 anos. Ela conta que ele tem muitas saudades de seu país e lhe fez uma proposta de procurar uma terra para que ele comprasse, pois no futuro desejaria voltar a morar no Brasil. Ela então começou a procurar com alguns amigos locais pensando em uma área que pudesse implantar uma ecovila e trabalhar com permacultura.

A Sra. Singrid conta que a região não é propícia ao plantio: “Não é apta. Muito alto, muito sujeita a qualquer intempérie, ventos e sol, mesmo assim sentia que o lugar era esse. Os outros lugares não tinham a mesma vibração”, relata. Foi quando encontraram a propriedade onde já existia a RPPN Vita Parque. Ela relembra que o próprio nome da RPPN indicou que era o lugar certo. Por ser do sul da Suíça, a região em que nasceu fala o italiano, idioma escolhido para nomear a RPPN. “Esse lugar era previsto para a gente”, afirma. Outro detalhe importante para comprarem a área é que estava toda escriturada, diferente da maioria das terras da redondeza que apenas têm documentos de posse. A existência de uma reserva na propriedade foi também um ponto positivo. O Sr. Cláudio, o dono da terra, queria um lugar para preservar. A Sra. Singrid diz também que toda sua vida teve esse objetivo, que considera sua missão cuidar da terra. Ela já começou a plantar, um desafio para ela porque o Cerrado é muito arenoso, não guarda nenhuma umidade. Depois de sete anos, com muita matéria orgânica e trabalho de cobertura para a proteção do solo, o plantio está dando resultados.

A ideia da ecovila, em princípio, era para que pessoas fossem morar na propriedade, mas todos que chegaram até lá ficaram indecisos de tomar esse passo arriscado. O Sr. Cláudio, então, teve a ideia de vender um pedaço da propriedade para ser um eco condomínio e com o dinheiro arrecadado poderia investir em infraestrutura na área. O eco condomínio funcionaria por meio de uma associação entre os moradores. O objetivo é que só venham pessoas que têm os mesmos objetivos, um espírito de cooperação, unidos pelos mesmos ideais.

Por enquanto, não há ninguém de fora morando na propriedade. As casas existentes são para os funcionários, que não vivem lá, apenas descansam, preparam seu almoço e dormem um pouco. Ela pretende ter uma pessoa para ficar 24h, mas é difícil encontrar porque na propriedade não entra televisão. A Sra. Singrid acredita que a TV interfere no campo energético do local. Até o rádio não é bem vindo. “Não, eu não estou interessada (no rádio), agora se alguém quiser o rádio pode, às vezes, ter um pouco de música, mas não precisa, o som da natureza é tão lindo”, alega.

Na propriedade, fica sua casa, um pomar e uma horta. Ao redor da casa é onde ela cultiva as plantas. Comenta que a intensidade do sol está mais forte. Ela não faz monocultura, cultiva vários tipos de espécies juntas, como milho, abóbora, tomate, alface, mamão, pois uma ajuda a outra a crescer. Os funcionários trabalham em tudo, pequenas construções, instalação de água, na plantação e na casa do Sr. Claudio. Uma casa grande, que, segundo ele, será destinada para todos os moradores do local. Por enquanto, a Sra. Singrid não vende nada do que produz; apenas troca produtos com alguns amigos. Os empregados querem aumentar a produção para vender. Mas ela pensa que se for produzir para o comércio, terá que garantir certa quantidade e isso é uma pressão que ela não quer em sua vida. Ela não gosta de fazer negócio.

Não cria nenhum tipo de animal, por ser vegetariana, mas de vez em quando, compra ovos caipiras na cidade. Pensa em ter um galinheiro, mas acha muito complexo e não comeria nem venderia as galinhas, seria para ajudar na permacultura. Na casa, ela tem um cachorro e um gato, que segundo ela, também escolheram o local para morar.

Para a RPPN existem vários projetos que Cláudio quer realizar. Por enquanto, nada foi feito na área. A Sra. Singrid costuma ir a pé por uma trilha da reserva que vai até a beira do Rio dos Couros, mas não é frequente. A RPPN faz fronteira com o Parque, o que é bom para o Parque e bom para ela, numa grande troca. Entre seus projetos, o Sr. Claudio quer promover a visitação. Ele primeiro pensou em ecoturismo, mas ao perguntar a Sra. Singrid sobre isso, ela disse que não gostava dessa palavra turismo. Não gostaria de ter pessoas visitando constantemente, pois podem mexer muito na energia do local.

A ideia agora é outra, um centro de visitantes aonde as pessoas iriam para se curar, porque ali é um lugar de cura, afirma a Sra. Singrid. Isso acontece porque o que se come é saudável e natural, sem nada químico ou agrotóxico. O lugar é muito limpo, inclusive o ar, então todos que chegam à propriedade saem bem e felizes. Os hóspedes são pessoas conhecidas ou não. Ela não faz propaganda nenhuma nem há registro dos visitantes. Mas na cidade todos a conhecem. Então, quando chegam pessoas em Alto Paraíso procurando um lugar para trabalhar a terra, trabalhar a si mesmos e buscar uma vida mais natural, os moradores indicam sua fazenda. Alguns ficam dias e até meses. O retorno é em forma de cooperação, ajuda nas atividades da casa.

A RPPN ocupa aproximadamente metade da propriedade. Nela existem duas nascentes e o início do Rio dos Couros. Há, também, uma roda d'água (Foto 16) que manda água para a casa. Ela também colhe algumas plantas medicinais na reserva para seu

próprio uso. O lixo orgânico produzido na área é todo reciclado, indo para um minhocário e servindo como adubo. O papel é queimado e o plástico é evitado, mas se tem, ela leva para a cidade. Em sua opinião, Alto Paraíso deveria ser uma cidade ecológica, mas não organizaram a questão do lixo. Existe uma usina inoperante de reciclagem perto da propriedade da Sra. Singrid. Ela comenta que dizem na cidade que o financiamento foi desviado e o que se tinha na usina foi roubado devido ao abandono do local.



Foto 10 - Pequena roda d'água que abastece a propriedade.
Fonte: Pesquisadora, 2012.

De acordo com a Sra. Singrid, os bichos diminuíram. Antigamente, havia veados, lobos-guarás, avestruzes e onças. Hoje, eles aparecem menos na região. Sobre os vizinhos, diz que eles não degradam a vegetação. Para ela o fogo é a principal ameaça. Na semana em que compraram a propriedade, o fogo queimou tudo, mesmo assim não desanimou. Fizeram aceiros, mas quando o fogo é forte, ela solicita ajuda do Parque. Passa pela propriedade uma rede elétrica que foi instalada sem qualquer cuidado ou pedido de autorização. Ela diz que não teve como evitar.

Ela se diz satisfeita com a RPPN, mesmo se pudesse retirar o registro ela não o faria. O restante da propriedade se mantém em boa parte preservada. Para ela, seria muito importante uma contribuição maior dos órgãos para ajudar a cuidar da RPPN. Afirma que sua motivação em manter a RPPN é preservar, que não quer ter lucro com a reserva, no máximo conseguir autossustentar-se porque até agora, nesses sete anos, não trouxe nenhum dinheiro para a proprietária. A RPPN ainda não teve pesquisas, apenas alguns estudantes que querem conhecer a propriedade.

De acordo com a Sra. Singrid, não há fiscalização do IBAMA ou ICMBio, mas que eles aparecem quando ela solicita ajuda para apagar o fogo. Não mantém contato com a Associação das RPPNs, nem com órgãos ambientais, apenas conhece alguns proprietários de outras reservas, mas não vai às reuniões por pensar não ser o tipo de trabalho que ela quer ter. O Sr. Cláudio é quem cuida da parte mais burocrática. Ele pretende fazer o Plano de Manejo da RPPN e visita a região uma vez por ano, mas em breve se aposentará e deve decidir se virá ou não morar na fazenda.

4.4.10 RPPN Soluar

A RPPN Soluar localiza-se no Município de Cavalcante – GO. Foi criada em 2005 com a ajuda da Funatura. A reserva possui 42, 49 ha de uma área total de 217,80 ha da Fazenda São José dos Palmares, de propriedade do Sr. Itamar Magalhães Costa e a Sra. Onesina Ferreira Magalhães. A entrevista foi realizada com a Sra. Gabriela Ferreira (Foto 17), filha do casal que mora na fazenda. Ela relembra que a família de seu pai é de Cavalcante, e de sua mãe de Alto Paraíso. Já faz 30 ou 33 anos que sua família mora no município. Eles moravam na cidade, mas sua mãe não gostava muito, então, há cerca de 20 anos, venderam o que tinham para conseguir o dinheiro e compraram a fazenda. O sustento da família vem da propriedade que mantém seus cinco filhos. Todos eles moram no Município de Cavalcante, mas na fazenda moram apenas três deles. A Sra. Gabriela conta que sua mãe faz biscoitos, queijos e doces que vende na feira da cidade ou por encomendas e seu pai trabalha com gado junto com outros irmãos.



Foto 11 – A Sra. Gabriela e a RPPN Soluar (ao fundo).
Fonte: Pesquisadora, 2012.

Na fazenda, existem a casa dos pais, a casa da Sra. Gabriela e sua família, onde há um salão para receber as pessoas e servir o café da manhã. Existe um camping com banheiros e um centro de visitantes. De acordo com a Sra. Gabriela, o foco agora são o agroextrativismo, o camping e o restaurante. Entre os atrativos da propriedade está o rio das Almas.

Segundo a Sra. Gabriela, foi a ONG Funatura que procurou por eles na cidade e propuseram a criação de uma RPPN na propriedade. Na época, foi feito um centro de

visitantes que seria utilizado como sala verde. A reserva funcionou mais ativamente durante seus primeiros quatro anos, recebendo turistas no centro de visitantes. Sua mãe servia café da manhã com produtos feitos por eles. Além disso, por possuírem um camping, existia um elo entre todas as coisas que a fazenda podia oferecer. Porém, com o tempo, as atividades foram diminuindo e se estagnando. Na época da criação da reserva, seu pai ajudou com seu trabalho e esforço, pois não tinha recursos financeiros. Estes ficaram a cargo da Funatura. O Sr. Itamar se envolveu no projeto e acreditou no potencial de suas terras. No mesmo período, a Sra. Gabriela se mudou para Brasília, onde estagiou na própria ONG. Em 2012, com a conclusão do curso de Engenharia Ambiental, a Sra. Gabriela e seu esposo, o Sr. Tiago, voltaram para Cavalcante.

Ela sente falta de uma continuidade que não foi dada ao projeto “Foi muito interessante, o pessoal da Funatura veio e jogou essa semente, só que eles jogaram e não voltaram para fazer o manejo”. Em sua opinião, seus pais são pessoas nativas que aceitaram a ideia da RPPN de coração aberto, embora não tivessem uma visão ambiental. O Sr. Itamar aceitou, mas se esqueceram de fazer com ele um trabalho contínuo para que se tornasse realmente um ambientalista. A Sra. Gabriela acredita que ele aceitou criar a reserva, pois viu vantagens nisso, não iria ter gastos e teria uma área preservada com Plano de Manejo de toda sua fazenda. O Sr. Itamar ficou encantado por conhecer mais da fauna e da flora de sua área. Na época da criação, ele conheceu vários profissionais que ficaram em sua propriedade entre 15 ou 20 dias. Apesar de ter achado ruim a falta de continuidade, a Sra. Gabriela entende que após a finalização do projeto, a Funatura precisava encerrar as atividades na reserva, pois logo viriam outros projetos.

A intenção deles agora é reativar as atividades. Num primeiro momento, não se promoverão ações na RPPN, pois a área requer um trabalho mais minucioso para implementar trilhas, respeitando o Plano de Manejo feito pela Funatura. Eles pretendem remontar o centro de visitantes e cultura, uma casa de semente e uma biblioteca. Por enquanto, já foram reativados o *camping* e o café da manhã. Existe também uma bela horta orgânica (Foto 18), uma maneira mais sustentável de receber o público. “Tudo é produzido aqui, tudo, desde a manteiga, o suco, o biscoito”, diz a Sra. Gabriela.



Foto 12 - Horta orgânica cultivada pela Sra. Gabriela e o Sr. Tiago para abastecimento do camping
Fonte: Pesquisadora, 2012.

A motivação inicial para criar a reserva foi a preservação da área. A RPPN serviria como um respaldo legal, já que o local escolhido para a reserva é uma área da serra muito preservada de mata nativa que seu pai nunca utilizaria para criar gado ou para plantar. A RPPN possui nascente e a água utilizada pelos moradores vem de lá. "A gente tem que preservar, senão, não vai ter a água" comenta. A Sra. Gabriela conta que seus pais trabalhavam um pouco com a questão ambiental sem saber, pois eles sempre tiveram uma produção orgânica direcionada principalmente para o próprio sustento.

A Sra. Gabriela também estagiou no IBAMA, na área de criação de RPPNs e georreferenciamento das reservas. "Eu vi o que meu pai sentiu na pele", diz a Sra. Gabriela, sobre a burocracia do órgão. A RPPN demorou de três a quatro anos para ser registrada, segundo ela, devido ao processo burocrático do IBAMA. A documentação da fazenda era algo simples de resolver. Na época, a fazenda estava com alguns impostos atrasados que foram pagos antes de se iniciar o pedido de criação da RPPN.

A Sra. Gabriela relembra que um dos proprietários de RPPN na cidade decidiu realizar um teste pedindo autorização de desmatamento da mesma área que seria destinada para a criação da RPPN. A autorização saiu em três meses, enquanto a RPPN demorou mais de três anos para ser finalizada. "A burocracia estava em conservar e não em desmatar", questiona.

Ela conta que começaram a separar o lixo em seco e molhado. O lixo seco é levado para cidade e o molhado é colocado em uma composteira e depois usado na horta. Ela planeja não levar mais o lixo para a cidade, pois ele acaba indo parar no lixão e depois é queimado. Pensa que, hoje, o lixo é um grande problema, mas que pode virar solução. "O lixo é só um resíduo fora do lugar. O lixão é muito rico", diz.

Na fazenda, seu pai cria gado, porcos e galinhas. Possuem também alguns cavalos. O lixo orgânico produzido por seus pais é dado aos animais. Os animais são para o próprio consumo, o único que é comercializado é o bovino. Na propriedade, há três pastos, únicas áreas que não estão preservadas na fazenda, além do *camping* que possui uma área limpa, mas toda arborizada. A Sra. Gabriela conta que muitas áreas da fazenda já foram, no passado, derrubadas, pois funcionavam carvoarias no local. O antigo dono trabalhava com carvão com mais de 20 fornos¹⁴ na propriedade, além das roças. Hoje, ela diz que muito da vegetação já se recuperou e agora é mata fechada formada por cerradões, buritis e cerrado seco.

¹⁴ Fornos em formato oval usados para queimar madeira (árvores) para fazer carvão vegetal.

Segundo a Sra. Gabriela, o grande problema na propriedade é o rio das Almas. Existe uma grande produção de areia com pelo menos três pontos de dragagem. As pessoas que tiram a areia do rio têm licença, mas não há fiscalização nem controle sobre a quantidade retirada. “A gente vê que funciona de noite, as coisas certas funcionam de dia, coisa errada funciona de noite. Tem época que diminui, mas tem época que tá a mil por hora”, denuncia.

Ela afirma que lojas de material de construção nas cidades de Planaltina-DF e Sobradinho-DF vendem a areia de Cavalcante. “Nossa areia é muito bem vista, de ótima qualidade, na granulometria de que eles precisam, e é a lavada, uma das mais caras”. Ela mesma já fez esta investigação. A Sra. Gabriela notou que a situação do rio já foi alterada. Após dez anos, ela percebeu que o rio, que a cobria, hoje, possui pontos que não chegam à altura de sua cintura. O rio é bem anastomosado, o que favorece o acúmulo de sedimentos e a retirada de areia aumenta mais a sedimentação do rio. Além disso, ocorre o desmatamento das margens. Ela pretende fazer um plano de recuperação de áreas degradadas para salvar o rio. Outro problema são os caçadores e pescadores da região que entram na propriedade sem pedir autorização em busca dos bons poços para pesca e para o banho. “Não temos privacidade, eles entram mesmo” reclama.

O fogo também é uma ameaça. A RPPN ocupa um dos lados da Serra da Boa Vista. Do outro lado da serra, há muitos agricultores que fazem roça de toco, colocando fogo na vegetação que, às vezes, passa para a propriedade. Perto da RPPN, eles estavam construindo dez chalés, que estão parados no momento por falta de recursos. Porém, há o receio de que possa pegar fogo na RPPN e ela não conseguir segurá-lo, chegando até a essas casinhas. A Sra. Gabriela diz que até os bichos estão diminuindo por causa das queimadas.

Quando a reserva foi feita, construiu-se um aceiro. Hoje, eles contam com a ajuda do PREVI-FOGO¹⁵, mas ela desabafa que a equipe é pequena, sem infraestrutura necessária e o fogo é intenso com temperaturas de 40°C durante o dia, no mês de setembro. “O clima tá diferente, mais focos de incêndio, menos frutas, calor mais intenso, menos chuva”. Ela reclama da falta de compreensão das pessoas, alguns frequentadores do *camping* fazem fogueiras em locais indevidos próximo à mata e aos carros, podendo causar um grande acidente.

A Sra. Gabriela não costuma divulgar a RPPN como ponto turístico, pois está desativada, por isso a reserva não é um fator que atraia visitantes e hóspedes. Mas o plano

¹⁵ Programa de combate ao fogo do Ibama.

é reativá-la. A RPPN não tem visitantes, a trilha é fechada e perigosa e só foi demarcada, nem mesmo os familiares costumam ir lá. A trilha deveria ter sido implementada pela Funatura, o que não aconteceu. Ela pretende concluí-la no futuro, mas quer fazer com consciência para não danificar a reserva. O objetivo é abrir e cobrar uma taxa de visitação ou incluir no pacote do *camping*. Além disso, ela planeja um trabalho de educação ambiental no centro de visitantes, para instruí-los antes de entrar na RPPN.

Segundo a Sra. Gabriela, ela se formou e trabalha para seu pai. A população local é descrente de seu trabalho. Ela diz que as pessoas valorizam quando se vai trabalhar em Brasília com educação ambiental, mas não pensam do mesmo modo por ela trabalhar na própria terra e proporcionar uma vida melhor para seus pais. “Meus valores vieram daqui, dos meus pais”. Ela quer que seus filhos herdem a fazenda e tenta convencer seu pai que não deve repartir a propriedade para vender. A especulação imobiliária está muito grande na região, e as terras valorizaram muito. Na RPPN, ainda não houve pesquisas. Mas ela procura editais que possam obter recursos para a reserva. Os vizinhos da propriedade são conhecidos de seu pai, porém eles não se interessam em preservar, criam gado e fazem roça.

Seu marido, o Sr. Tiago, é de Brasília. Eles já moraram seis meses no Vão do Moleque num projeto sobre agroflorestas, escrito por eles para uma ONG de São Paulo. Em um dos trabalhos da faculdade, estudaram o impacto da mineração no município. O início do povoamento na região se deu por causa do ouro e ainda hoje é um dos recursos que mais emprega pessoas, assim como o manganês e o ferro. A Sra. Gabriela se preocupa com a mineração. E diz que os Calungas são os mais vulneráveis, social e ambientalmente, à prática do garimpo, porque vivem diretamente da natureza.

O ICMBio nunca apareceu. Só quando há denúncias, como uma vez em que seu pai deixou uma pessoa queimar troncos de manga em um dos fornos da carvoaria. Denunciaram, mas como eram de manga não haveria problema. “Eles denunciam porque temos vínculo com política, ficamos visados, os vizinhos têm draga, mas eles (fiscais) só vêm aqui”. Sobre esta fiscalização, a Sra. Gabriela pensa ser algo positivo, pois faz com que seu pai não faça atividades que comprometam a área.

A Sra. Gabriela pensa em comercializar a areia de dentro da fazenda, mas dentro da legalidade e de uma maneira sustentável. Para isso, sabe que precisa de manejo. Há muito que fazer. A ponte que leva até a propriedade está quebrada devido ao excesso de caminhões de areia que passam por ela. Na propriedade, todos da família ajudam, mas a

gestão é mesmo feita pela Sra. Gabriela e sua mãe, além de contar com dois funcionários que moram na fazenda.

O foco atual é o *camping* porque pode dar um retorno mais rápido e é mais fácil de lidar. Há hóspedes principalmente nos feriados. Cerca de 30 a 35 pessoas em feriadões e de quatro ou cinco pessoas em feriados menores. Para ajudar nas despesas de casa, o Sr. Tiago precisou trabalhar na cidade, mas não era o objetivo, foi por necessidade. Seus irmãos compartilham dessa nova visão empreendedora e sustentável da Sra. Gabriela, mas têm outro foco de trabalho. “Já falei com meu pai que se for dividir eu quero ficar com a RPPN, meus irmãos gostam, mas a mentalidade deles é mais para o gado”.

Quando perguntada sobre a satisfação de seu pai em ter uma RPPN, a Sra. Gabriela acredita que sim, que seus pais dizem com orgulho que possuem uma RPPN, principalmente agora, que ela está trabalhando para transformar a propriedade e a reserva em algo rentável. “Foi um preparo de Deus mesmo, porque ele se sente realizado de me ver formada e trabalhando aqui na RPPN”. Na época da criação da reserva, a Sra. Gabriela não estava na faculdade e vê a RPPN como uma sementinha. Mesmo sem ter plena consciência da função da reserva, o Sr. Itamar acreditou que um dia alguém ia cuidar de tudo aquilo. A Sra. Gabriela acredita muito na RPPN e concorda em ser uma UC perpétua. Ela reafirma que a principal motivação foi ambiental, mas de uma forma inconsciente. “Ele (o Sr. Itamar) é sábio”, elogia a filha.

4.4.11 RPPN Parque do Capetinga

A história do Sr. Cid Queiroz na região começou com o desejo de sua mãe de vir para a inauguração de Brasília em 1960. Moradora do Rio de Janeiro, a Sra. Therezinha de Medeiros trabalhava no Palácio do Catete. Percebeu que a criação da nova capital era algo importante para o país e quis participar desse momento histórico. O Sr. Cid conta que, diferente de outras mulheres que vieram para a capital, sua mãe desejou que seus filhos nascessem em Brasília. “Ela e eu temos uma ligação muito forte e uma convicção muito grande do que significa Brasília e toda essa região,” declara ele. Seu pai, o Sr. Ennio de Queiroz, era professor do Colégio Agrícola e foi logo depois, em 1962, trabalhar no Ministério da Agricultura. Passou algum tempo nos Estados Unidos da América (EUA) onde fez mestrado sobre educação agrícola. Em 1969, voltou para o Brasil na perspectiva de assumir um cargo de maior responsabilidade no Ministério. Porém, não se sabe ao certo o porquê, nunca o chamaram para nada. Isso foi uma grande decepção e, ao mesmo tempo,

uma sorte, pois, por não ter tido uma carreira maior no serviço público, ele pode investir seu tempo e conhecimento em outra direção.

Em 1974, ele pensou em comprar uma propriedade em Goiás, para desenvolver uma escola na zona rural, empurrado por seu desejo de elevar a educação agrícola do país aos níveis que acontecia nos EUA. “Ele ficava impressionado que lá (EUA) as pessoas envolvidas na área rural eram de classe média alta, muito bem de vida e aqui não era assim”, relembra o Sr. Cid. Foi assim que começou sua história na Chapada dos Veadeiros. Seu pai comprou a Fazenda Bela Vista ou Mingau em São João d’Aliança - GO, na época muito barata, a cerca de 180 km do centro de Brasília. Era um lugar bem remoto, com mata virgem e gado sendo criado de forma extensiva. Além do desejo de montar a escola agrícola, o Sr. Ennio queria plantar na propriedade. Naquele mesmo ano começou o plantio. Foi preciso desmatar algumas áreas, o que na época era um desafio, considerado até ato de heroísmo apoiado pelo Estado. Neste período, o governo incentivava a ocupação da região e liberava recursos para a promoção de atividades rurais.

O Sr. Cid conta que, nos primeiros anos da criação de Brasília, era comum ver bichos como o lobo-guará andando pelas quadras do Plano Piloto. Sentia uma identificação muito forte com o Cerrado e quando ia à fazenda, via a natureza num estado mais puro, o que fortaleceu esse sentimento. Na propriedade, criava gado e plantava. Foram feitas várias tentativas, porém a produção não foi o que se esperava. Nos anos 1990, um de seus irmãos foi morar na fazenda e algo muito triste aconteceu. Em 1991, devido a um desentendimento com um funcionário da propriedade, o irmão do Sr. Cid veio a falecer. Após o ocorrido, seu pai pediu para fechar a fazenda e vender a terreno.

Por volta de 1993, o Sr. Cid soube da criação de uma RPPN em Cristalina – GO. Um amigo o incentivou, pois poderia ser algo interessante. “Eu peguei a notícia e falei com meu pai que poderia registrar como reserva toda a parte da fazenda que não era utilizada”, conta o Sr. Cid. Seu pai ouviu aquilo e foi ao IBAMA, onde descobriu que, pela legislação, ele não poderia mais mexer em nada dentro da área escolhida e por isso não concordou.

Era 1995, o Sr. Ennio ainda não tinha conseguido vender a fazenda, foi quando o Sr. Cid e seus irmãos decidiram falar com seu pai para ficar com a propriedade e se propuseram a tocar a fazenda. O Sr. Cid e sua esposa gostam muito do local e acreditavam que a fazenda valia muito mais do que seu pai imaginava. Aos poucos, eles começaram a organizar a propriedade. No fundo da fazenda, cerca de 2/3 dela, existe uma área não agricultável e que não permite criação de gado. É uma região muito bonita e preservada

com mata fechada, nascentes, rios e cachoeiras. O ecoturismo começava a ser mais divulgado na região. O Sr. Cid, então, procurou fazer um levantamento do potencial turístico da fazenda.

Neste ano, ele fez um inventário com o levantamento do rio e de toda área. Descobriu que na área passava o rio São Lorenzo, o rio Capetinga e o Ribeirão das Brancas formando um corredor que vai até o rio Tocantinzinho, que deságua na Serra da Mesa e vira o rio Tocantins. Em 2001, o Sr. Cid fez um mapeamento da propriedade e seu pai autorizou a criação da RPPN em 1/3 da área total da fazenda. Ele começou o processo sozinho, deu entrada no início de 2002, porém foi negado o seu pedido, com a alegação de que era preciso um engenheiro para assinar os mapas. Em sua segunda tentativa, já era necessário o georreferenciamento da área, um amigo o ajudou com o GPS, porém o órgão não aceitou sua medição. Nesse momento, outro amigo que conhecia a Funatura, comentou com ele sobre o projeto da ONG que ajudava a registrar RPPNs na região. Ele procurou a Funatura, que o incluiu no projeto BRA/00/G-35. O processo durou quase quatro anos com partes dos gastos arcados pelo Sr. Ennio como, por exemplo, o georreferenciamento. A RPPN Parque do Capetinga, registrada em 2005, possui 1.584, 26 ha de um total de 4.641, 79 ha da área total da propriedade.

O Sr. Cid reclama da demora e lamenta que seu pai não teve a felicidade de presenciar a criação da RPPN. “Só sei que meu pai faleceu em dezembro de 2004 e a reserva não tinha sido criada. Seria mais fácil transformar tudo em carvão do que em RPPN. Falta apoio, informação, mesmo com o apoio da Funatura, demorou”, lamenta. Segundo o Sr. Cid, a criação da RPPN teve várias motivações. Uma delas foi devido à reforma agrária. Um dos motivos de seu pai querer vender a propriedade era o receio de ser desapropriada por não ser produtiva, porém o Sr. Cid queria provar que não era questão de ser improdutiva, porque a área era de preservação e que, para provar isso, tinha que registrar como reserva. Além disso, ele enxergava toda aquela área de matas e morros de uma maneira diferente. “Eu via como riqueza o que viam como um lugar pobre que não dá nada”, afirma o Sr. Cid.

Ele lembra que, ao visitar os parques nos EUA, ficou impressionado como eram organizados e como os parques eram autossustentáveis e eficientes. Acreditava que poderia repetir isso na fazenda tendo um parque privado. O Sr. Cid conta que, além de seu lado ambientalista, existia a pressão da família para justificar a utilidade da terra. Ele se sentia incomodado em ser chamado de latifundiário e pensava que se não fosse usar a terra, o correto era mesmo passar para frente. Com a criação da RPPN, ele provaria que a

terra tinha outro valor com a perspectiva de mexer com o turismo. A sede da fazenda é bem antiga, o ex-dono da propriedade construiu a casa em 1925. “Eu sempre achei que a casa podia virar uma pousada”, conta. Como ela é de propriedade dos três irmãos, precisa do consentimento deles para utilizá-la para essa finalidade. Sua parte da fazenda é a área onde fica a RPPN.

Havia bichos na região, mas estão desaparecendo. Ele acredita ser por causa dos caçadores e das plantações de soja na região que não permitem o deslocamento dos animais. A caça faz parte da cultura de alguns moradores locais. O Sr. Cid tenta conversar com os caçadores para que não façam isso dentro de sua propriedade, mas nem sempre surte efeito. Alguns caçadores moram no assentamento que existe próximo da reserva e caçam com canhão¹⁶. “Uma irresponsabilidade”, diz o Sr. Cid, que acredita que a melhor maneira de convencê-los a não caçar é apresentando uma alternativa que é o turismo. “Eu não gosto de colocar o assentamento como ameaça porque eu conheço muitos (moradores) e eles não agem dessa forma”, argumenta. Além da caça, é sabido que, na época da seca, algum morador atea fogo em sua propriedade, o que gera muito transtorno por ser difícil de controlar. Os vizinhos da RPPN não são um problema, pois também mantêm suas áreas preservadas. As plantações dentro da fazenda do Sr. Cid são utilizadas para o consumo próprio. Na propriedade moram dois funcionários.

O Sr. Cid promove uma festa todos os anos para conscientizar os vizinhos e a comunidade local sobre a importância da preservação. “Falo da reserva, do meio ambiente e da importância de conciliar a produção com a conservação”, explica. Na festa, há batizados na capela construída por ele e a presença de elementos culturais da região como a carne de lata¹⁷. “Essa tradição de fazer a comida, eu quero resgatar para o turismo. Quero um trabalho social e ambiental”. A festa ocorria em novembro, no dia de Santo André, em homenagem ao seu irmão que faleceu, foi um pedido de seu pai. Porém, devido à época das chuvas foi sendo alterada para meados de setembro, já que muitas pessoas não iam por receio de atolar nas estradas de terra.

O Sr. Cid costuma ir à fazenda a cada 15 dias. A área da RPPN não é muito frequentada por ser longe. Porém, já foi requisitada para ser palco de parte das atividades do evento “*Ecomotion*”¹⁸. Também já promoveu encontros de escoteiros que desceram as corredeiras, visitaram as nascentes e realizaram palestras. Acredita que a RPPN tem

¹⁶ Armadilha para animais, onde uma arma de fogo (que pode ser artesanal) e colocada na mata com uma linha que quando puxada, aciona o gatilho.

¹⁷ Carne de porco conservada na gordura da própria fritura por dias.

¹⁸ Prova de corrida de aventura realizada na região da Chapada dos Veadeiros.

vocação para o turismo de aventura. Profissionalmente, só recebeu hóspedes uma vez e não possui controle de visitação. Mas várias pessoas já foram visitar a fazenda por saberem que lá havia uma reserva. “A RPPN é uma boa marca” afirma o Sr. Cid.

Ele acredita no turismo e pensa que é uma maneira de não ter prejuízo com a fazenda. Sobre o lixo, ele procura fazer uma separação simples, em dois tipos de resíduos. Apesar de saber das dificuldades da separação do lixo, pretende melhorar neste quesito. Outro projeto para a fazenda é o trabalho com agroextrativismo. Ele quer trabalhar com frutos do Cerrado, buriti, pequi, entre outros.

A RPPN tem Plano de Manejo feito em parceria com a Funatura, mas ainda não está registrado no ICMBio. Ele pretende implementar as trilhas e o mirante. O Sr. Cid diz que não se lembra de fiscalização por parte do IBAMA ou ICMBio. Apenas recebeu algumas pessoas do Banco Mundial. Não há aceiros contra o fogo no local, pois é algo caro de se fazer numa grande propriedade e ele não tem recursos para isso.

O Sr. Cid não tem contato com órgãos ambientais, nem com ONGs, mas gostaria de ter essas pontes. No passado, foi a algumas reuniões com a Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (Ecodata) e a Funatura, mas desentendimentos entre as instituições fizeram com que ele parasse de frequentar os encontros. Procura manter-se informado, recebendo correspondência da Associação de RPPNs. Na época do projeto, o Sr. Cid fez amizade com outros proprietários de reservas, como a Sra. Vanda, o Sr. Richhard e o Sr. Itamar.

Atualmente, o Sr. Cid é servidor federal. Há algum tempo atrás, candidatou-se a vereador de São João d’Aliança, pelo Partido Verde. “Meu plano era ir morar lá, mas não ganhei. E ser político é muito difícil, lá (São João d’Aliança) tem muita gente carente”, diz o Sr. Cid. Seu objetivo como vereador era ajudar na questão do turismo da região. Pretende ir viver na propriedade, quando se aposentar. Ele comenta que não está satisfeito com a RPPN, pois gostaria de realizar mais atividades e que o governo, por meio da prefeitura, poderia ajudar mais as reservas, com o ICMS ecológico e com equipamentos contra o fogo.

Ele pensa que o fato de ser uma reserva perpétua é algo positivo, mas acredita que o manejo poderia ser mais flexível, sem deixar de ser sustentável. “O fato de ser RPPN não quer dizer que está protegida, ao contrário ela está desprotegida contra as ameaças externas, mas se eu quiser fazer algo sustentável, vou ser vetado”, questiona.

O Sr. Cid tem projetos de receber visitantes em parceria com uma empresa de turismo. Dessa forma, desceria a corredeira, agregando valor à reserva. Ele pensa na RPPN como chamariz para seus projetos futuros com turismo no local. Inclusive, foi à RIO+20 para, além de participar das discussões ambientais, divulgar sua RPPN.

4.4.12 RPPN Vale das Araras

O Sr. Richhard Macedo Avolio morava e trabalhava em São Paulo, porém tinha planos futuros de um dia se mudar para um lugar mais tranquilo e quem sabe trabalhar com ecoturismo. Sua insatisfação com seu modo de vida chegaram a um ponto que não suportava mais ficar na grande cidade, e decidiu procurar outro lugar para viver. Praticante do ecoturismo, tinha alguns lugares em mente por já ter viajado muito pelo país. A Chapada dos Veadeiros, mais especificamente Cavalcante, era um desses locais. Com a decisão de se mudar de São Paulo, realizou outras viagens para ver qual seria esse lugar.

Nesta busca, o objetivo era encontrar uma área onde ele pudesse aliar o trabalho de turismo com preservação, ou seja, tinha que ser uma área com vegetação nativa, uma mata, um atrativo natural como uma cachoeira, por exemplo, e um espaço para instalar o empreendimento de hotelaria. Em 2001, ele voltou a Cavalcante, já fazendo uma prospecção do lugar, contatando agentes imobiliários e donos de terra. Ao retornar para São Paulo, já havia feito sua escolha pela cidade goiana, por ter um grande potencial em turismo de natureza, mas que ainda não estava desenvolvido. Ele buscava um local onde pudesse entrar no mercado de forma mais suave. Além disso, Cavalcante é próxima de Brasília e de Alto Paraíso, um local já consagrado para o turismo. Todos esses aspectos foram levados em consideração. Outro motivo importante foi o fato de a propriedade encontrada ter atendido a todos os quesitos. “Foi uma felicidade encontrar esse lugar”, relembra o Sr. Richhard.

Na época, ele conhecia a legislação sobre as reservas particulares e tinha o interesse em criar uma RPPN na propriedade. “Quando eu andei aqui pela primeira vez, já comecei a desenhar o perímetro da reserva”, relata. Apesar do desejo de criar a RPPN, isso não era sua prioridade, assim que chegou a Cavalcante. Ele precisava trabalhar primeiro no empreendimento e começou a construir a pousada. Foi quando, por uma feliz coincidência, a Funatura apareceu na região com o projeto de fomento às RPPNs. Isso aconteceu em 2002, no mesmo ano em que ele se mudou para a cidade e começou a construir a pousada.

Demorou três anos para ser decretada a RPPN. Na opinião do Sr. Richhard, não era de total interesse do órgão e algumas pessoas do IBAMA eram contra a criação de RPPNs, por acreditarem que proteger a natureza era papel do Estado. Além disso, havia muita burocracia e um grande questionamento quanto à titularidade da terra. O Sr. Richhard comenta que a região realmente tem muitos problemas fundiários, mas que a sua propriedade tinha toda uma cadeia dominial. Ele precisava comprovar que não estava na zona de amortecimento do PNCV entre outras solicitações. Ele relata que toda a parte burocrática foi cuidada pela Funatura, além de mapas, Plano de Manejo, e toda parte documental, sendo a única instituição que auxiliou na criação da reserva. A RPPN Vale das Araras (Foto 19) possui 31,75 ha de 143,10 ha de área total da Fazenda Vera Cruz.

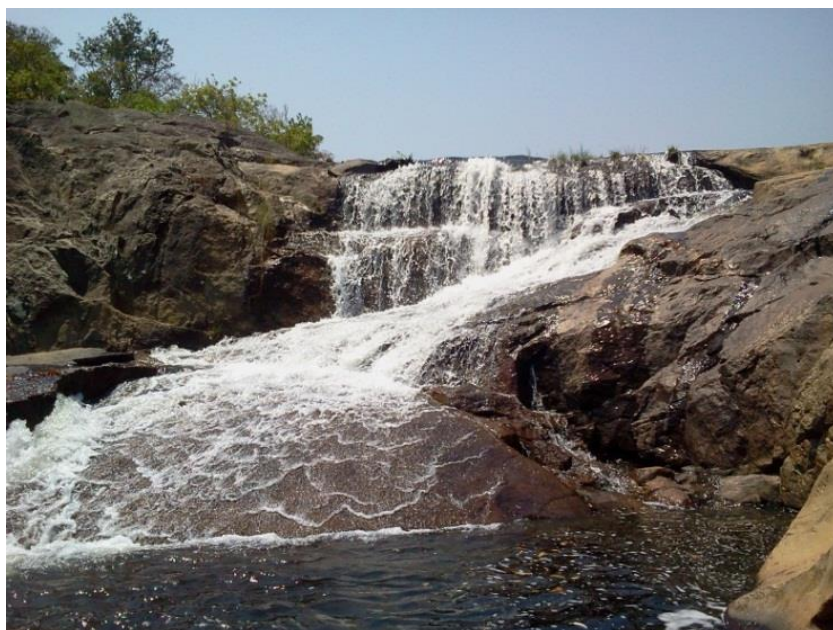


Foto 19 - Cachoeira São Bartolomeu da RPPN Vale das Araras
Fonte: Pesquisadora, 2012.

Segundo o proprietário, sua motivação em criar uma RPPN era conservar uma área. Acredita que um dos benefícios de se ter uma reserva é que ela se torna mais uma atração. Porém, esse é um dos poucos benefícios, porque criar uma RPPN acaba se tornando um fardo. “É eterno, você tem obrigações, tem uma responsabilidade maior com a terra”, constata. Para obter vantagens econômicas, ele buscou aliar a reserva com a questão do ecoturismo num plano de *marketing*, em que toda a estrutura da pousada faz parte de um conceito que está inserido num contexto ambiental. A pousada não poderia deixar pegada, ser poluidora e para isso todas as ações da pousada como manejo de lixo, gerenciamento da água e energia foram pensados de uma maneira sustentável. A RPPN entra como uma redução da pegada ecológica da pousada, uma forma compensação.

O abastecimento de água do local é feito por meio de um poço, e são adotados critérios para o menor consumo da água, como descargas de menor consumo e questões de irrigação, por exemplo. As lâmpadas da pousada são econômicas, com *timer* para o funcionamento da luz, os chuveiros possuem aquecimento solar, entre outras medidas. Mesmo a cidade não oferecendo nenhum tipo de tratamento do lixo¹⁹, o Sr. Richhard assumiu uma postura de separar o lixo e arcou com o ônus de levá-lo para Brasília. Antes disso, foram feitas algumas tentativas de entregar o lixo para moradores da cidade que trabalhavam com reciclagem, mas não houve continuidade. Então, ele passou a destinar para Brasília onde, inicialmente, ele mesmo fazia o transporte. Depois de um tempo, ficou difícil, pois os pontos de entrega do lixo na capital haviam mudado. “Fiquei acumulando um bom tempo e aproveitei a oportunidade de alguns caminhões que voltavam vazios para Brasília e mandava cheio de lixo”, conta o Sr. Richhard. No momento, ele fez uma parceria com a Fundação O Boticário, que também possui uma RPPN no município, dividindo as despesas do transporte do lixo para Brasília.

O Sr. Richhard também já criou ovelhas, mas hoje, só mantém uma horta, um pomar e plantações, em pequena escala, que são usadas para o fornecimento da pousada. A propriedade tem cinco funcionários e uma pessoa responsável pela jardinagem que atua na manutenção das trilhas (Foto 20). Eventualmente, ele contrata uma pessoa extra para ajudar na fazenda.



Foto 20 - Trilha suspensa da RPPN Vale das Araras
Fonte: Pesquisadora, 2012.

De acordo com o Sr. Richhard, a RPPN influencia no retorno financeiro, porém não como gostaria e pensa que as reservas particulares têm um potencial a ser desenvolvido. “Acho que ela tem potencial para isso, mas o grande público nem conhece RPPN, não sabe o que é e são poucas as RPPNs abertas ao público” lamenta. Na reserva é trabalhado o ecoturismo com a cobrança de ingresso para a visitação, mas o retorno financeiro é baixo e todo ele realocado na própria RPPN, para arcar com os custos de manutenção. Mesmo assim, eventualmente, a reserva precisa de um aporte de recursos que é feito pela pousada. Em termos de *marketing* associado, a reserva acaba tendo um potencial maior de retorno financeiro. Ele conta que já recebeu visitantes estrangeiros que foram para a sua pousada pelo fato de existir a reserva. O Sr. Richhard conclui que a preocupação em manter uma área preservada acaba repercutindo no perfil dos visitantes no local, onde uma parcela dos

¹⁹ O lixo na cidade de Cavalcante é levado para um lixão e queimado em seguida.

turistas busca um lugar comprometido com as questões ambientais. O controle das visitas é feito pelo livro de visitas, em que é observada a capacidade de carga da RPPN. Limita-se a quarenta pessoas por período (manhã e tarde).

Além da visita à RPPN, na grande maioria motivada pela cachoeira São Bartolomeu, eventualmente, aparece pessoas para fazer pesquisas. No geral, são trabalhos de final de curso ou mestrado, mas muito incipiente. Ele pensa que poderia ser diferente, já que a reserva tem um grande potencial de pesquisa, tanto nos aspectos biológicos, como históricos. “Temos canais que foram construídos por bandeirantes”, diz ele. A educação ambiental promovida na propriedade acontece por demanda, quando é solicitada por uma escola municipal ou até mesmo de Brasília. Na ocasião da visita dos alunos, são realizadas palestras sobre o conceito de sustentabilidade desenvolvido pela pousada.

Sobre as ameaças, o Sr. Richhard elege a mineração como principal risco. Segundo ele, todo o território da RPPN e seu entorno está requerida como área de pesquisa sobre minérios. Por enquanto, não há autorização de lavra. O Sr. Richhard conta também que a reserva já correu o risco de ser alagada por uma PCH, sendo outro fator a ser considerado. Outras ameaças são as atividades que ocorrem no entorno da RPPN. Os vizinhos não têm a mesma preocupação ambiental. Um deles desmatou áreas de APP e outros criam pasto. Porém, nem todos os vizinhos são assim, um deles não retirou a vegetação e suas atividades de pousada e criação de ovelhas estão longe da fronteira com a reserva, não causando danos ambientais a ela.

Também existe o problema de caça que, mesmo diante de denúncias, acabam não sendo investigados devidamente. Ele acredita que boa parte da caça na região é feita por *hobby*. “É por prazer não é para sobrevivência”, aponta. Isso também foi comentado por Weverson Paulino, fotógrafo e guia da região, que afirma que muitas pessoas só comem carne de caça pelo prazer da caçada, pois seria muito mais fácil e barato comprar carne nos estabelecimentos comerciais.

Sobre o fogo, o Sr. Richhard diz que também é uma ameaça à RPPN, porém é mais controlável por estar sempre alerta sobre novos focos de incêndio e possuir todo o equipamento de combate a queimadas. Ele conta que já combateu o fogo nos vizinhos, nunca precisou combater na reserva. No passado, ele fez aceiros na propriedade, mas percebeu que teria que gastar muito dinheiro para realmente garantir a proteção da área e, mesmo assim, ainda correria riscos. Por isso, resolveu não fazer mais. Hoje, apenas monitora a área que permite uma boa visualização.

A RPPN é associada no grupo de RPPNs de Goiás e DF. Além disso, o Sr. Richhard participa da Associação Cidadania, Transparência e Participação que, inclusive, atuou contra a tentativa de ampliação do PNCV. Ele argumenta que da forma como foi feita, estava muito equivocada e precisava ser revista. Hoje, a associação mantém ações de cunho ambiental na região. Muito atuante, o Sr. Richhard também costuma participar de reuniões sobre planejamentos de gestão territorial com base na conservação, como é o caso do Mosaico que está sendo pensado para a Chapada.

Ele é a favor da ampliação do Parque, por entender que a região carece de maior cuidado. “A gente tem um patrimônio ambiental riquíssimo e que está relegado a um segundo plano nas políticas públicas de conservação”, queixa-se. Ele diz que algumas áreas deveriam estar dentro do Parque por questões biológicas, mas ao mesmo tempo é defensor das reservas privadas. Segundo o Sr. Richhard, o projeto atual de ampliação, o Mosaico da Chapada dos Veadeiros, prevê esse tipo de esforço coletivo, ou seja, uma parte vai ser absorvida pelo PNCV e a outra parte pelas RPPNs ou outro tipo de área protegida. “É uma iniciativa muito importante e que precisa acontecer, mas vai depender de um trabalho junto a esses proprietários”. Ele esclarece que muitos donos de terra precisam se conscientizar para criarem novas reservas, inclusive para não perder suas terras com uma possível ampliação. Além disso, novas RPPNs favorecerão a abertura de outros pontos para visitação. Trabalhando em conjunto com estes proprietários, é possível fazer uso público de suas reservas com um grande potencial de sucesso.

Sobre a fiscalização, o Sr. Richhard conta que o ICMBio nunca foi à propriedade. E reclama da ausência do governo na região. A ajuda do governo seria muito bem vinda e que, na verdade, a presença do órgão ambiental no município poderia diminuir a pressão da caça, pois intimidaria os caçadores. Além disso, poderia ser feito um projeto mais intenso de combate ao fogo, que precisa ser governamental, pois demanda contratação de brigadista, por exemplo. A presença mais atuante do ICMBio é esperada quando o PNCV tiver um acesso por Cavalcante²⁰.

O Sr. Richhard também acredita que os proprietários de RPPNs deveriam ter mais benefícios. “Se vier a ser implementado, o pagamento por serviços ambientais, só pelo fato de ter uma reserva, você já seria um dos beneficiários desse processo”, argumenta. Outro ponto em que ele sugere avanços é na titulação da RPPN: o processo precisa ser rigoroso, porém, num primeiro momento, deveria ser dado um voto de confiança às pessoas que se

²⁰ O Sr. Richhard comenta sobre a intenção de se abrir uma nova portaria do PNCV no Município de Cavalcante, facilitando o acesso ao Parque dos turistas que visitam a cidade.

dispõem a criar uma reserva, podendo demonstrar a titularidade de suas terras ao longo do processo. “Elas (pessoas que querem criar uma RPPN) deveriam ser vistas com outros olhos e não como pessoas que querem fazer algo ilegal” argumenta o Sr. Richard.

Apesar dos problemas, o Sr. Richard se diz satisfeito com a RPPN, e não voltaria atrás na decisão de fazê-la, mas talvez fizesse outro desenho modificando um pouco os limites da reserva. Esses limites foram feitos assim que ele comprou a propriedade e, portanto, com pouco conhecimento da área. Futuramente, ele pretende implementar as ações que estão no Plano de Manejo, mas que ainda não foram realizadas. Essas ações a serem concretizadas são basicamente voltadas para a questão de uso público, melhoria das trilhas e construção de torres para observação de aves. A *birdwatching* já é feita na reserva como um produto turístico e, segundo levantamento feito, estima-se que haja 300 espécies diferentes de aves no local.

4.4.13 RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas

O Sr. Osvaldo Ferreira da Silva, o Sr. Togin, marido da Sra. Vandalice Poeck Ferreira (Foto 21), é o proprietário da RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas localizada no Município de Colinas do Sul – GO. A Sra. Vanda, como é conhecida, conta que o Sr. Togin herdou a propriedade de seu pai, que tinha na região uma enorme fazenda chamada Santa Cruz. Com o início do povoamento de Colinas, o pai do Sr. Togin doou 15 alqueires para a construção da cidade e ficou com o restante da fazenda. Após o falecimento do pai do Sr. Togin, cada um dos oito filhos ficou com uma gleba de terra. A área onde, atualmente, se localizam os dois trechos da RPPN foi destinada a ele.



Foto 21 – A Sra. Vanda e a RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas
Fonte: Pesquisadora, 2012.

O Sr. Togin conheceu a Sra. Vanda em Cavalcante, cidade onde ela morava com sua família. Na época dos estudos, mudaram-se para Brasília e lá se casaram em 1967. Moradores de Taguatinga, visitavam a fazenda em Colinas nos fins de semana. A Sra. Vanda conta que sempre foi amante da natureza e gostava muito da fazenda, queria morar lá. Lembrou que, na época de criança, quando ainda morava em Cavalcante com sua mãe, via que, às vezes, ela pagava os funcionários com pedaços de suas terras para que eles plantassem. Ela achava aquilo muito errado, pois era preciso desmatar toda a área para o plantio e dizia a sua mãe que um dia iria arrumar um jeito de impedir que ela vendesse suas terras para desmatar.

O desejo de criar uma área protegida veio antes mesmo do conhecimento sobre a RPPN. Ela gostaria de deixar a natureza intacta, pois gostava daquele jeito e não queria que ninguém alterasse a fazenda. Em 1996, ela decidiu que largaria o emprego e moraria na propriedade em Colinas. Ao avisar o Sr. Togin da decisão, ele a questionou sobre como iria se sustentar, pois na fazenda não existia nada, nem luz, apenas uma casa, chamada por eles de sede. Mesmo com as dificuldades, ela e um de seus filhos, Alessandro, foram para a propriedade. Ela tratou de levar a luz para a fazenda, mas relembra que o início foi realmente uma época muito difícil. Um ano depois, o Sr. Togin foi morar na fazenda com os outros quatro filhos. A Sra. Vanda afirma que sua motivação em morar na propriedade foram as notícias sobre o aumento do turismo ecológico por causa do PNCV e de São Jorge. Ela acreditou que poderia, também, trabalhar com o turismo, apesar da descrença de sua família sobre o assunto.

Sua propriedade possui uma belíssima cachoeira, além de outros atrativos. Então, ela construiu um restaurante perto da cachoeira para receber visitantes da cidade de Colinas, à qual, constantemente, vinham funcionários e pesquisadores de Furnas. O turismo de pesca também aumentou muito na região devido à represa. Eles moravam na sede da fazenda e criavam gado e cavalos. Plantavam um pouco para o consumo. O gado da fazenda era vendido.

Segundo a Sra. Vanda, o WWF chegou até ela primeiro e explicou o projeto de criação de uma RPPN. Como ela já tinha o desejo de criar uma reserva, mas não sabia como fazê-lo, começou a se informar e conversar com a ONG e, dessa forma, tentar convencer o Sr. Togin. Na época, muitas pessoas da cidade, vizinhos, amigos e familiares aconselhavam-no a não fazer a RPPN em sua propriedade, alegando que o governo poderia tomar suas terras. Por isso, ele não concordou com a criação. Anos depois, a Funatura apareceu na região procurando proprietários interessados em criarem RPPNs. Ela conta que a equipe

explicou tudo e foi mais simpática, conquistando sua confiança. Entre os técnicos citados estava Fernando Lima, Fuica e Mara Moscoso. Ela, então, procurou convencer seu esposo a criar a RPPN com a ajuda da ONG. Ele concordou com a criação da reserva, em uma negociação que demorou três anos para se concretizar.

A Sra. Vanda foi a responsável pela escolha das duas áreas que compõem a RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas. Sua motivação na escolha da área da cachoeira foi devido ao receio de que a construção de um PCH bem próximo das quedas d'água fizesse desaparecer a cachoeira de que tanto gostava. “Não queria perder o barulhinho da cachoeira”, relembra. A escolha da outra área para a RPPN foi pelo fato de existirem várias nascentes onde os bichos iam matar a sede. Na RPPN, há muitos bichos, como paca, tatu, veado, lobo-guará, pato-mergulhão, entre outros. Inclusive, ela fala de um pesquisador de Furnas, que vai a cada dois meses do Rio de Janeiro para lá, na tentativa de fotografar o pato. Infelizmente, ele nunca conseguiu. A Sra. Vanda diz que o pato é muito arisco, mas que ela já conseguiu vê-lo de longe. Outra constatação da proprietária é que houve uma diminuição muito intensa dos bichos. Ela atribui esse fato a algumas ameaças, entre elas os caçadores. “Encontro muito bichinho morto, inclusive no rio porque eles atiram e eles (bichos) correm para o rio. Feridos, eles acabam se afogando e aparecendo aqui no poço da cachoeira”, lamenta.

A portaria de criação da RPPN saiu um pouco antes da instalação da PCH. A Sra. Vanda afirma que o projeto da hidrelétrica já estava pronto, mas devido à criação da reserva, a empresa precisou subir 5 km de rio para conseguir autorização para a implantação. O Plano de Manejo foi feito pela Funatura e o processo de criação demorou cinco anos. A demora é atribuída à burocracia do governo e à dificuldade em concluir um estudo minucioso da área, já que a propriedade não tinha nenhum problema quanto à documentação da terra, portanto, não seria esse o motivo.

Além do Plano de Manejo, a ONG arcou com os custos da implantação do centro de visitantes e das trilhas ecológicas, mas ela esperava que sempre fosse ter uma ajuda para manter a infraestrutura, como uma espécie de ajuda de custo para pagar um funcionário, cercar a área, fiscalizar ou ter um segurança para afugentar os caçadores. Talvez, no momento da explicação de como seria o projeto de criação, a Sra. Vanda tenha entendido que isso seria feito. Ela mantém a reserva com os recursos do turismo que existe na propriedade, principalmente advindos da cachoeira e da pescaria.

A fazenda do Sr. Togin, é bastante visitada e conhecida na região e em Brasília. Hoje, a família não cria mais gado, mas mantém uma pequena plantação, de mudas frutíferas junto às árvores do cerrado, para o consumo próprio e para abastecer o restaurante. A fazenda tem de cinco a sete funcionários, normalmente seus filhos e parentes, que trabalham no restaurante, na pousada e no *camping* (Foto 22). Também são eles que cuidam do restante da propriedade, incluindo as RPPNs. O movimento de turistas acontece principalmente nos fins de semana e na alta temporada, que vai de julho a outubro. Na baixa temporada, a média de funcionários cai para dois, isso acontece muito na época da chuva quando o rio fica escuro e traz para a cachoeira o lixo jogado em outros lugares.



Foto 22 – Área de *camping* próxima à cachoeira da RPPN
Fonte: Pesquisadora, 2012.

A Sra. Vanda comenta que já teve dificuldades financeiras, mas os filhos a ajudam. Apenas seu filho Alessandro mora na fazenda e, às vezes, precisa trabalhar na cidade para ajudar nas despesas. Os outros filhos residem em Brasília, mas vão sempre para a propriedade auxiliar nas atividades do local.

Outra ameaça são os vizinhos que criam gado e plantam. Ela diz que o gado entra na reserva e não tem como impedir. Por não ter recursos, a Sra. Vanda não fez aceiros em torno da propriedade que sofre com as queimadas, principalmente na RPPN onde ficam as nascentes. “Todo ano pega fogo” afirma. Um bom pedaço da fazenda foi sendo vendida ao longo dos anos. A família fez isso, pois estava com problemas financeiros. Ao todo foram aproximadamente 30 alqueires, diz a Sra. Vanda. Ela mostrou que a área da RPPN das nascentes não é mais contígua com a propriedade dela, existe outro dono entre os dois terrenos do Sr. Togin.

O lixo é recolhido por eles, que limpam a área depois que os turistas vão embora. Eles enterram o lixo numa área da fazenda onde fizeram algumas valas. Ela pensa em dar uma destinação mais correta ao lixo, porém reclama que a prefeitura local não ajuda em nada quando o assunto é o lixo. Durante a visita, pode ser observado que, apesar de várias lixeiras e avisos, alguns turistas não costumam colaborar e deixam o lixo na cachoeira. Por ser relativamente perto da cidade de Colinas, a fazenda acaba sendo um ponto de lazer de fácil acesso para os moradores da região, que costumam realizar churrascos aos pés da cachoeira. O controle de visitantes já foi feito por meio de um caderno de frequentadores, que ela pretende retomar. Por enquanto, é possível fazer o controle dos adultos que pagam uma taxa pela visita da fazenda e da RPPN.

Para a Sra. Vanda, é muito difícil sustentar a RPPN, abrir novas trilhas ecológicas, conservar as já criadas e manter o centro de visitantes funcionando. Ela sugeriu que as RPPNs possam ter recurso de algum fundo ambiental para ajudar nas despesas e na implementação do Plano de Manejo. Ela tem muitos objetivos para o futuro. Gostaria de construir um centro de educação ambiental e um centro de pesquisa, pois já são feitas muitas pesquisas na área sobre a flora e a fauna, normalmente financiadas por Furnas. “Eles já instalaram um laboratório aqui, mas hoje esse laboratório está em Minaçu”, comenta. Sonhadora, a Sra. Vanda acredita que um dia vai conseguir concluir todos os seus projetos e tem certeza de que ela fez algo muito importante ao preservar a área. Algo que ficará registrado para a vida inteira e será reconhecido por seus netos e bisnetos pela possibilidade de verem o Cerrado como ele é. “Ninguém é dono de nada e Ele (Deus) só deixou a gente cuidar, e tem que cuidar”, declara.

4.4.14 RPPN Varanda da Serra

Localizada em Cavalcante – GO²¹, a RPPN foi criada em 2004, pelo Sr. José Luiz de Lima Ramalho, o Sr. Zico, com a ajuda da Funatura. Mineiro, o Sr. Zico foi criado em Brasília, mas frequenta a cidade de Cavalcante desde o ano de 1986. Seu pai era proprietário de fazendas na região. Junto com sua esposa, compraram uma propriedade na cidade que visitava periodicamente. Em um período de sua vida, chegou a morar em Cavalcante, pois gostava muito do local. A intenção de comprar o imóvel era fazer uma casa e uma pousada para trabalhar com ecoturismo, construir trilhas e um mirante, porém, enquanto era dono da propriedade, só construiu um chalé. Não chegou a morar na área nem ter funcionários na propriedade onde existe a RPPN.

²¹Consta no ICMBio que esta RPPN se localiza no Município de Colinas do Sul. Informação equivocada.

A reserva é pequena, com 1,43 ha de um total de 4,33 ha da propriedade. O Sr. Zico explica que teve duas motivações principais para a criação da RPPN, a primeira era preservar a área da nascente e do córrego que existe na propriedade e a segunda motivação era a possibilidade de trabalhar com ecoturismo. Ele conta que toda a área da propriedade era preservada, apesar de já ter sido local de criação de gado. No período em que era proprietário, não criou, nem plantou nada. Tudo era destinado à preservação.

No momento da criação, o Sr. Zico possuía apenas a documentação de uma parte da propriedade. Na área onde fica a nascente, só existia um documento de posse, por isso não pode criar a RPPN do tamanho que gostaria para preservar a nascente. A RPPN fica às margens do córrego da fazenda. O Sr. Zico já tinha conhecimento sobre as RPPNs, pois, na época, estava envolvido com a área ambiental, sendo funcionário da Secretaria do Meio Ambiente. Hoje, ele trabalha com agrimensura em áreas rurais.

A ajuda da Funatura foi fundamental, afirma o Sr. Zico. O contato com a ONG se deu na própria cidade quando os técnicos da Funatura foram a Cavalcante e apresentaram o projeto no município. De acordo com ele, foi uma facilidade para a criação da RPPN, que possui um trâmite complicado devido à burocracia do governo. Pensa que não deveria ser assim. Segundo Zico, apesar de não ter problemas de documentação das terras, foram mais de três anos para concluir a criação da RPPN, de 2001 a 2004. Ele atribui o problema ao mapa de memorial descritivo e de ter que apresentar a documentação no formato exigido pelo IBAMA. O Sr. Zico comenta que a burocracia e a morosidade do órgão em analisar os pedidos faz parecer que não querem a criação da RPPN.

Depois de quatro ou cinco anos da criação da reserva, o Sr. Zico decidiu vender a propriedade. Afirma que nunca se arrependeu de tê-la criado e que, se pudesse, criaria outras RPPNs, mas vendeu por uma questão de investimento. “Investi em outras coisas, tive uma proposta na época, achei boa e vendi a fazenda”, diz ele. Em sua gestão, a reserva não teve visitação, apenas pessoas da família. A Funatura também providenciou o Plano de Manejo, porém esclarece que nunca teve fiscalização do IBAMA ou ICMBio na reserva.

As principais ameaças apontadas pelo Sr. Zico foram a caça, a extração clandestina de madeira e a proximidade com a estrada que passa ao lado da RPPN. A reserva também já sofreu com queimadas e por isso fez um aceiro na propriedade. Na área circunvizinha à RPPN, não há grandes plantações ou criação de gado. Um dos vizinhos da área é a RPPN Vale das Araras, cujo proprietário é o Sr. Richhard. Na época da venda da propriedade, o

Sr. Zico conta que informava aos possíveis compradores da existência da RPPN e que a reserva não foi um empecilho para vender a terra.

Participou de poucos encontros sobre RPPNs ou outras questões ambientais e acredita que era preciso haver mais incentivos à criação de áreas protegidas particulares. A própria facilidade deveria ser maior. Entende que é um processo sério e que as RPPNs têm status de UC, mas o governo deveria incentivar mais, colocando técnicos nas áreas que são necessárias para elaboração do projeto, pois muitas pessoas têm vontade de criar uma reserva, mas esbarram nas dificuldades e desistem.

Outra sugestão é que os proprietários pudessem ter acesso a recursos a fundo perdido para estruturar suas reservas. “Com mais empenho e rapidez (do órgão ambiental) nós tínhamos o dobro de RPPNs, gente com vontade de criar, tá cheio”, desabafa. Ele ainda conta que na época da criação de sua RPPN havia cerca de 49 pessoas dispostas a participar do projeto da Funatura, mas apenas quatro RPPNs foram feitas na região. Ele indica que o principal motivo de não terem conseguido criar as reservas foi a falta de documentação da terra, muito comum na Chapada dos Veadeiros.

O atual proprietário da RPPN é o Sr. Odecy Cupertino de Alvarenga, conhecido como Negão, morador e corretor de imóveis na cidade. De acordo com o Sr. Odecy, ele comprou a propriedade há cerca de dois anos com o intuito de morar com a esposa e filhos. A propriedade já possuía uma casinha e ele, após adquirir o imóvel, fez mais uma casa, uma pequena horta e uma rocinha. Além disso, fabrica, em um espaço da propriedade, tijolos de adobe.

No primeiro contato com o Sr. Odecy, é notória sua surpresa ao saber sobre a existência de uma reserva ambiental em sua área. Ele conta que não sabia deste fato, pois não entendia como poderia ser criada uma RPPN em um lugar que tem apenas o documento de posse. Quem explicou sobre a situação de sua RPPN foi sua colega de trabalho, a Sra. Ludimila, que também possui uma reserva particular no município, sendo uma das RPPNs municipais de Cavalcante.

De acordo com o Sr. Odecy, a área está preservada e ele não pretende desmatar. Mostrou-se bastante feliz, disposto e interessado pela RPPN em sua propriedade. Sua preocupação agora é fazer melhorias na RPPN: identificar os limites da reserva para que não seja feito nenhum tipo de atividade impactante em sua área, cercar, reflorestar com

plantas nativas e fazer trilhas. Esclarece que não gosta de ver desmatamentos. Em sua profissão, evita vender terrenos para pessoas que pretendem retirar a vegetação do local.

Perguntado sobre um possível desejo de ampliação da RPPN para a proteção da nascente do córrego, ele se mostra em dúvida, pois como não possui total conhecimento sobre as restrições legais de uma RPPN, não gostaria de, por exemplo, não poder mais fazer o uso da água que ele capta na área onde fica a nascente.

Na propriedade, existem alguns animais, como um cachorro, mas o Sr. Odecy o mantém trancado para que não corra atrás dos bichos. Ele diz que, atualmente, não vê muitas espécies de animais, e imagina que seja por causa dos caçadores que, às vezes, invadem a área. Pensa em colocar uma tela na fronteira da estrada com a RPPN para que os bichos não a atravessem e corram o risco de serem atropelados. Seria importante uma orientação mais técnica quanto à ideia de colocar a tela, pois talvez não seja bom impedir a travessia de animais para outras áreas que possam estar mais preservadas e serem maiores, mesmo com o risco de atropelamento. Sobre possíveis atividades, não acredita que possa trabalhar com turismo na reserva, a menos que a propriedade fosse destinada ao turismo rural. Caso isso ocorra, a RPPN poderá ter visitante.

4.4.15 RPPN Reserva Natural do Tombador

A penúltima RPPN implementada na região foi a RPPN do Tombador, que pertence à Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBPN). É a maior RPPN da região da Chapada dos Veadeiros, com 8.730,45 ha, e a quarta maior RPPN do Estado de Goiás. Criada em 2009, a reserva está em um dos locais mais preservados do Cerrado, no Município de Cavalcante.

A entrevista foi realizada com a administradora da RPPN, a Daniele Gidsicki. Bióloga, mestre em gestão de áreas protegidas, teve seu primeiro contato com o Cerrado quando foi designada para gerenciar a RPPN Serra do Tombador. Em 2011, ela saiu de Curitiba, onde trabalhou com Plano de Manejo e ecologia de rios, para vivenciar a gestão de uma UC. Segundo ela, a ligação com as UCs é bem forte e gosta muito do que faz. A Daniele contou um pouco da história da Fundação Boticário com as RPPNs. De acordo com ela, o Sr. Miguel Krigsner, o dono do Boticário, já tinha uma preocupação em reciclar, reutilizar produtos e gostaria de fazer algo mais pela natureza. Então, pensou em plantar uma árvore por cada produto vendido, mas os amigos lhe disseram que plantando árvores, teria uma conotação de reflorestamento, além de ser difícil de manejar tantas árvores, que não seria

viável, nem interessante. Eles o aconselharam a ajudar pesquisadores a conservar a natureza, dando subsídios para estudos sobre conservação. Foi então que, há 23 anos, nasceu a Fundação O Boticário com o objetivo de apoiar projeto de conservação.

Depois de algum tempo, para aumentar os esforços de preservação, a Fundação criaria áreas protegidas. O Sr. Miguel decidiu comprar a primeira área para a criação de uma RPPN. Escolheu uma área de Mata Atlântica no Município de Guarapeçaba – PR, pois o bioma é um dos mais ameaçados no Brasil. Um dos objetivos da Fundação é a criação de uma RPPN em cada bioma ameaçado. A Daniele conta que isso é muito forte na Fundação, mas não é o principal. Na propriedade no Paraná, foi feita a RPPN do Salto Morato que está bem consolidada, com varias pesquisas e uma equipe bem formada. A Fundação começou a procurar uma nova área e no bioma Cerrado, por ser um bioma criticamente ameaçado e um dos 34 *hotspots* do mundo. A área encontrada era, no passado, uma fazenda de criação de gado, chamada Fazenda Sonnervig. O Sr. Gustavo Gatti, coordenador da O Boticário, participou diretamente da escolha da propriedade que teve várias motivações. Entre elas a grande beleza cênica, o fato de estar dentro na Reserva da Biosfera do Cerrado, ter alta taxa de endemismo e toda a documentação de titulação de suas terras. Mais uma vez, é comentada a dificuldade da região em ter terras com titularidade. A área está perto do PNCV, grande parte da propriedade estava preservada e possuía várias fitofisionomias do Cerrado. A aquisição da terra teve como parceira a TNC. Depois da compra, começou o processo de criação e implementação da RPPN. Como já tinham experiência com RPPNs, não foi difícil o procedimento de criação. Além disso, por ser uma Fundação reconhecida, possui respaldo e credibilidade no mercado. Mesmo assim, a processo durou dois anos para ser concluído. Foi burocrático e moroso, diz a Daniele. A RPPN ocupa 100% da área da fazenda e já possui Plano de Manejo, finalizado em 2011 e financiado pela Fundação. O objetivo agora é avançar mais, organizar a reserva, trazer pesquisadores para ela e com isso obter maior conhecimento sobre o bioma, ajudando na conservação.



Foto 23 - Placa da RPPN Serra do Tombador
Fonte: Pesquisadora, 2012.

A RPPN do Tombador (Foto 23) já possui uma infraestrutura mínima. São três casas funcionais, alojamento e a casa sede. Há também uma horta, por ser difícil conseguir verduras e hortaliças na região, já que a reserva fica a 82 km de Cavalcante e a 110 km de Minaçu. “É uma forma de termos um temperinho e hortaliças frescas”, diz a Daniele. O lixo produzido na reserva é todo separado e lavado antes de ser transportado para uma

cooperativa de reciclagem em Brasília. O lixo orgânico é colocado na composteira mantida na RPPN.

Na reserva, não pode haver animais, tanto o boi como a mula são vetores de doenças, além de serem animais exóticos numa UC. De acordo com a Daniele, existem UCs em que o lobo-guará foi extinto por causa da cinomose de cachorro. A proibição é para evitar o surgimento de zoonoses que possam dizimar populações.

Hoje, a equipe é composta de oito funcionários efetivos e um temporário. Dos efetivos, três são técnicos, ela (administradora), o Marcello Borges e o Danilo Tenfen que moram na reserva (Foto 24). O restante dos funcionários trabalha como equipe de campo.



Foto 24 - Equipe da RPPN Serra do Tombador e pesquisadora.
Fonte: Pesquisadora, 2012.

O plano para a reserva é ter uma maior visitação. Durante os anos de 2013 e 2014 serão definidos os atrativos e a viabilidade de receber as pessoas. “É distante, tem que ter alojamento onde as pessoas possam dormir e retornar no outro dia”, explica a Daniele. De acordo com a administradora, um dos condicionantes para abrir para o turismo é ter um centro de conservação na área administrativa da reserva, ter um refeitório, laboratórios, biblioteca e um escritório administrativo. A perspectiva é se estruturar antes da abertura para o turismo, mas será um turismo diferenciado, a ideia é que seja um turismo científico com as universidades.

Já foram realizadas aulas de campo na reserva que possui fitofisionomias do Cerrado bem representativas, trilhas belíssimas, vários perfis geológicos interessantes, uma cachoeira, alto índice de endemismo de aves que permitem a prática do *birdwatching*, um caminho histórico cultural dos tropeiros, que envolve a história do ouro e pode ser explorado. A reserva também possui várias nascentes e pequenos rios. Poderá ser cobrada

uma taxa de visitação como acontece na RPPN do Salto Morato, porém a Daniele esclarece que a RPPN não visa a retorno financeiro.

A RPPN já foi palco de várias pesquisas. Atualmente, existem nove estudos acontecendo. “A vocação dela é pesquisa”, afirma a Daniele quando diz que a reserva pretende ser referência em pesquisa do Cerrado na região. As pesquisas poderão ser feitas em parceria com universidades como UnB e Universidade de São Paulo (USP), de preferência abordando os temas prioritários estipulados pela Fundação para a RPPN: fogo, invasão biológica, espécies ameaçadas e ecologia de paisagem.

A RPPN é cortada pela estrada de terra que liga Cavalcante à Minaçu. A estrada tem condições precárias, não permitindo excesso de velocidade, o que é bom, mas de qualquer forma uma estrada é sempre uma ameaça para uma unidade de conservação, devido ao perigo de atropelamento da fauna e ao fato de ser um vetor de doenças, de invasão biológica e outros acidentes. “Tem uma ponte a montante da captação de água do rio, se um carro estraga na ponte pode contaminar a água que bebemos. Apesar dos riscos, é um benefício ter a estrada que nos permite chegar até a reserva”, afirma a Daniele.

As principais ameaças apontadas pela administradora foram o fogo, a caça e a invasão biológica. O fogo atinge todo ano, principalmente na época entre agosto e setembro, pois são os piores meses da seca. O fogo acontece porque alguns habitantes costumam queimar para renovar a pastagem e acaba chegando à RPPN. “No ano passado queimou 80%, um esforço desumano para o pessoal que estava batendo o fogo e uma grande perda da biodiversidade”, lamenta a Daniele. Por ter na região, locais de baixa resiliência, como as veredas e as matas de vale, a equipe local está traçando estratégias, fazendo aceiros e querem avançar mais, ser referência no manejo do fogo, conhecer melhor a dinâmica dele. De acordo com a Daniele, estudos feitos para elaboração do Plano de Manejo mostram que os grandes incêndios não são naturais, pois as queimadas provocadas por raios ocorrem na época da chuva, e o fogo não tem maiores proporções. A RPPN tem o objetivo de formar uma brigada de incêndio e colocar essa brigada à disposição dos proprietários vizinhos que quiserem fazer um aceiro, por exemplo.

A Daniele conta que existe muita caça na reserva, escutam-se tiros e carcaças de animais são encontradas. Não se sabe se são os caçadores. São feitas ocorrências e uma investigação está em andamento. Também não se sabe os motivos, Daniela acredita que alguns caçam para comer, mas é uma questão mais cultural. “Não acho que é para

subsistência, é uma questão de tradição mesmo”. As pessoas caçam na reserva, pois na RPPN é mais fácil encontrar bichos e não há uma equipe armada.

Sobre a invasão biológica, as principais espécies invasoras são os capins braquiária, colonião e elefante. A RPPN tem feito bastante esforço e gasto de recursos para manejar a espécie exótica. Os vizinhos da RPPN trabalham com a criação de gado e mineração, mas há algumas áreas sem nenhuma atividade. O objetivo da reserva é manter uma boa relação com os vizinhos, que eles possam compreender melhor os objetivos da Fundação, que não está na região para ir contra as atividades deles, desde que elas não interfiram diretamente na reserva.

Segundo a Daniele, o ICMBio e o IBAMA querem visitar a RPPN, mas não para fiscalizar, é a própria equipe que traça as estratégias de fiscalização. Acredita que a falta de fiscalização do governo vem do fato de terem experiência no manejo de RPPN e credibilidade em suas ações. Ainda assim, acha importante que o poder público esteja mais próximo da região, como o PREVI-FOGO e a brigada de incêndio criada em Cavalcante.

Além dos projetos internos da RPPN, está sendo elaborado, em parceria com a TNC, o projeto do Corredor Ecológico Tombador Veadeiros, que tem como objetivo a criação de um corredor ecológico entre a RPPN da Serra do Tombador e o PNCV. A posição estratégica da RPPN do Tombador estimula a elaboração de políticas públicas para promover o planejamento territorial de uma maneira mais inclusiva e participativa, como, por exemplo, (NATURE, 2011).

A iniciativa do projeto foi da TNC, em parceria com a FBPN e o ICMBio. O projeto pretende mapear as propriedades da região e usar as suas áreas de preservação permanente e reservas legais para compor o corredor ecológico (NATURE, 2011). Grande parte do projeto já foi desenvolvido. O desenho do corredor, a identificação dos proprietários e a questão fundiária dessas propriedades, até mesmo de algumas áreas com potencial para a criação de novas RPPNs. A Daniele conta que existem proprietários com o interesse de criar reservas privadas.

A Daniele comenta que a estrada é um dos grandes gargalos da reserva. “Não chega nada aqui, nem fornecedores querem trazer o que precisamos.” Um exemplo citado por ela é o cascalho, cujo preço é irrisório, mas o valor do transporte é caríssimo. A reserva procura identificar propriedades ao longo da estrada que possam ser licenciadas para fornecer cascalho legalizado para a prefeitura ou outra matéria prima que seja necessária para o

concerto da estrada, como brita e areia. A reserva ajudaria a prefeitura, indicando como devem ser feitas essas retiradas para que não causem danos à natureza. Apesar de a fundação ter dinheiro, eles não querem exercer prerrogativas do poder do município nem do Estado. Por isso, discutiram formas de ajudar a prefeitura, contribuindo com recursos materiais e o município com maquinários e mão de obra. “Eles foram muito partidários, porém o projeto não avançou”.

A Daniele, além de administradora da RPPN, é conselheira do PNCV e está na câmara técnica que discutirá a ampliação do Parque. A proposta é que sejam identificadas novas áreas para criação de outras UCs, unindo esforços para conservação. “Somos a favor de todas as ações do Parque, somos parceiros dele, porém isso deve ser feito de baixo pra cima e não de cima pra baixo”, afirma. Acredita que a melhor maneira de fazer isso é com o aprofundamento das relações entre o governo e a comunidade local: “que venham, que conheçam as propriedades, que saibam as histórias deles, que tenham estudos para subsidiar esse processo, que escutem a população antes de qualquer atitude e que retirem dos limites alguns povoados”, argumenta a Daniele.

Para a Fundação Boticário, a RPPN é um instrumento de conservação que está funcionando e eles acreditam muito nisso, tendo o ICMBio como parceiro. A motivação principal da Fundação na criação da reserva é a própria conservação da natureza. Sobre outras formas de obter recursos financeiros pela criação da RPPN, como, por exemplo, crédito de carbono ou compensação ambiental, A Daniele diz não ter ainda uma opinião formada, mas acredita que esses não são objetivos da Fundação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação de áreas protegidas é uma das estratégias de mitigar os efeitos de uma ocupação antrópica expansionista e do uso irracional de seus recursos naturais, já que permite a proteção de territórios onde a biodiversidade nativa pode sobreviver e se reproduzir (DRUMMOND *et al*, 2005). É importante, portanto, existirem espaços naturais institucionalmente protegidos que, além de preservarem a natureza, tenham um papel de fomentar pesquisas científicas, educação ambiental e ecoturismo. Estudos feitos na região da Amazônia verificaram que os índices de desmatamento fora das UCs atingiam de 29,2% a 48,1%, enquanto que dentro das unidades o desmatamento variou de 1,5% a 4,7%. Essa é uma diferença significativa que demonstra a efetividade das áreas protegidas para a conservação (FERREIRA *et al*, 2005).

De acordo com Diamond (1975), que estudou os padrões de extinção de espécies em áreas fragmentadas, os impactos negativos sobre os ecossistemas são minimizados quanto maiores e mais arredondadas forem as áreas protegidas. Dessa forma, as grandes reservas são muito importantes para a conservação da biodiversidade, porém, em pouco tempo, não será mais possível separar grandes áreas preservadas para a criação dessas unidades.

Outro problema apontado por Diamond (1975) foi o isolamento das reservas em relação a outras áreas protegidas, tornando-se ilhas cercadas por ambientes degradados. As áreas protegidas não devem ser planejadas isoladamente, mas integradas em um sistema regional, nacional e internacional de áreas protegidas (CÂMARA, 2004). Então, não basta a criação de reservas públicas isoladas umas das outras, mas sim, a idealização de um sistema de áreas protegidas.

Um aumento considerável no número de reservas e a formação de corredores e mosaicos ecológicos devem e precisam acontecer por meio da participação da sociedade civil. As RPPNs, estabelecidas espontaneamente pela iniciativa privada, se tornam um significativo reforço ao sistema de áreas naturais protegidas pelo Poder Público (CÂMARA, 2001). Esse fenômeno já é uma realidade na região da Chapada dos Veadeiros, que possui 15 RPPNs federais criadas por particulares e legalmente reconhecidas pelo Poder Público como unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Brasil, instituído pela Lei do SNUC. Sobre estas RPPNs chegou-se a algumas conclusões a partir da análise dos comentários de seus proprietários, dos dados obtidos na pesquisa e de estudos já realizados anteriormente.

5.1 ANO DE CRIAÇÃO DAS RPPNS

A primeira RPPN criada na Chapada dos Veadeiros foi a RPPN Campo Alegre, estabelecida em 1994 no Município de Alto Paraíso de Goiás, antes mesmo da Lei do SNUC. A criação de RPPNs na região permanece até hoje, sendo que a última, RPPN Nascentes do Rio Tocantins, foi criada em 2011 no Município de São João d'Aliança. Há a perspectiva de ser criada mais uma RPPN, em Alto Paraíso, e mais cinco RPPNs em Cavalcante no ano de 2013.

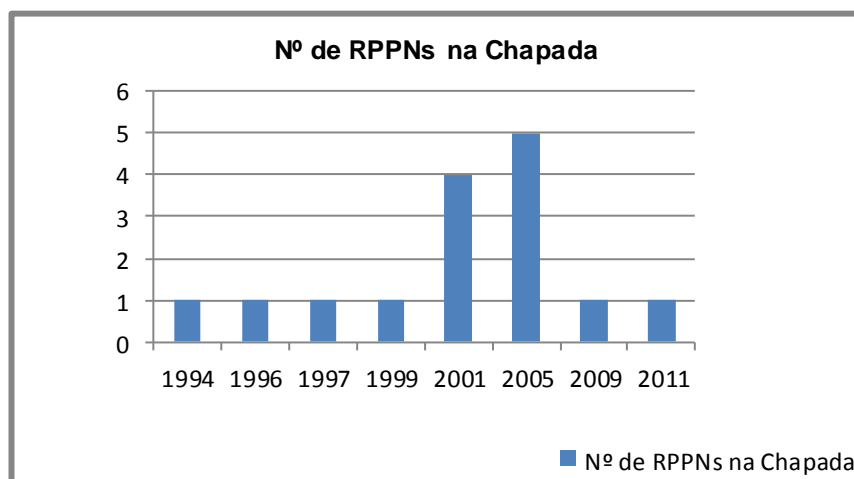


Gráfico 1 - Ano de criação das RPPNs
Fonte: ICMBIO, 2013.

No Gráfico 1, percebe-se que sobressaltam dois momentos de pico, um deles em 2001 e o outro em 2005. Nestes anos, foram criadas as RPPNs que participaram dos projetos de incentivo ao reconhecimento de reservas particulares estabelecidas pelas ONGs WWF e Funatura. Pode-se constatar que a disposição no reconhecimento de RPPNs entre os proprietários de terra na região permanece ao longo dos anos, apesar das dificuldades de criação destas reservas. Outra constatação é que projetos e editais de fomento à criação de novas RPPNs, foram cruciais no número de RPPNs na Chapada, sendo, portanto, uma excelente estratégia para aumentar a área preservada da região e a concretização do Mosaico Chapada dos Veadeiros.

5.2 PERFIL DO PROPRIETÁRIO DE RPPN

Em entrevista com o Luciano Souza, analista ambiental do ICMBio, responsável pela criação e gerenciamento das RPPNs federais, verificou-se que a maioria dos pedidos para a criação de RPPNs são de pessoa física, sendo em torno de 30% os pedidos de empresas, fundações e ONGs. Apesar de serem maioria, grande parte das RPPNs de pessoa física

tiveram apoio de instituições privadas para se concretizarem. O Luciano comenta que, diferente do governo, as ONGs têm maior facilidade de captar recursos para financiar projetos de incentivo à criação das reservas. Essa realidade pode ser observada na região da Chapada dos Veadeiros. Das 15 RPPNs da Chapada, 13 foram registradas por particulares (Gráfico 2). Porém, 12 dessas 13 RPPNs foram criadas com a ajuda de ONGs, ou seja, apenas uma RPPN foi registrada por seu proprietário de maneira independente.

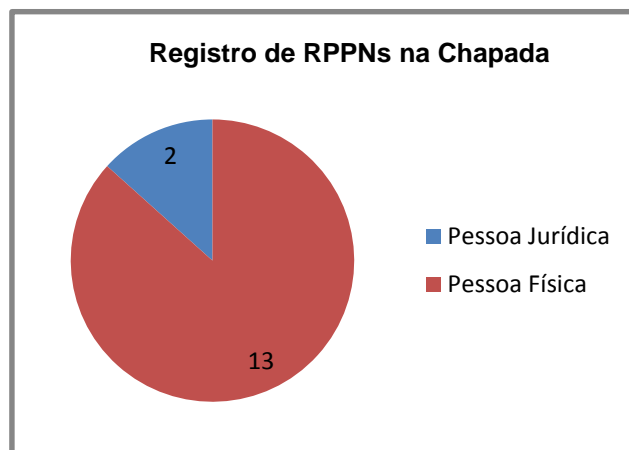


Gráfico 2 - Registro de RPPNs na Chapada (pessoa física/jurídica)
Fonte: Pesquisadora, 2012.

Das RPPNs criadas em parceria com fundações, associações e ONGs (Gráfico 3), duas delas foram criadas em parceria com a ONG Oca Brasil, a pedido de seu presidente e proprietário da terra, o Sr. Paulo Maluhy. Uma RPPN foi criada pela Fundação Grupo Boticário e outra pela Associação Ecológica Alto Paraíso. As dez RPPNs restantes foram reconhecidas por meio de projetos específicos de criação de reservas particulares: quatro delas com o apoio do “Projeto Veadeiros” do WWF, e as outras seis com o apoio da Funatura, uma RPPN no “Projeto Santuários de Vida Silvestre” e cinco do “Projeto RPPN”.

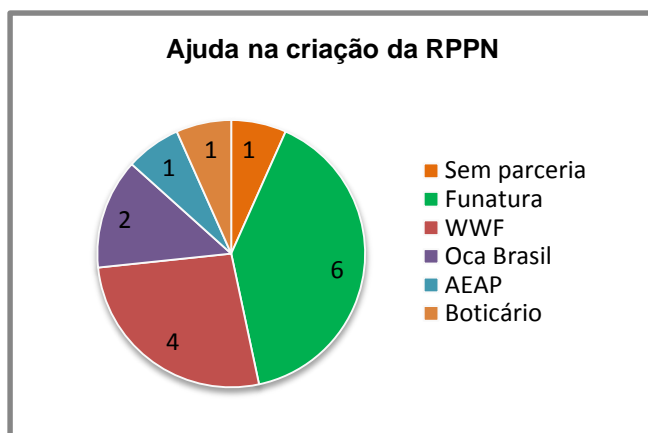


Gráfico 3 - Ajuda na criação da RPPN (Parcerias)
Fonte: Pesquisadora, 2012.

5.3 TAMANHO DAS RPPNS E ÁREA PROTEGIDA

Somando-se as áreas das RPPNs da Chapada dos Veadeiros tem-se um total de 20.156,63 ha, com uma área média de 1.346,77 ha por RPPN. A maior RPPN da região é a RPPN Reserva Natural do Tombador com 8.730,45 ha e a menor é a RPPN Varandas da Serra com 1,43 ha. Considerando a Tabela 15 (Figura 7), feita por Ângela Pellin (2010) em sua tese de doutorado sobre as RPPNs do Mato Grosso do Sul - MS, onde ela compara o tamanho das RPPNs de MS com o tamanho das RPPNs na América Latina e na África identificadas nos trabalhos de Alderman, Langholz e Mesquita, cinco RPPNs da Chapada dos Veadeiros possuem tamanho maior que 500 ha podendo ser consideradas de tamanho considerável, sendo que as duas maiores RPPNs já somam 16.231,27 ha. Ainda assim, cinco RPPNs possuem tamanho menor que 50 ha sendo consideradas pequenas (Tabela 1).

Tabela 15. Comparação da área de reservas privadas nos estudos de Alderman (1994), Langholz (1996), Mesquita (1999) e no presente estudo.

| Tamanho (ha) | Alderman | | Langholz | | Mesquita | | MS | |
|---------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|------------|-----------|------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 1 a 50 | 7 | 14,6 | 4 | 18,2 | 28 | 23,7 | 5 | 13,89 |
| 51 a 200 | 8 | 16,7 | 4 | 18,2 | 30 | 25,4 | 7 | 16,67 |
| 201 a 500 | 9 | 18,8 | 5 | 22,7 | 16 | 13,6 | 4 | 11,11 |
| 501 a 2.500 | 10 | 20,8 | 4 | 18,2 | 22 | 18,6 | 8 | 27,78 |
| Mais de 2.500 | 14 | 29,2 | 5 | 22,7 | 22 | 18,6 | 12 | 30,56 |
| TOTAL | 48 | 100 | 22 | 100 | 118 | 100 | 36 | 100 |

Figura 7 - Tabela 15 da Tese de Doutorado de Angela Pelin.
Fonte: PELIN, 2010.

Tabela 1 - Tamanho das RPPN da Chapada dos Veadeiros

| Tamanho (ha) | RPPNs da Chapada dos Veadeiros | |
|---------------------|--------------------------------|------------|
| | Nº | % |
| 1 a 50 | 5 | 33,3 |
| 51 a 200 | 4 | 26,7 |
| 201 a 500 | 1 | 6,7 |
| 501 a 2500 | 3 | 20,0 |
| Mais de 2500 | 2 | 13,3 |
| Total | 15 | 100 |

Fonte: ICMBio, 2012.

Comparando-se a soma do tamanho das propriedades com a soma do tamanho das RPPNs, observa-se que a área reservada para as RPPNs representa 78,17% da área total das propriedades. Cinco proprietários de RPPNs reservaram mais de 80% da propriedade para a criação da reserva, em que duas delas representam 100% da área protegida. Apenas dois proprietários reservaram menos que 30% da propriedade (Gráfico 4²²). Esses dados demonstram a grande disposição para conservar, apesar do pouco apoio do governo.

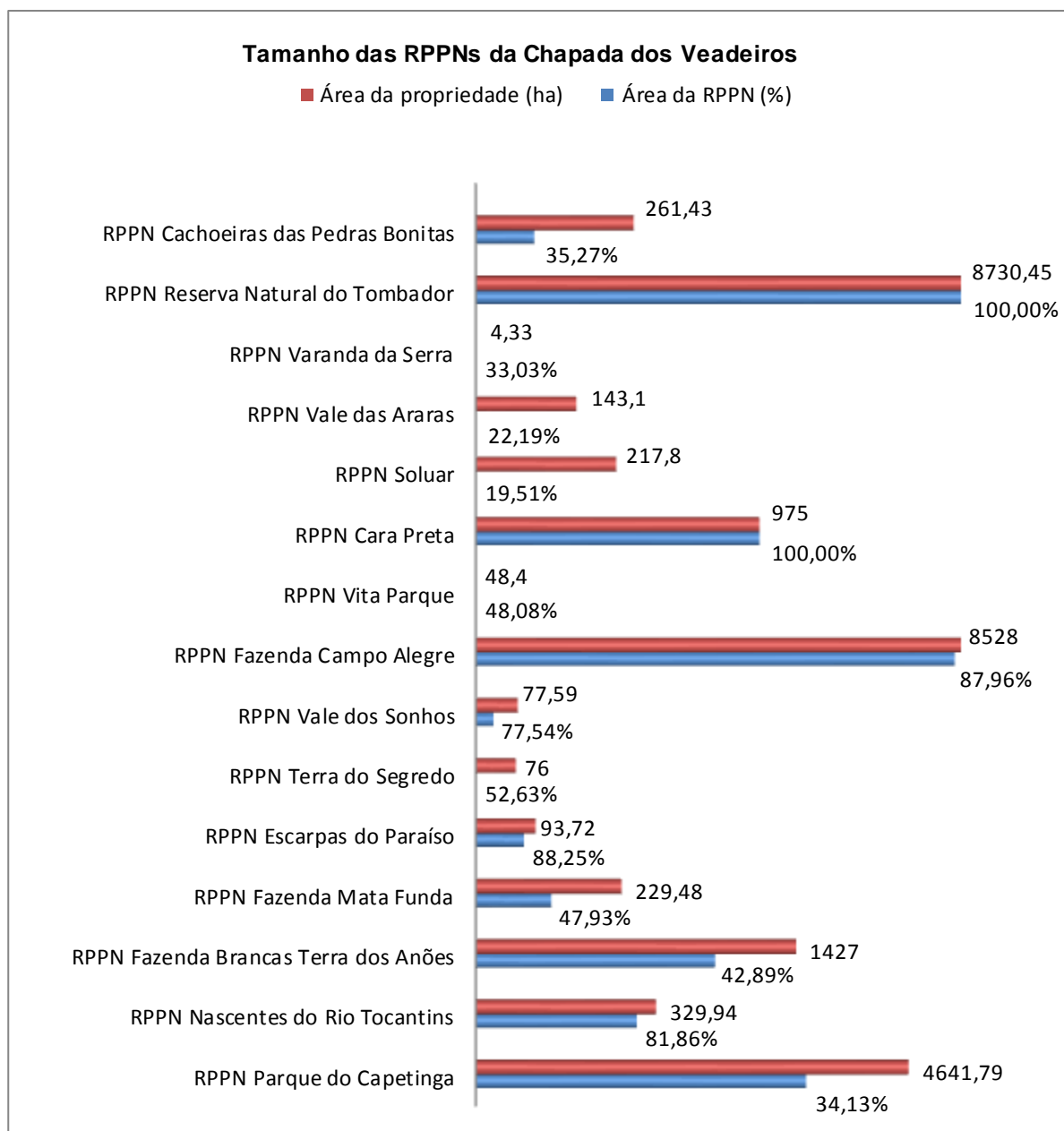


Gráfico 1 - Área das propriedades e áreas das RPPNs da Chapada
Fonte: ICMBIO, 2013.

²² O gráfico só permite a visualização de áreas maiores que 70 ha, por esse motivo algumas áreas de propriedades e/ou de RPPNs não podem ser visualizadas no gráfico.

Na distribuição pelos quatro municípios da região da Chapada que possuem RPPNs tem-se: duas RPPNs em São João d'Aliança, um em Colinas do Sul, quatro em Cavalcante e oito em Alto Paraíso de Goiás. Observa-se que as RPPNs juntas protegem mais de 1,38% da área dos municípios citados (Tabela 2).

Tabela 2 – Tamanho da área protegida por RPPNs em seus municípios

| Município | Área do Município (ha) | Área protegida pelas RPPNs (ha) | % de área protegida |
|------------------------------|-------------------------------|--|----------------------------|
| São João d'Aliança | 332700 | 1854,35 | 0,56% |
| Alto Paraíso de Goiás | 259400 | 9403,96 | 3,63% |
| Cavalcante | 695400 | 8806,12 | 1,27% |
| Colinas do Sul | 170800 | 92,2 | 0,05% |
| Total | 1458300 | 20156,63 | 1,38% |

Fonte: IBGE, 2013; ICMBIO, 2013.

5.4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES

As atividades mais recorrentes nas propriedades foram agrupadas, da seguinte forma: turismo e/ou hospedagem, educação ambiental e/ou pesquisa científica, plantação para consumo próprio e nenhuma atividade. A criação de gado para o comércio foi adicionado ao Gráfico 5, apesar de apenas uma propriedade ter essa atividade, por sua singularidade e pelo fato de vários proprietários já terem mantido essa prática no passado.

Das quatro RPPNs que possuem atividades turísticas consolidadas (RPPN Fazenda Brancas da Terra dos Anões, RPPN Soluar, RPPN Vale das Araras e RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas), duas delas (RPPN Vale das Araras e RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas) consideram a RPPN um fator de atração de visitantes. Entre essas quatro RPPNs, apenas a RPPN Soluar não possui visitação na área da RPPN. Em duas RPPNs, nenhuma atividade foi relatada.

Alguns proprietários gostariam de usufruir, de forma sustentável, um pouco mais de suas RPPNs, acreditando serem muito rígidas as restrições feitas a estas UCs. A RPPN é a única categoria de uso sustentável que não permite o seu uso sustentável (MAIA NETO, 2009). O fato de ser restritiva como uma UC de proteção integral deveria ser valorizado pelo Poder Público, sendo mais incentivada e recebendo mais recursos para o aumento dessas reservas e auxílio para seus criadores. Contudo, isso não é percebido pelos proprietários, que questionam a rigidez da lei nas atividades permitidas aos donos da terra e a falta de cooperação na fiscalização de atos externos que prejudicam a conservação da unidade.

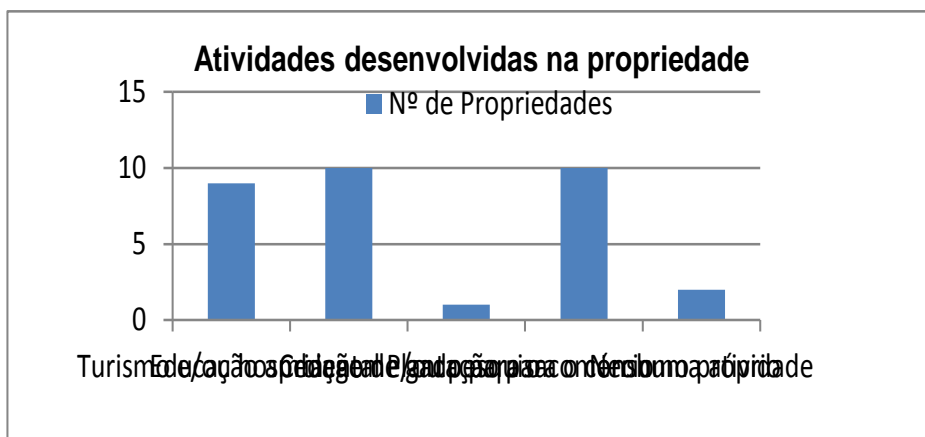


Gráfico 2 - Atividades desenvolvidas na propriedade
 Fonte: Pesquisadora, 2012.

Percebeu-se certo desconhecimento por parte dos proprietários sobre estas restrições às atividades da RPPN. Um deles, ao ser questionado sobre uma possível ampliação de sua reserva para a área da nascente, sentiu-se receoso de aumentar a área e ser impedido de coletar água para consumo próprio. De acordo com o ICMBio (2012), dentro da reserva pode haver coleta de água, desde que seja para consumo próprio e esteja dentro do Plano de Manejo, assim como moradias são permitidas desde que para pessoas ligadas à gestão da reserva.

5.5 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E A INFRAESTRUTURA DAS RPPNS

Sobre as características físicas e a infraestrutura dentro das RPPNs, foi observado que poucas possuem uma estrutura mínima de visitação, apesar da riqueza de várias fitofisionomias de cerrado, estruturas rochosas diferenciadas e outros atrativos naturais que poderiam propiciar um aumento em atividades como o ecoturismo e a educação ambiental nas reservas. Além dos itens do Gráfico 6, elementos como rios, córregos, poços de banho, foram elencados por seus proprietários na caracterização das RPPNs e da propriedade, sendo confuso para alguns a separação entre a área legalmente protegida e as demais áreas da fazenda que, muitas vezes, também estão preservadas. Como alguns desses elementos estão fora das reservas, decidiu-se não alocá-los na tabela, apesar de serem atrativos da propriedade e, conseqüentemente, impulsionar o turismo. Um dado importante é a constatação da presença de nascentes em 14 das 15 RPPNs.

Em todas as RPPNs foram feitos comentários sobre a presença de animais silvestres em seus limites, porém, todos também alegaram que tais animais não são mais vistos com a mesma frequência que antes. Esse dado induz pressão sobre as áreas ou um possível insulamento, o que pode indicar a falta de gestão integrada entre as áreas protegidas. Entre os bichos mais comentados, alguns pertencem ao Livro Vermelho da Fauna Brasileira de Animais em Extinção como o veado, o lobo-guará, o pato-mergulhão, o tatu, a onça e as abelhas. Além desses, os proprietários comentaram sobre a presença de várias espécies de aves, não sendo citados os nomes, assim como outros animais como a paca e a ema.

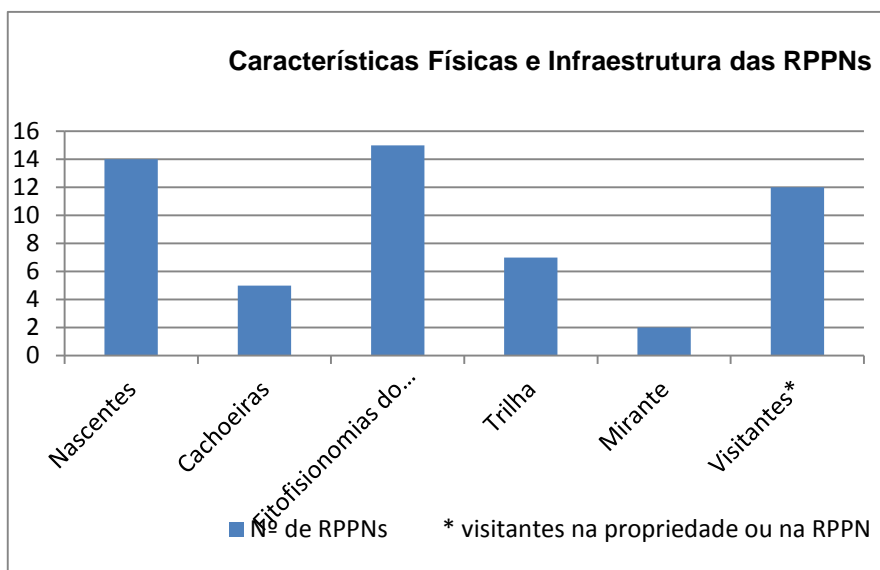


Gráfico 3 - Características Físicas e Infraestrutura das RPPNs
 Fonte: Pesquisadora, 2012.

Muitas pessoas percebem que algo errado está acontecendo com a natureza, quando começam a sentir o impacto da falta dos serviços ambientais que o meio ambiente nos oferece. Um deles é a escassez de água. Segundo Ehrlich (1997), a deterioração dos serviços do ecossistema é o primeiro impacto que a sociedade percebe com o extermínio de populações e espécies. Além da diminuição dos animais, vários proprietários comentaram sobre a escassez das chuvas, a diminuição das nascentes, do volume de água nos rios, o aumento da temperatura e dos incêndios florestais e a diminuição de espécies frutíferas e florísticas da região como impactos causados pela não conservação da natureza na Chapada, assim como em todo planeta.

5.6 AS AMEAÇAS

Entre as ameaças às RPPNs e às propriedades, o fogo apareceu em 11 das 13 RPPNs que responderam sobre este questionamento (sobre a RPPN Campo Alegre e a RPPN Vale dos Sonhos não há dados). O fogo pode ser um fator benigno para um ecossistema como o Cerrado. Porém, se houver um aumento de incêndios, principalmente causados pelo homem, isso se torna prejudicial (CREED, 2006). É interessante a constatação de que o fogo, na época da seca, é provocado pelo homem, algumas vezes de forma criminosa. O fogo natural, provocado normalmente por raios, ocorre na época das chuvas o que não permite o avanço das queimadas. Muitos acreditam também que é importante o manejo do fogo com a queima das gramíneas para não ficarem muito altas. Dessa forma, caso ocorram incêndios na área, as labaredas são menores e mais controláveis.

A segunda ameaça mais comentada é a caça clandestina (Gráfico 7). A caça é um dos motivos das invasões de pessoas que entram na propriedade e na RPPN sem autorização. Essa invasão também ocorre para a retirada de recursos naturais como árvores, areia, cascalho e pedras. Além disso, alguns entram para usufruir do rio, poços de banho ou como atalho para outros lugares. Alguns também invadem para jogar entulhos, ameaça apontada por um dos proprietários.

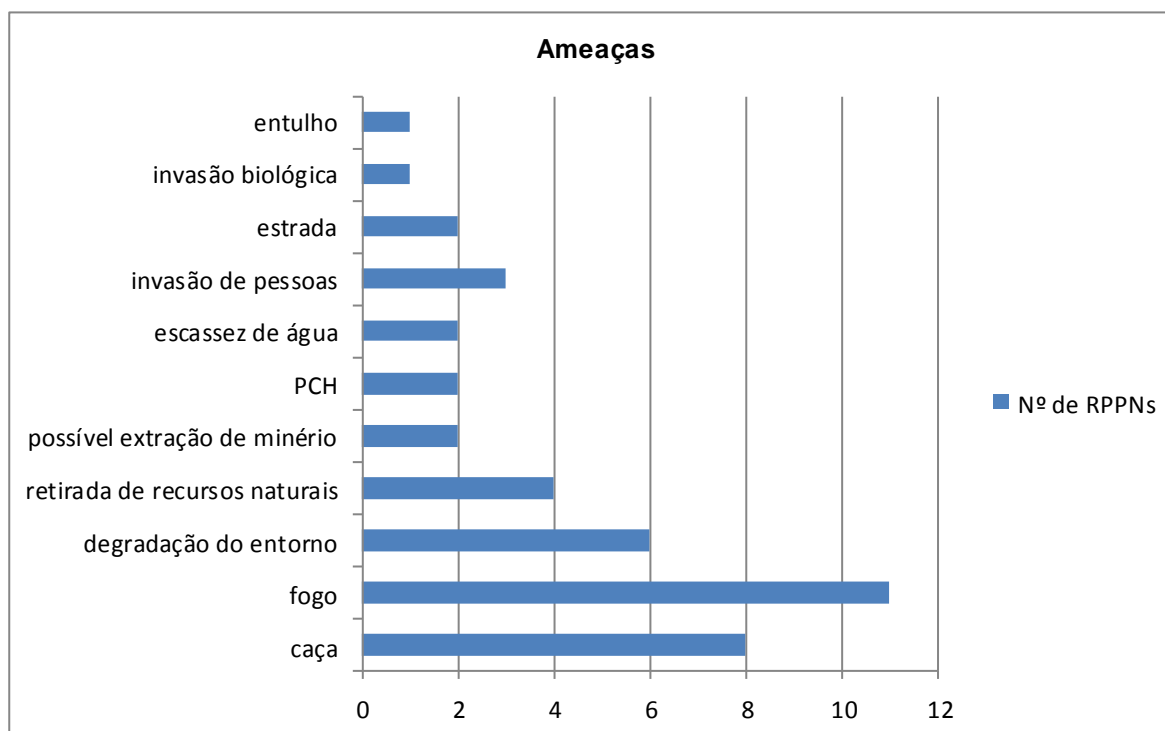


Gráfico 4 - Ameaças às RPPNs segundo seus proprietários
Fonte: Pesquisadora, 2012.

O entorno das reservas também preocupa. Seis proprietários relataram que a degradação das áreas vizinhas para criação de gado e para plantações de soja tornam as RPPNs ilhas de conservação, o que provoca a diminuição das águas e da presença de animais. Esse dado é mais um indício da necessidade do estabelecimento de corredores ecológicos e de uma gestão integrada na região. Além dessas ameaças, foram relatadas invasão biológica, proximidade com as estradas, construção de PCHs e possível autorização para lavras de minérios como riscos possíveis às RPPNs.

5.7 PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS RPPNS

Após o desmembramento do IBAMA em 2007, o novo órgão, ICMBio, passou a gerenciar as UCs brasileiras. Apenas as duas últimas RPPNs foram criadas na gestão do ICMBio, o que gera confusão para os proprietários sobre o órgão do governo responsável pelas RPPNs. Atualmente, o ICMBio conta com um roteiro para criação de RPPNs federais, informações sobre a legislação que rege as RPPNs e um Sistema Informatizado de Monitoria de RPPNs (SIMRPPN) que facilitou o pedido de criação por parte dos proprietários, registrando e gerenciando as reservas. Recentemente foi publicado um guia contendo perguntas e respostas com as principais dúvidas colhidas pelos servidores do órgão ao longo dos anos. O Luciano, um dos responsáveis pela publicação do guia e pela implementação do SIMRPPN, conta que percebeu que os pedidos de criação das reservas percorriam dezenas de setores dentro do IBAMA, tornando o procedimento moroso. Ainda segundo o Luciano, atualmente, este processo é muito mais ágil do que anteriormente, sendo possível registrar uma RPPN em cerca de quatro meses. Além disso, o sistema SIMRPPN é capaz de identificar falhas e ausência de documentos no momento em que é feito o pedido pelo proprietário, garantindo maior rapidez na comunicação. Alguns pedidos demandam mais tempo, por serem mais complexos. Os principais problemas identificados por ele são a localização, a disponibilidade de pessoal para a vistoria, possíveis problemas com a titularidade do imóvel ou o seu georreferenciamento, podendo tornar mais longos os processos.

Ele comenta que no Paraná, já houve momentos em que as RPPNs estaduais eram criadas em menos de dois meses. Apesar de ser aparentemente positivo, o Luciano pensa não ser algo bom, pois a criação de um UC, que tem caráter perpétuo, necessita de certa reflexão por parte dos proprietários para que não haja arrependimento. Logo, um prazo maior para a finalização do processo de criação possibilita uma maior reflexão sobre a decisão do proprietário.

Dos catorze proprietários de RPPNs entrevistados, seis alegaram demora na criação da reserva, sendo que uma demorou cerca de doze anos. Foi apontada a burocracia do órgão ambiental (grande exigência de documentação) como principal motivo da demora no registro das reservas. Além da burocracia, foi ventilada a desconfiança sobre um eventual boicote por parte de alguns servidores do IBAMA, não chegando a ser uma denúncia, mas uma impressão sentida por alguns proprietários e a convicção de que isto acontece no órgão.

5.8 PLANO DE MANEJO E CUSTOS DOS PROPRIETÁRIOS

Nove proprietários alegaram ter planos de manejo (Gráfico 8) feitos com o auxílio da ONG Funatura, porém alguns não estão finalizados. Destes nove planos de manejo apenas quatro foram registrados no ICMBio. Das seis RPPNs restantes, a RPPN Nascentes do Rio Tocantins já iniciou os estudos para sua elaboração. Nenhum proprietário que possui Plano de Manejo conseguiu concluir sua total implementação, sendo alegada a falta de recursos financeiros como principal causa dessa realidade. Apesar de ser obrigatória a elaboração do Plano de Manejo em até cinco anos após a criação da RPPN, o Luciano Sousa admite que seja difícil exigir dos proprietários algo que nem o próprio governo consegue manter diante de suas UCs públicas.

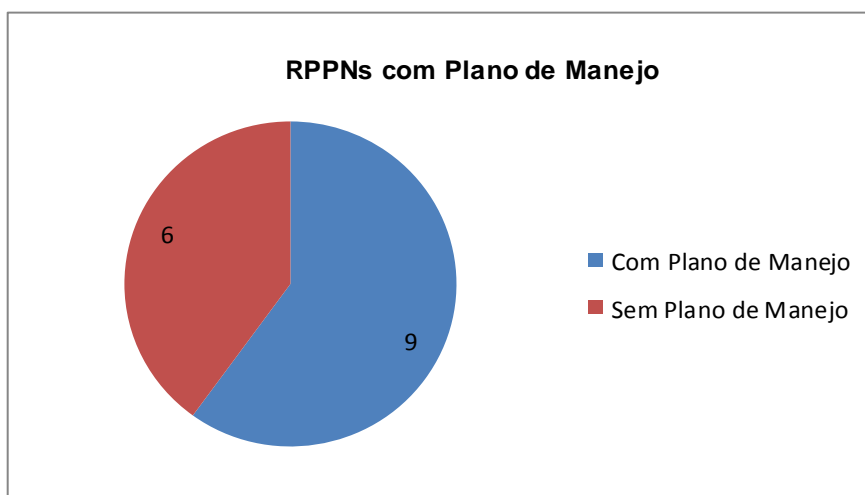


Gráfico 5 - Situação dos Planos de Manejo das RPPNs
Fonte: Pesquisadora, 2012.

Ao decidir criar uma RPPN, o proprietário arcará com os custos cartoriais, com o georreferenciamento e com a elaboração do Plano de Manejo. Foi observado que a maioria dos proprietários reclamou da falta de ajuda financeira para cumprir com estas exigências, principalmente o georreferenciamento e o Plano de Manejo por serem procedimentos caros

que necessitam de pessoal capacitado para fazê-lo. Entretanto, de acordo com o Luciano, estes dois requisitos podem ser feitos pelo próprio proprietário, utilizando equipamentos mais simples de GPS, para aferir os limites da propriedade, e elaborando o Plano de Manejo com base no roteiro disponível no site do ICMBio.

Com base nas entrevistas, dois proprietários que tentaram aferir os limites da RPPN por conta própria tiveram seus pedidos de criação recusados por não estar correta a produção de mapas e do memorial descritivo. Por isso, conclui-se ser muito complicada a produção do georreferenciamento e do Plano de Manejo sem o apoio de uma equipe especializada o que é bastante oneroso. O Luciano concorda que estes eventuais gastos possam desestimular os proprietários, porém esclarece não ser possível que o órgão arque com tais custos. De acordo com a Sra. Andreza Girardi, assessora da ONG Oca Brasil, um pedido de georreferenciamento pode chegar a R\$ 30.000,00 dependendo do tamanho da propriedade.

5.9 PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO NA GESTÃO DAS RPPNS

Uma constatação dos proprietários é a ausência de fiscalização do governo. Não foi, necessariamente, uma reclamação de todos os donos e gestores das reservas, pois, em alguns casos, eles acreditam não haver necessidade de fiscalização nas RPPNs por estarem cumprindo todas as determinações legais. Porém, alguns proprietários acreditam que, com a fiscalização do ICMBio, seriam evitadas degradações de pessoas externas à reserva como a inibição da caça, retirada de madeiras, pedras, areias, entre outras atividades proibidas.

Sobre estas reclamações, o Luciano declara que o grande problema é a comunicação entre os proprietários e o ICMBio, pois é preciso solicitar a ajuda do órgão e insistir nisso. Ele afirma que, se o proprietário solicitar ajuda para fiscalização e proteção da reserva receberá todo o apoio do órgão. De acordo com o Luciano, o ideal seria que fosse feita ao menos uma vistoria ao ano nas RPPNs, mas é algo difícil de acontecer, pois apenas ele trabalha diretamente com as RPPNs no órgão e conta com a ajuda de outros servidores que possuem postos de trabalho próximos às RPPNs para ajudar nesta fiscalização. No caso da Chapada, seria a equipe do PNCV.

Durante as entrevistas, o Parque foi alvo de inúmeras reclamações: além de não procurar os proprietários para uma ação conjunta em prol da conservação, os proprietários reclamaram da negação de auxílio, quando solicitado. A única exceção foi o Sr. Fernando

Rebello, do MMA, que atuou na região por aproximadamente quatro anos, segundo alguns proprietários. Durante este período, o Sr. Fernando Rebello procurou alguns donos de terra, moradores da região, e auxiliou no combate aos focos de incêndio.

5.10 INCENTIVOS E BENEFÍCIOS AOS CRIADORES DE RPPNS

Outro ponto que gera grande insatisfação aos proprietários é a falta de reais benefícios aos criadores de RPPNs. De acordo com os proprietários, os incentivos são irrisórios e o único benefício recebido foi a isenção do ITR. Para muitos, a criação da reserva trouxe mais ônus do que benefícios o que não faz sentido dentro de política pública de conservação da natureza. Apesar dessa contradição, o Luciano acredita que o órgão possui uma visão positiva diante das reservas particulares e que as percebe como uma importante estratégia de conservação da biodiversidade, porém admite que falte ao governo maiores investimentos e incentivos que apoiem a criação de novas RPPNs. Projetos futuros estão sendo pensados com o intuito de aprimorar o sistema SIMRPPN e um novo decreto de regulamentação das RPPNs está em andamento, com novos benefícios aos proprietários para a criação de futuras reservas.

Entre as sugestões dos proprietários de RPPNs da Chapada para que o governo possa incentivar os futuros proprietários e beneficiar os já existentes, estão recursos de fundo perdido, pagamento por serviços ambientais, ajuda de custo do governo, compensação ambiental, aluguel de áreas protegidas, ICMS ecológico, dedução de impostos, brigada de incêndio e implementação de uma secretaria específica para as RPPNs, onde seja fornecida consultoria sobre Plano de Manejo, plano de negócios, melhor utilização da área, gestão da área protegida e fiscalização.

5.10.1 O ICMS Ecológico de Goiás

O Estado de Goiás já possui Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ecológico instalado pela Lei Complementar nº 90 que regulamentou a Emenda Constitucional nº 40, instrumento interessante e que funciona bem em alguns estados do país. Um dos critérios para o recebimento do ICMS é a presença de UCs no município. Contudo, de acordo com a Daniele, administradora da RPPN Reserva do Tombador localizada em Cavalcante - GO, a Lei do ICMS ecológico foi votada no dia 22 de dezembro de 2011, à surdina. O texto inicial tinha uma construção interessante que privilegiava os municípios pobres que não geram riqueza com outras atividades como indústrias. “A gente poderia trazer um bom recurso para cá, 60% do Parque está aqui em

Cavalcante e temos várias RPPNs”, comenta a Daniele. Porém, a bancada ruralista se apossou do projeto e reverteu a lei para privilegiar quem já destruiu suas áreas preservadas. Existe uma movimentação popular para reverter isso e ela acredita que o apoio da prefeitura é fundamental.

5.10.2 Compensação Ambiental

A compensação ambiental é um instrumento de política pública estabelecido na Lei do SNUC em que o empreendedor é obrigado a apoiar a implementação e manutenção de UC de proteção integral quando o empreendimento for considerado de significativo impacto ambiental (ICMBio, 2013). De acordo com as entrevistas, três RPPNs sofreram com a instalação de rede elétrica sem autorização do proprietário ou do órgão ambiental. O Luciano afirma que tais RPPNs poderiam receber indenização por parte da empresa elétrica responsável pelo ato danoso a suas áreas protegidas. Os proprietários mostraram descontentamento pela impossibilidade de impedir tal instalação e desconhecimento do pedido de compensação ambiental.

5.11 GESTÃO BIORREGIONAL

Todos os proprietários concordam sobre a necessidade de um trabalho conjunto entre todas as UCs da Chapada dos Veadeiros. A possibilidade de existirem corredores ecológicos e o mosaico é apoiada por eles. Alguns proprietários mais antigos já presenciaram algumas negociações sobre a implementação de estratégias de conservação na região e, como não perceberam efetivamente melhorias no dia-a-dia da comunidade, não se mostram entusiasmados, apesar de apoiarem novas iniciativas. Por esse motivo, foi comum a afirmação de não frequentarem reuniões da Associação das RPPNs ou reuniões para novos projetos ambientais na região.

5.11.1 As RPPNs Municipais

Apesar da existência de um conjunto significativo de RPPNs no entorno do PNCV, a comunicação entre o Parque e os donos de RPPN é praticamente nula. Estratégias de conservação de cima para baixo, sem a consulta prévia da comunidade local provocaram revoltas e um mandado de segurança contra o decreto de ampliação do Parque até por aqueles que defendem o aumento de áreas protegidas na região. Além disso, fez surgir em Cavalcante a legislação para criação de RPPNs municipais (BERNARDES, 2006). O Sr. Richhard, proprietário da RPPN Vale das Araras, conta que o processo de criação de uma

RPPN municipal é mais simples, porque a prefeitura não tem um corpo técnico tão especializado quanto o ICMBio. Ele pensa ser algo bom aumentar o número de RPPNs e acha interessante ter RPPNs municipais, porém isso pode gerar a criação de RPPNs em áreas que não são tão relevantes para preservação.

No município, existem quatro RPPNs municipais que, este ano, estão em processo de se tornarem RPPNs federais. A RPPN Catingueiro com área total de 60,00 ha, de propriedade da Ludimila Magalhães. As demais três RPPNs municipais pertencem ao mesmo proprietário, o Sr. Horley Luzardo: a RPPN Integra o Parque com área total de 310,89 ha; a RPPN Ponte de Pedra com área total de 112,75 ha; e a RPPN São Bartolomeu com área total de 72,90 ha, constituindo-se parte do imóvel denominado Fazenda Renascer. Além dessas reservas, que já são RPPNs municipais, mais uma nova área está com pedido de criação de RPPN federal no município, a RPPN Maria Batista, com área total de 47,70 ha, também de propriedade do Sr. Horley. O Sr. Horley foi um dos idealizadores da lei municipal de criação de RPPNs do município. Em Cavalcante também há a Reserva Bacupari, do proprietário o Sr. Fábio Pádua. Apesar de ser encontrado, na mídia eletrônica, informações que identificam a área como uma RPPN, a pesquisadora não encontrou registros oficiais deste fato. Mesmo assim, trata-se de uma área bem preservada pelo proprietário, podendo ser considerada uma reserva particular.

5.12 AS MOTIVAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS DE RPPNS

Com grande experiência na criação das reservas particulares, o Luciano elenca os principais motivos observados por ele ao longo dos anos no IBAMA e ICMBio. Acredita que, inicialmente, o principal motivo de criação de RPPNs e outras reservas privadas era a conservação da biodiversidade, pois não havia benefício algum aos proprietários. Hoje, além da conservação, ele acredita que os motivos mais comuns são: o valor sentimental pela terra, muitas vezes, herdada dos pais e avós; o medo de ter suas terras vendidas ou degradadas pelos futuros herdeiros; receio de invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou desapropriações pela reforma agrária.

Todavia, o perfil das RPPNs criadas por empresas, mostra que as principais motivações são a compensação ambiental devido a danos ambientais provocados pela própria empresa e o *marketing* verde, sendo percebida esta estratégia pela pequena área de RPPN em comparação ao tamanho da propriedade e, também, pela escolha da área da reserva, normalmente, dentro dos limites das APPs. De acordo com a pesquisa, várias

motivações foram relatadas pelos proprietários de RPPNs. Algumas semelhantes à constatação do ICMBio.

A motivação parte de uma ideia, um pensamento que, ao provocar os sentimentos, se tem o desejo de agir, de por em prática, de buscar ações que consigam concretizar esse sentimento e essa ideia, frutos de uma consciência. A maioria das pessoas, comumente chamadas de massa, não possui consciência própria. Ela é conduzida ao consumismo e agressões da natureza para a satisfação de seus instintos primitivos. Porém, existem pessoas com mentes e corações que não cedem a este processo de massificação, ao contrário, possuem uma consciência ecológica (AGUIAR, 2002). De acordo com Aguiar (2002), consciência ecológica viria a ser a expressão do conhecimento, do sentimento daquilo que é bom ou mau, verdadeiro ou errado nas relações com a natureza. Seria uma cumplicidade nossa com o meio ambiente. Ela é singular e coletiva.

Nem todas as pessoas possuem essa conscientização do que é certo ou errado em relação ao meio ambiente. A grande parte dos indivíduos segue a lógica capitalista que se baseia na acumulação de capital. O pensamento racional econômico provocou uma corrida desenfreada para aumentar a produção, ignorando os limites ecológicos de recuperação da biodiversidade. Como consequência, tem-se a devastação no meio ambiente e também a transformação e destruição dos valores sociais, culturais e humanos (LEFF, 2001).

Diferente da racionalidade econômica, a racionalidade ambiental procura ter como base o equilíbrio ecológico para sustentar o sistema econômico e proporcionar um desenvolvimento sustentável. Além disso, suas normas morais são alicerçadas em princípios éticos, de respeito à natureza, e de valores políticos que buscam a democracia participativa e a equidade social (LEFF, 2001). A motivação de preservar áreas nativas pelo seu valor intrínseco, por sua beleza cênica e pelo respeito à natureza é a tradução dos valores ambientais em novos comportamentos dos agentes econômicos e dos atores sociais.

Foi esse contexto de racionalidade ambiental que a pesquisa percebeu nos proprietários de RPPNs da Chapada que, na maioria dos casos, decidiu pela região em busca de um novo padrão de vida, conectado à natureza, sem a correria e o *stress* das grandes cidades. O pensamento coletivo também está presente nos vários relatos de tentativas de comunidades alternativas que têm como princípio a cooperação entre os indivíduos. Seis proprietários afirmaram ter tentado viver em comunidades alternativas e três deles ainda possuem o desejo de formarem ecovilas ou ecocondomínios.

Todos os proprietários alegaram a motivação de preservar a área contra agressões ao meio ambiente. Alguns motivados pela conservação de nascentes e outros pela beleza cênica do lugar. Além da preservação, os motivos relatados foram: impedir desapropriação pela reforma agrária, impedir invasões do MST, impedir instalação de PCH, impedir expansão urbana, recuperar área degradada, compensar impacto ambiental, criar *marketing* verde, agregar valor à terra, ter voz perante o órgão ambiental, implementar o ecoturismo, implementar educação ambiental e desenvolver pesquisas científicas em suas áreas (Gráfico 9).

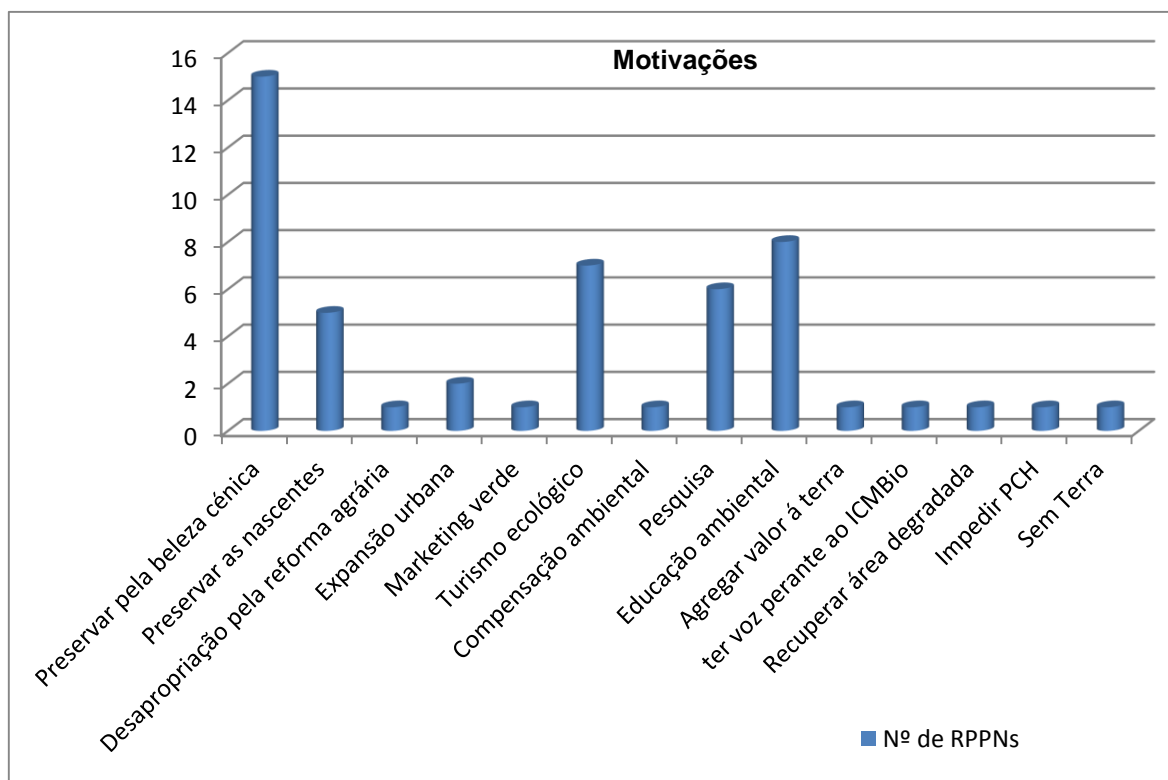


Gráfico 6 - Motivações para a criação das RPPNs da Chapada dos Veadeiros
 Fonte: Pesquisadora, 2012.

Percebe-se que o desejo de trabalhar com turismo e educação ambiental foi a maneira encontrada por alguns proprietários de se manter financeiramente com atividades possíveis dentro das áreas protegidas. Da mesma forma, relaciona-se a motivação do *marketing* verde a de agregar valor à terra. A compensação ambiental foi citada pelo Sr. Richhard, dono da pousada Vale das Araras que possui um conceito de sustentabilidade, em que a RPPN também seria uma forma de compensar a pegada ecológica causada pelo estabelecimento. Muitos proprietários acreditam na vocação para pesquisa de suas áreas e possuem o desejo de serem transformadas em centros de pesquisa.

Ter o *status* de UC federal também foi uma motivação para o Sr. Ângelo que esperava ter mais prioridade na busca por ajuda contra o fogo ou outros tipos de auxílio do governo. A motivação de impedir a expansão do povoado de São Jorge demonstra por um lado o receio de desapropriação, mas, por outro, o cuidado em não permitir o avanço de loteamentos irregulares que, além de prejudicarem o meio ambiente, não possibilitam boas condições de vida à população. A motivação de impedir a instalação da PCH foi devido à preocupação de ver áreas de mata e cachoeiras sendo encobertas pelas águas da represa, o que se pode inferir como um cuidado com a natureza.

De acordo com Nash (1989), quanto maior for a abundância de natureza selvagem, intocada, menor será a preocupação daqueles que vivem esta realidade em preservá-la. Já em lugares onde quase não existem mais trechos de matas nativas ou forem distantes tais lugares, a natureza selvagem é mais valorizada e admirada por aqueles que não a têm por perto.

Isso pode ser percebido quando evidenciada a origem dos proprietários de RPPNs da Chapada dos Veadeiros. Apenas dois deles nasceram na região, em meio a grande exuberância natural da Chapada. Os demais proprietários vieram de cidades grandes onde já se percebia a ausência da natureza. Além disso, em praticamente todos os relatos, os proprietários comentaram sobre o sentimento de fascínio que as belas paisagens, o clima agradável e o imenso contato com uma natureza intocada provocaram ao primeiro encontro com a região.

De acordo com Aguiar (2002), a religião se constituiu patrimônio entre os povos, presente em todos os tempos. O fato religioso consegue exercer enorme influência sobre a sociedade, e mais que isso, consegue chegar até os escaninhos do coração humano. Ele declara que a religião inspira o comportamento do homem diante da natureza e que, por isso, é um fator que alcança a realidade ambiental.

Sendo assim, há de se considerar uma forte motivação religiosa entre alguns proprietários de RPPNs da Chapada. Essa motivação seria num sentido mais amplo, não pensando em uma determinada doutrina religiosa, mas numa ligação entre o homem e o que o transcende. Alguns proprietários se remeteram a um chamado interior, um chamado da terra ou uma missão dada por Deus em conservar a natureza. Essa constatação demonstra que uma motivação interior de cunho espiritual também está presente em algumas RPPNs.

De acordo com a pesquisa, seis proprietários não estão satisfeitos com suas reservas e desses, quatro proprietários se posicionaram como arrependidos, não fariam a RPPN novamente. Os motivos da insatisfação é a decepção com as expectativas, tanto no sentido de implementar seus projetos particulares como na motivação de preservar áreas de uma forma institucionalizada, mas que não possuem a ajuda governamental para isso. Segundo os proprietários, eles não precisam criar a RPPN para preservar. A falta de apoio do governo é o grande desmotivador dos proprietários. Das 15 RPPNs federais na Chapada, três já foram vendidas, pertencendo a novos proprietários. Essa informação não consta no cadastro do ICMBio²³ o que dificulta a localização dos reais proprietários das RPPNs em questão.

5.13 PERSPECTIVAS FUTURAS

De acordo com os entrevistados, há muita expectativa de novas atividades nas RPPNs. Nas entrevistas, o turismo está presente nos futuros projetos de 12 RPPNs, tendo sido identificadas modalidades diferentes de turismo como turismo científico, turismo rural, turismo de saúde, turismo cultural, turismo de aventura e ecoturismo. A educação ambiental aparece em explicitamente oito RPPNs, porém, acredita-se pelos relatos que outras RPPNs possam ter essa atividade no futuro. A criação de ecocondomínios aparece em duas RPPNs e o aumento nas pesquisas científicas é o desejo de sete proprietários.

²³ No cadastro do ICMBio ainda consta o nome dos antigos proprietários, criadores das RPPNs, sem nenhuma menção sobre a venda da RPPN e sobre os dados dos novos proprietários.

CONCLUSÃO

As RPPNs são UCs singulares que podem incorporar diversas estratégias de conservação, principalmente aquelas que se baseiam na gestão integrada dos recursos naturais e na participação da sociedade civil de um determinado território. O presente trabalho constatou que a disposição em conservar a natureza está presente no território da Chapada dos Veadeiros, onde catorze proprietários²⁴ separaram, voluntariamente, toda sua propriedade ou parte dela para este fim. Essa disposição é fruto de várias motivações pessoais, sendo que a motivação de preservar áreas naturais é a principal delas.

Essa motivação é alimentada pela forma de pensar e sentir a diversidade da natureza de uma maneira diferenciada, não apenas como fonte de benefícios para o homem, mas pelo seu valor intrínseco. Tais proprietários não se ausentaram da responsabilidade de proteger o meio ambiente, ao contrário, trouxeram para si esta responsabilidade e o ônus de manter uma área protegida, apesar de todas as dificuldades encontradas no caminho.

A constatação é que a maioria dos proprietários de RPPNs na Chapada dos Veadeiros são pessoas físicas e tiveram apoio de ONGs para a criação de suas reservas. Os anos de 2001 a 2005, quando houve maior número de criação de RPPNs, foram aqueles que tiveram publicadas as portarias das reservas apoiadas por editais e projetos financiados pelo governo.

Percebe-se que um programa governamental de incentivos à criação de RPPNs seria de grande importância para o aumento do número de áreas protegidas privadas. Maiores benefícios aos proprietários também trariam maior satisfação e motivação às pessoas que já possuem uma predisposição em conservar. A responsabilidade do poder público não pode ser apenas de punir, mas de estar junto aos proprietários, aconselhando e auxiliando na gestão de uma UC federal.

A ajuda nos custos para a criação das RPPNs é fundamental. Dificilmente, serão criadas novas RPPNs sem a ajuda financeira do governo ou de ONGs que possam financiar o Plano de Manejo e o georreferenciamento da propriedade. Nenhuma RPPN da região implementou totalmente o Plano de Manejo, sendo que apenas 4 dessas reservas possui seu plano registrado no ICMBio. A ausência do governo, não só financeira, mas no acesso a informações, logística e na proteção da área, é a maior responsável pelo desânimo dos proprietários em verem suas terras com tanto potencial, não sendo aproveitadas e

²⁴ São 15 RPPNs federais, porém apenas 14 proprietários. O Sr. Paulo Maluhy possui duas RPPNs.

protegidas como deveriam. Cerca de 50% dos proprietários estão insatisfeitos e alguns deles declaram-se arrependidos com a criação de suas RPPNs, por estarem decepcionados com as expectativas criadas devido a falta de apoio governamental.

Com as novas exigências documentais do ICMBio, para a criação de RPPNs, como o georreferenciamento, há uma maior dificuldade na criação de novas reservas privadas sem o apoio logístico e financeiro de alguma entidade. Tal procedimento não é simples de ser realizado sem uma equipe especializada, o que custa caro para os proprietários. Outro complicador é a própria manutenção dessas reservas, como a implementação do Plano de Manejo, das trilhas ecológicas, mirantes, centro de visitantes, cercas de proteção e estratégias contra o fogo. Apesar da ocorrência de grandes incêndios todos os anos no período da seca, os proprietários foram unânimes em questionar sobre a falta de projeto governamental para o combate ao fogo.

Conclui-se que o terceiro setor (ONGs, Fundações e Associações) consegue maiores resultados no incentivo à criação de novas RPPNs, servindo como estímulo social à preservação ambiental. É uma iniciativa que agrega o valor socioeconômico ao valor ambiental, com ganhos inegáveis tanto para os proprietários, para a comunidade, como para o meio ambiente em si.

Dessa forma, pode-se afirmar que, para que se forme, verdadeiramente, um mosaico na região da Chapada, é de grande importância que se envolva a sociedade civil e assim, correm-se menores riscos de ameaças à biodiversidade do local. Uma região com tantas áreas protegidas, precisa de um trabalho específico de educação ambiental das suas comunidades, com foco na convivência harmoniosa entre homem e meio ambiente e nas consequências negativas da prática da caça e do fogo, os maiores problemas encontrados na Chapada, o que reverbera na própria vida da comunidade.

Apesar de serem, na maioria, pequenas áreas, já existem na região grandes RPPNs. Dez das reservas privadas da região já trabalham com turismo, educação ambiental e/ou pesquisa científica, mas de forma incipiente na maioria delas, apenas quatro delas já estão com certa estrutura turística, seis RPPNs ainda nem possuem Plano de Manejo. Contudo, este é o objetivo de 11 das 15 RPPNs, trabalhar nestas áreas já citadas, buscando um retorno financeiro para manterem, ao menos, as próprias RPPNs.

A destinação de recursos advindos do ICMS ecológico para os municípios que realmente preservam suas áreas naturais é imprescindível para se tornar um instrumento

muito eficiente para trazer recursos às prefeituras da região que devem investir no fomento às atividades do ecoturismo, desejo de vários proprietários de RPPNs. Isso traria mais empregos e maior movimentação à economia local, beneficiando toda a população local.

O projeto do corredor ecológico entre a RPPN da Serra do Tombador e o PNCV poderá incentivar o surgimento de novas RPPNs com a identificação de novas áreas interessantes para a preservação. Esse tipo de planejamento territorial é importante para a região da Chapada dos Veadeiros, mais especificamente na área da APA do Pouso Alto, devido à proximidade do PNCV. De acordo com a TNC, todos os setores envolvidos, como agricultores, produtores rurais e moradores serão estimulados a participar nas discussões para a construção consensual do melhor arranjo de paisagem para a região. A parceria entre o ICMBio, a TNC e a FBPN denota um novo direcionamento nas formulações de políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade, promovendo, cada vez mais, a participação da sociedade em suas formulações e gestão.

De acordo com os principais interessados, os proprietários de RPPNs, foram elencados algumas sugestões para o fortalecimento da preservação do Cerrado na região e da qualidade de vida da população local:

- Implantação das UCs já criadas na Chapada dos Veadeiros;
- Formulação e implementação do Plano de Manejo de todas as UCs da região;
- Reconhecimento do mosaico Chapada dos Veadeiros de forma que a gestão territorial integrada consolide a conectividade entre as áreas protegidas;
- Monitoramento e fiscalização, pelo governo, de todas as UCs da Chapada para mitigar as invasões e o desmatamento nessas áreas;
- Criação e manutenção de uma brigada de incêndio capaz de suprir a necessidade da região, em especial das RPPNs;
- Campanha de valorização do turismo local por meio de uma política voltada ao turismo ecológico, ao turismo rural, ao turismo de aventura e demais modalidades que proporcionam a preservação do meio ambiente, o estímulo na economia local e a educação ambiental da população;
- Criação de novo acesso ao PNCV, por meio do Município de Cavalcante, já que o Parque possui cerca de 60% de sua área nesse município. A abertura do Parque em Cavalcante proporcionará novos roteiros turísticos na região e um grande estímulo ao município de Cavalcante;
- Programa permanente de apoio à criação de RPPNs e auxílio no estudo do georreferenciamento e do Plano de Manejo dessas UCs;

- Maior divulgação sobre compensação ambiental e fiscalização e investigação de eventuais irregularidades ocorridas dentro das RPPNs;
- Contratação e/ou locação de um maior número de servidores do ICMBio na gestão das RPPNs;
- Estabelecimento de uma secretaria de apoio logístico a criação, implementação e manutenção das RPPNs;
- Estabelecimento de um maior contato entre o PNCV e os proprietários de RPPNs;
- Criação de um sistema de extensão rural para capacitar a comunidade e os proprietários de RPPNs sobre plano de negócios, atividades econômicas permitidas, treinamento para o trabalho com o turismo, artesanatos, educação artesanal, agricultura orgânica entre outras atividades econômicas sustentáveis;
- Campanhas locais pela valorização do Cerrado e conscientização sobre o problema da caça, da queima do carvão vegetal, da retirada de madeira, do lixo e do entulho em áreas impróprias e o respeito as áreas protegidas;
- Por fim, novas pesquisas sobre o potencial e a efetividade de conservação dessas áreas serão de grande importância para o aumento do conhecimento sobre a biodiversidade do Cerrado, que poderão dirigir novos programas governamentais de proteção da natureza deste bioma. Há um grande interesse e disponibilidade de muitos proprietários em transformarem suas reservas em centros de pesquisas, onde poderiam ser desenvolvidas parcerias com as Universidades, contribuindo, assim, para o avanço da conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEAP. Associação Ecológica de Alto Paraíso. *Quem Somos*. Disponível em <<http://projectnewman.com/associacao.htm>>. Acesso em 8 mar. 2013.

AGUIAR, C. J. A. O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas: *Millennium*, 2002.

AMADO, J. e FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANTUNES, P. B. Dossiê BR-116 Serra do Cafezal Iterêi Refúgio Particular de Animais Nativos. *Parecer Jurídico*. 1997. Site: <http://ngiterei.sites.uol.com.br/dossie/bessa.htm>. Acessado em 11 de dezembro de 2011.

APA POUSO ALTO: *Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto*. Disponível em: <http://apapousoalto.blogspot.com/2010/07/area-de-protecao-ambiental-de-pouso_11.html>. Acesso em: 12 dez. 2011.

ARAÚJO, S. M. V. G. Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 177 - 222.

BARBOSA, A. G. *As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades*. 2008. 117p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BENSUSAN, N. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BERGAMINI, C. W. Motivação: uma viagem ao centro do conceito. *Revista Fator Humano*, FGV - EAESP, vol.1, nº2, nov 2002 a jan 2003. p. 63-67.

BERNARDES, A. T. *Final Evaluation: Establishment of Private Natural Heritage Reserves (RPPNs) in the brazilian Cerrado*. BRA/00/G35. Arquivo PDF. Out. 2006.

BERTRAN, P. A Chapada dos Veadeiros e o Planalto Central. *Ensaios*. Arquivo PDF. 2000.

BONI, V.; QUARES, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *STF declara nulo decreto que ampliou limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros*. 13 ago. 2003. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=61059&caixaBusca=N>>
. Acesso em: 12 dez. 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Câmara de notícias: servidão ambiental e servidão florestal*. 22 jul. 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/125144.html>. Acesso em: 8 mar. 2013.

CÂMARA, I. G. de. *Megabiodiversidade Brasil*. São Paulo. Ed. Sextante. 2001.

CÂMARA, I. G. de. As Unidades de Conservação e o paradigma de Durban. *Revista Natureza e Conservação*. Fundação Boticário de Proteção à Natureza. v. 2, n. 2, 2004.

CI. Conservação Internacional. Publicações. *Hotspot Revisitados 2005*. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/HotspotsRevisitados.pdf>>. Acesso em: 8mar. 2013.

COELHO, E. G. *O comportamento e a motivação humana - A teoria de Maslow*. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/resenhas/1625792> Acesso em: 8 mar. 2013.

COLMOISES. Colégio Estadual Moisés Nunes Bandeira. *História*. Disponível em: <<http://colmoises.blogspot.com.br/2010/05/historia.html>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

CREED, J.C. Perturbações em comunidades biológicas. In: C.F.D. Rocha, H.G. Bergallo, M.V. Sluys & M.A.S. Alves (eds.). *Biologia da Conservação: Essências*. RIMA, São Carlos, 2006. p. 183-209.

DELELIS, C. J, REHDER, T. e CARDOSO, T. M. *Mosaicos de áreas protegidas: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, MMA; Embaixada da Franca No Brasil - CDS UnB, 2010.

DIAMOND, J. M. The island. Dilema: lessons of modern biogeographic studies for the design of natural reserves. *Biological Conservation*. v.7, 1975. p. 129-146.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. *Biodiversidade: a hora decisiva*. Curitiba: UFPR, Fundação O Boticário, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, RJ, vol. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A e NINIS, A. B. *O Estado das Áreas Protegidas no Brasil - 2005*. Brasília: CDS, agosto de 2005.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A. e OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). *Conservação da*

biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 341 - 385.

EHRlich, P. R. A perda da diversidade - causas e consequências. In: WILSON, E. O. *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 27-40.

ENCONTRO DE CULTURAS. X *Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros de 2010*. Disponível em: <<http://www.encontrodeculturas.com.br/2010/xencontro.php>>. Acesso em 11 dez 2011.

FARIAS, T. Reserva particular do patrimônio natural: aspectos gerais. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 12, n. 1539, 18 set. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/10422>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

FAZOLLI, Silvio Alexandre. Reserva particular do patrimônio natural e desenvolvimento sustentável. Preservação da fauna e da flora. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 452, 2 out. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5752>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio. Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª edição, 2004a.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Revista Ambiente e Sociedade*, v.7, n.1. Campinas, 2004b.

FERREIRA, L.V. VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n.53, 2005 p. 157 - 166.

FONSECA, R. M. Entrevista com Ricardo Mesquita de Fonseca in SOARES, R. *TV Cultura. Caminhos e Parcerias: A porta de Alto Paraíso - Alto Paraíso (primeira parte)*. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/caminhos/24altoparaiso/altoparaiso1.htm>> Acesso em: 8 mar. 2013.

FUNDAÇÃO BOTICÁRIO. *Relatório Anual. Relatório de Atividades de 2008*. Arquivo PDF. Disponível em: <http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/PT-BR/Lists/RelatorioAnual/Attachments/3/Relatorio_Atividades_2008.pdf>. Acesso em: 8 mar.2013.

GANEM, R. S. Gestão integrada da biodiversidade: corredores, mosaicos e reservas da biosfera. In: GANEM, R. S. (org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010b. p. 387 - 414.

GANEM, R. S. *Políticas de conservação da biodiversidade e conectividade entre remanescentes de Cerrado*. Tese de doutorado: Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2007.

GANEM, R. S.; ARAUJO, S. M. V. G. *As Áreas de Preservação Permanente e a Constituição Federal, art. 225 § 4º*. Biblioteca Digital Câmara, Brasília, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/4404/areas_preservacao_ganem_araujo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 mar. 2013.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GO/GOV. Governo do Estado de Goiás. *Conhecendo Goiás: Povo Goiano - indígenas*. Disponível em: <<http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/povo-goiano/indigenas>> Acesso em: 8 mar. 2013.

HAUFF, S. N.; MILANO, M. S. Opiniões de funcionários de parques brasileiros sobre ações de manejo em localidades rurais situadas no seu entorno e interior. *Floresta*, Curitiba, PR, v. 35, n. 2, mai./ago. 2005.

HOROWITZ, C. A perda da biodiversidade e o desafio da conservação. *TECBAHIA*, Salvador, v. 18, n. 2 e 3, p. 50-58, 2003.

IBAMA. *Conhecendo o cerrado: corredor ecológico do cerrado Paranã-Pireneus*. Brasília, DF: Ibama: Jica, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros*. ICMBIO, 2009.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes. *Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN*. Disponível em: <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/>. Acesso em: 8 mar. 2013.

IUCN. International Union for Conservation of Nature. *Áreas Protegidas*. Disponível em: <http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/pas_gpap/>. Acesso em: 8 mar. 2013.

JURISAMBIENTE. *Um projeto INEPRO: Área de Preservação Permanente*. Disponível em: <<http://www.jurisambiente.com.br/ambiente/areadepreservacaol.shtm>>. Acessado em: 03 de dez. 2012.

LEFF E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathild e Endlich Orth - Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, C. A. *O Cerrado Rupestre no Estado de Goiás com Base em Imagens LANDSAT ETM+*. 2008. 116p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LIMA, F. R. *Projeto PNUD GEF/BRA/00/G-35*. Brasília: 10 nov. 2011. Entrevista concedida a Priscylla Cristina Alves de Lima (Pesquisadora).

LIMA, J. E. F. W. SILVA, E. M. *Análise da situação dos recursos hídricos do Cerrado com base na importância econômica e socioambiental de suas águas*. 2008.

LIMA, L. *Entre cimos nublados uma solidão selvagem: uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros*. Suncultura editorial. Alto Paraíso, Goiás 2º ed. 2009.

LIMA, P. C. A.; FRANCO, J. L. As RPPNs como Estratégia para a Conservação da Biodiversidade: O Caso da Chapada dos Veadeiros. *Revista Sociedade e Natureza*. UFU, Uberlândia, MG. 2012. (Artigo no prelo).

MAIA NETO, Geraldo de Azevedo. Unidades de conservação de uso sustentável. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2342, 29 nov. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13933>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

MAIA NETO, Geraldo de Azevedo. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Unidade de conservação de uso sustentável? *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2526, 1 jun. 2010a. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/14955>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

MAIA NETO, Geraldo de Azevedo. Mineração em unidades de conservação. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2538, 13 jun. 2010b. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/15029>>. Acesso em: 17 jan. 2013

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Territórios da Cidadania*. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/chapadadosveadeiros/go/one-community?page_num=0>. Acesso em: 12 dez. 2011.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. *Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional: Sumário Executivo*. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MENEZES, P.C. *A união faz a força, o Brasil ajuda, o meio ambiente agradece*. *O Eco*. 22 jun. 2007. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/es/pedro-da-cunha-e-menezes-lista/17047-oeco_22741>. Acessado em: 8 mar. 2013.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (coord.), *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime*

jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

MESQUITA, C. A. B. Perfil das Reservas Naturais Privadas na América latina (palestra 1) in *Reservas Particulares do Patrimônio Natural: uma década de experiência*. Painel 2 do IICBUC, Campo Grande, MS. 2000.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. 5. ed. São Paulo: RT. 2007.

MILLER, K. R. *Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional*. IBAMA, Brasília, 1997a.

MILLER, K. *Planejamento Biorregional*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997b.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira*. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, 2004.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - Portaria MMA Nº 9, de 23 de janeiro de 2007*. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, 2007.

MMA. *Quarto relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica Brasil*. Edição especial para a COP-10. 2010a. Disponível em: <<http://www.cbd.int/doc/world/br/br-nr-04-pt.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

MMA, EMBAIXADA DA FRANÇA, CDS/UNB. *Mosaicos de áreas protegidas: reflexões e propostas da cooperação francobrasileira* / Caroline Jeanne Delelis, Tatiana Rehder, Thiago Mota Cardoso - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, MMA; Embaixada da França No Brasil - CDS UnB, 2010b.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *MMA divulga queda no desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado*. Brasília, 6 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=6602>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Mosaicos*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/acoes-e-iniciativas/gestao-territorial-para-a-conservacao/mosaicos>. Acesso em 8 mar. 2013a.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Projeto corredores ecológicos*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/item/73>. Acesso em: 8 mar. 2013b.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Reservas da Biosfera*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/acoes-e-iniciativas/gestao-territorial-para-a-conservacao/reserva-da-biosfera>>. Acesso em: 8 mar. 2013c.

MORSELLO, C. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

MTUR. *Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - Relatório Brasil* / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador). - 2ª ed. revisada - Brasília : Ministério do Turismo, 2008.

NASH, R. *The Rights of Nature: A History of Environmental Ethics*. The University Wisconsin Press, EUA, 1989.

NATURE. The Nature Conservancy. *Agronegócio e sustentabilidade: Corredor Ecológico Tombador - Veadeiros*. Disponível em: <<http://www.nature.org/ourinitiatives/regions/southamerica/brasil/iniciativas/corredor-ecologico-tombador-veadeiros.xml>>. Acesso em: 17 jul. 2011

NEVES, L. A. *Historia oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OCA BRASIL. Oca Brasil Instituto. *Nossa Missão*. Disponível em: <<http://www.ocabrasil.org/sobre/nossa-missao/>>. Acesso em: 8 mar.2013.

OLIVEIRA, A. F. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros - GO*. Goiânia: Relatório Final (PTDRS). ECO-CUT, 2011.

PEDREIRA, Rodrigo Bulhões. Legalidade do decreto de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 654, 22 abr. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6612>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

PELLIN, A. *Avaliação dos aspectos relacionados à criação e manejo de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Mato Grosso do Sul, Brasil*. 2010. 391p. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

PIMENTEL, L. *A questão dos corredores ecológicos no Distrito Federal: uma avaliação das propostas existentes*. 2007. 166p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PINHEIRO, M.R. *Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas*. Brasília, DF, GTZ, 2010.

PINTO, J. R. R.; LENZA, E.; PINTO, A. S. Composição florística e estrutura da vegetação arbustivo-arbórea em um cerrado rupestre. *Revista Brasil. Bot.*, Goiás, v.32, n.1, p.1-10, Jan.-Mar. 2009.

PRIMACK, R & RODRIGUES, E. *Biologia da Conservação*. Londrina: E. Rodrigues, 2002.

RECIFE. Gestão ambiental do Recife. *Dirmam: áreas protegidas*. Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/meioambiente/dirmam_areas.php. Acesso em 2 mar. 2013.

RESERVAS PARTICULARES. *Cadastro Nacional das RPPNs*. Disponível em: <http://www.reservasparticulares.org.br/>. Acesso em: 8 mar. 2013.

REVISTATURISMO. Revista Turismo. *Dicas de Viagem: Alto Paraíso de Goiás*. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/Dicasdeviagem/altoparaíso.htm>. Acesso em: 8 mar. 2013.

ROCHA, A. P. C. *Entre Culturas: Quilombola e Indígena*. Monografia de Especialização em Indigenismo e Desenvolvimento Sustentável. CDS/UnB. Brasília, 2009.

ROCHA, I. J. M. Posse e domínio na regularização de unidades de conservação. Análise de um amazônida. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, n. 64, 1abr.2003. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/3972>. Acesso em: 18 jan. 2013.

ROMERO, R.; NAKAJIMA, J. N. Espécies endêmicas do Parque Nacional da Serra da Canastra. *Revista Brasileira de Botânica*, São Paulo, v.22, s.2, p.259 - 265 Oct. 1999.

SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, Brasília/DF - 1998.

SECTEC. Secretaria de Ciência e Tecnologia de Goiás. *Plano Diretor - O Estado de Goiás: Indicadores Sociais, Econômicos e Culturais*. Disponível em: http://www.sectec.go.gov.br/portal/?page_id=318. Acesso em: 13 dez. 2011.

SEPLAN. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás. *Perfil Competitivo das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás*. Goiânia, SGC/SEPLAN/GO, 2011. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2011.

SOCIOAMBIENTAL. *Povos Indígenas no Brasil*. Avá-Canoeiro. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ava-canoeiro>. Acesso em: 8 mar. 2013.

SOUZA, M. A; KESSELRING, A. L. B. *Plano de Manejo: Ferramenta para a Conservação da Biodiversidade e a Prática do Ecoturismo - Caso Flor das Águas*. Trabalho Técnico RPPN Funatura. Arquivo PDF. Acesso em: 8 mar. 2013.

SOUZA, P. R. P. de. Servidão Ambiental. *Revista Jurídica Cesumar* - Ano I - Nº 1 - 2001.

UNESCO. *Ciências Ecológicas para o Desenvolvimento Sustentável*. Reserva da Biosfera. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/>>. Acesso em: 8 mar. 2013.

VIANA, M.B. e ARAUJO, S. M. V. G. Conservação da biodiversidade e repartição de competências governamentais in *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas* / Roseli Senna Ganem (org.) - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

WEIGAND, R. Jr. *Desenvolvimento Territorial com Base Conservacionista: A conservação da natureza pode ser base da economia e do desenvolvimento econômico e social de um território*. Artigo em PDF. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7597282/Weigand-Ronaldo-Desenvolvimento-Territorial-Com-Base-Conservacionista>>. Acesso em 21 jan. 2013.

WIEDMANN, S. M. P. Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - na Lei nº 9.985/2000 que Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190-231.

WILSON, Edward Osborne. *Diversidade da vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WILSON, Edward Osborne. *A Criação: como salvar a vida na Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WWF, 2013. *Folder do Projeto Veadeiros na Chapada dos Veadeiros, Goiás*. Disponível em: <http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/folder_veadeiros.pdf>. Acesso em: 8 mar.2013.